TAÍS D'AQUINO BENICIO

**Saneamento e paisagem:
um potencial de transformação nas periferias**

Tese apresentada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutora em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: Paisagem e Ambiente

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Catharina P. Cordeiro dos Santos Lima

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

O original se encontra disponível na sede do programa São Paulo 28 de julho de 2015.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DA AUTORA: taisbenicio@terra.com.br

Benicio, Taís D'Aquino

B467s Saneamento e paisagem. Um potencial de transformação nas
periferias / Taís D'Aquino Benicio. --São Paulo, 2015.
193 p.: il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) –
FAUUSP.

Orientadora: Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

- 1.Paisagem urbana (Aspectos sociais) – Taboão da Serra (SP)
- 2.Saneamento urbano (Aspectos urbanísticos) – Taboão da Serra (SP)
- 3.Periferia 4.Espaços livres 5.Espaço público 6.Participação I.Título

CDU 711.4.01(816.12)T114

BENICIO, TAÍS D'AQUINO. Saneamento e Paisagem: um potencial de transformação nas periferias.

Tese apresentada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutora em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: Paisagem e Ambiente

Aprovado em: 03/06/2015

Banca examinadora:

Prof. Dra. Catharina dos Santos Lima. Instituição: FAU - USP

Julgamento: Aprovada. Assinatura:

Prof. Dr. Eugênio Queiroga. Instituição: FAU - USP

Julgamento: Aprovada. Assinatura:

Prof. Dr. Ricardo de Souza Moretti. Instituição: UFABC - Externo

Julgamento: Aprovada. Assinatura:

Prof. Dr. Raul Isidoro Pereira. Instituição: Externo

Julgamento: Aprovada. Assinatura:

Prof. Dr. Caio Boucinhas. Instituição: UNIFIAMFAA - Externo

Julgamento: Aprovada. Assinatura:

Colaboradores:

Revisão de texto: Caroline Micaelia

Formatação e tratamento de imagens: Sandromir Almeida

Orientação da pesquisa qualitativa: Vania Bartalini

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, que através do Grupo de Estudo de Pesquisa da Área da Paisagem e Ambiente - LABPARC – Laboratório Paisagem Arte e Cultura, acolheu a nossa proposta de pesquisa como uma Cientista Social interessada em aprofundar conhecimentos e enfrentar os desafios do urbanismo contemporâneo. Em especial agradeço a Prof.^a Dr.^a Catharina Lima pela competência no papel de orientadora, presente nos momentos de dúvidas e buscas investigativas.

Agradeço a todos os professores de disciplinas, seminários e encontros que proporcionaram momentos de descobertas, análises e reflexões de importância para o desenvolvimento da tese, em particular aos Prof. Dr. Eugenio Queiroga e Prof. Dr. Raul Pereira pelas importantes colaborações dadas na banca de qualificação.

Do acompanhamento do dia a dia, gostaria de nomear as colegas de estudo - Tatiana Zamoner; Elaine de Moraes; Talita Souza; Flávia Suguimoto, Aline Santos pela presença, troca de ideias e buscas conjuntas de possíveis caminhos.

Aos técnicos da Prefeitura Municipal de Taboão da Serra: Marlene Bonfim; Cleide Alves; Eduardo Chimaburo; Vera Bortoletto; Solange de Lima, agradeço a paciência e a busca conjunta de dados em arquivos e apoio logístico de campo, compartilhando dificuldades e estimulando a perseverança.

Aos moradores do Jardim Margarida agradeço o acolhimento, a confiança e a disponibilização de suas ideias e modos de vida, retratando o cotidiano do bairro de pesquisa. Do grupo de crianças, levo muito carinho, sorrisos e astúcia. Foi muito revigorante vocês participarem da pesquisa.

À família - irmãs: Dorinha e Maria Helena; filhos: Caio; Maíra e Maytê; nora: Anne; genros: Marcello e Arthur e netos: Ian; Tiago e Luiza - desculpe pelas ausências e obrigada pelo apoio e incentivo.

Amigos do social e afetivo, obrigada pela paciência e por provocarem a reflexão: porque você voltou a estudar? Hoje respondo com a certeza do caminho percorrido: sou muito mais feliz!

A todos, o meu muito obrigada.

RESUMO

BENICIO, TAÍS D'AQUINO. Saneamento e Paisagem: um potencial de transformação nas periferias. 2015. 193 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015

Esta pesquisa busca uma interface entre os projetos de saneamento básico que implementam obras de abastecimento de água, esgoto e drenagem de águas urbanas em bairros da periferia de São Paulo, com o campo conceitual e propositivo do estudo da Paisagem urbana, não apenas considerando as configurações espaciais como também a percepção dos sentimentos manifestos pelos sujeitos moradores, através da memória, da afetividade e do pertencimento ao respectivo bairro de moradia. Partindo da capacidade dos projetos de saneamento de qualificarem ambientalmente áreas degradadas, foi estruturada uma pesquisa que evidenciasse a relação dos moradores com o ressurgimento de elementos da relação cidade e natureza. Fica demonstrada a capacidade dos Espaços Livres Públicos, remanescentes ou criados pelos projetos de saneamento urbano, de favorecerem essa mediação entre os processos antrópicos, os culturais e os biofísicos naturais, sustentando a formação e a qualificação da paisagem urbana nas periferias das grandes cidades. Ao considerar o pressuposto de que a percepção da paisagem tem a ver com o sujeito e com seu modo de estar no mundo, os estudos de campo foram orientados por uma pesquisa qualitativa, relacionada a observações da dinâmica local; percebendo, caminhando ou fotografando fenômenos correlatos, proporcionando uma convivência com o cotidiano do bairro. Na abertura de diálogos e discernimento de revelações de seus moradores, crianças e adultos, evidenciaram-se atitudes compassivas com a degradação ambiental, as quais demonstraram a necessidade de uma abordagem pedagógica sensível, que transmita informações claras e objetivas acerca dos limites da relação, no meio urbano, entre homem e natureza. Os resultados da qualificação ambiental dos projetos de saneamento básico, associados a práticas educativas de percepção da Paisagem do bairro, favoreceram a necessária visão intersubjetiva da relação entre morador e cidade.

Palavras-chave: Paisagem urbana (aspectos sociais), Taboão da Serra (SP), Saneamento urbano (aspectos urbanísticos), Periferia, Espaços Livres Públicos, Participação.

ABSTRACT

BENICIO, TAÍS D'AQUINO. Sanitation and landscape: a potential transformation in the suburbs. 2015. 193 p. Thesis (Ph.D.) - Faculty of Architecture and Urbanism, University of São Paulo, São Paulo, 2015

This research presents an interface between basic sanitation projects that implement water supply works, sewage and drainage urban water in neighborhoods on the outskirts of São Paulo, considering the conceptual and propositional framework of urban landscape; not only the spatial configuration as well as the residents' feelings perception through their memory, affection and belonging to their housing neighborhood. Based on the capability of sanitation projects in qualify environmentally degraded areas, the research demonstrated the residents relationship with the resurgence of elements of the city-nature connection. This indicates the ability of the Public Open Spaces, remaining or created by urban sanitation projects, in facilitating the mediation between human, cultural and biophysical processes; supporting the conformation and qualification of the urban landscape on the outskirts of large cities. Considering the assumption that the landscape perception is related with the subject and their way of being in the world, field surveys were guided by a qualitative research associated to observations of the local dynamics; seeing, walking or shooting related phenomena, providing a local everyday familiarity. The disclosure of residents' dialogues and discernment from children and adults set fourth that compassionate attitudes to environmental degradation; which evidence the need for significant pedagogical approach, to convey clear and objective information about the limits of human-nature relationship in urban environments.. The results of the environmental qualification of sanitation projects related to educational practices of local landscape perception fomented the inter-subjective view of the residents-city relationship.

Keywords: Urban Landscape (social aspects), Taboão da Serra (SP), urban sanitation (urban aspects), urban peripheral areas, Public Open Spaces, Participation.

Listas de Ilustrações

Fotos

Foto 1	Viela de drenagem utilizada como passagem de pedestre.	34
Foto 2	Construção de “ateliê” de arte nas margens do Córrego Palmital.	34
Foto 3	Construção de garagem de moto.	34
Foto 4	Área gramada nas margens do Córrego Palmital, em processo de ajardinamento.	35
Foto 5	Descarte irregular de lixo doméstico na calçada.	35
Foto 6	Tipo de uso reforçando a criação de áreas verdes.	35
Foto 7	Visão panorâmica de inserção do conjunto habitacional.	70
Foto 8 e 9	Execução das obras e aspectos da canalização do Córrego Palmital na altura do Jardim Comunitário.	71
Foto 10, 11 e 12	Ponto de encontro das obras de canalização do Córrego Palmital, entre o Jd. Comunitário e Jd. Margarida.	72
Foto 13	Ponto de encontro dos dois trechos das obras de canalização do Córrego Palmital, entre o Jd. Comunitário e Jd. Margarida	72
Foto 14, 15 e 16	Reunião equipe social, com técnicos da área física da prefeitura e empreiteira de obras.	81
Foto 17, 18 e 19	Visitas domiciliares, atualização de cadastro e atendimento de plantão social no escritório local.	81
Foto 20, 21 e 22	Reuniões com os grupos de moradores: “os que saem” e “os que ficam”.	81
Foto 23, 24 e 25	Reuniões com parceiros de ações: SABESP e equipe de Meio Ambiente da Prefeitura.	81
Foto 26 e 27	<i>Mercado New Seasons, Green Infrastructure: high performance landscapes for healthy cities.</i> SVR. Seattle, WA. EUA.	88
Foto 28	<i>Street Edge Alternatives</i> ou <i>SEA Street</i> . SVR. Seattle, WA. EUA.	89
Foto 29	Placas interpretativas. <i>Green Infrastructure</i> : SVR, Seattle, WA. EUA	89
Foto 30	Ilustração do processo participativo dos moradores.	90
Foto 31	Ilustração da parceria com a arte.	90
Foto 32	Aspectos de ocupações da área das nascentes do Córrego Palmital antes e depois das remoções das casas.	93
Foto 33 e 34	Aspectos de ocupações da área das nascentes do Córrego Palmital antes e depois das remoções das casas, com o início da reconstrução da calha de drenagem do córrego.	94

Foto 35	Área do Córrego Palmital ocupada por moradias. Trecho de junção entre o Jardim Margarida e o Jardim Comunitário.	127
Foto 36	Moradia ocupando área do leito do Córrego Palmital. Jardim Margarida	128
Foto 37	Acesso para moradias nas margens do Córrego Palmital. Jardim Margarida.	128
Foto 38	Crianças improvisando um campo de futebol em área desapropriada pela Prefeitura.	135
Foto 39	Crianças improvisando um campo de futebol em área desapropriada pela Prefeitura.	135
Foto 40	Dinâmica de trabalho realizado na sala do escritório de atendimento local.	142
Foto 41	Exposição dos primeiros desenhos que surgiram do imaginário das crianças.	143
Foto 42	Desenho de uma criança moradora com 9 anos – desenhou sua casa, o poste em frente a casa e as flores do vaso de sua tia.	144
Foto 43	Desenho de uma criança moradora com 10 anos – desenhou “a minha rua querida”.	144
Foto 44	Desenho de uma criança moradora, com 10 anos: “fiz a paisagem da minha rua”.	144
Foto 45	Grupo de crianças passeando a pé pelas ruas do bairro, com o objetivo de observar e avaliar o que gostavam.	145
Foto 46	Grupo de crianças passeando a pé pelas ruas do bairro, com o objetivo de observar.	146
Foto 47, 48 e 49	Três desenhos individuais que retratam o córrego como o local da sujeira e do lixo.	147
Foto 50	Seção de “cineminha”, para as crianças.	148
Foto 51	Uma das nascentes que formam o córrego Palmital.	149
Foto 52	Segundo passeio das crianças pelo bairro, quando puderam observar uma das nascentes de água que formam o Córrego Palmital.	149
Foto 53	Grupo de crianças apresentando o desenho que retrata o que viram e sentiram no passeio à área das nascentes.	150
Foto 54	Outro grupo de crianças, que retrataram o ciclo da água no planeta.	150
Foto 55 e 56	Desenhos elaborados em grupo, com o propósito de esquematizar como gostariam de utilizar a área das nascentes do córrego Palmital.	152
Foto 57	Execução da pintura do painel.	152
Foto 58 e 59	Finalização do painel e sua inserção na paisagem cotidiana do bairro.	153
Fotos 60 e 61	Criança fotografando o que mais gostava no bairro.	155

Figuras

Figura 1	Região Metropolitana de São Paulo, com a indicação a oeste da cidade de Taboão da Serra.	39
Figura 2	Mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo, indicando Taboão da Serra como densamente povoado.	40
Figura 3	Imagem do município de Taboão da Serra, sob foto aérea, sinalizando em vermelho as duas principais vias de acesso – BR-116, Regis Bittencourt e Av. Kizaemon Takeuti.	41
Figura 4	Desenho sobre foto aérea do Jardim Margarida, realizada em 2011.	42
Figura 5	Região do Jardim Margarida, com as indicações de referências do percurso do Córrego Palmital.	44
Figura 6	Imagem aérea indicando o perímetro do Jardim Margarida, anterior ao início das obras, em que se pode observar a situação de adensamento.	45
Figura 7	Desenho das duas principais Sub-bacias hidrográficas de Taboão da Serra: Córrego Pirajuçara e Córrego Poá.	65
Figura 8	Planta da Bacia hidrográfica do Córrego Palmital indicando o percurso do Córrego Palmital,	66
Figura 9	Indicação de intervenção do Projeto PAT-PROSANEAR sobrepondo foto aérea do Jardim Margarida.	67
Figura 10	Planta de contorno da intervenção do programa no Jardim Margarida, indicando as curvas de nível e a estaca inicial e final das nascentes do Córrego Palmital, no Jardim Margarida.	69
Figura 11	Legenda complementar ao mapa de intervenção – Engenharia, Urbanismo e Paisagismo para o Jardim Margarida.	73
Figura 12	Desenho da revisão do Projeto de Canalização e Paisagismo do Córrego Palmital, Jardim Margarida.	75
Figura 13	Desenho de intervenções. Revisão do PSI - Plano de Saneamento Integrado. Jardim Margarida.	77
Figura 14	OLMSTED, Frederick Law – <i>Boston Park System</i> – Emerald Neckl.	87
Figura 15	Imagem aérea indicando referências da vida cotidiana dos moradores, utilizada como estímulo de percepção nas entrevistas da pesquisa qualitativa.	137

Tabelas

Tabela 1	Habitantes por Idade e Sexo – Jd. Margarida	47
Tabela 2	Fases do desenvolvimento das águas urbanas.	82

Gráficos

Gráfico 1	Pirâmide de idade – 2005 – Jd. Margarida	47
-----------	--	----

Anexos

Anexo 1	Planilha síntese das entrevistas realizadas com os moradores adultos.	179
Anexo 2	Ficha técnica do Jardim Margarida.	191

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. A METRÓPOLE, A CIDADE E O BAIRRO	25
1.1 A METRÓPOLE	25
1.1.1 ASPECTOS DA FORMAÇÃO DA METRÓPOLE	25
1.1.2 PERIFERIA E A SEGREGAÇÃO URBANA	28
1.1.3 HABITAÇÃO POPULAR	29
1.1.4 CONTEXTO	32
1.2 OBJETO DE ESTUDO	33
1.2.1 A CIDADE DE TABOÃO DA SERRA	37
1.2.2 INSERÇÃO DO BAIRRO JARDIM MARGARIDA	41
1.2.3 CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES	46
1.2.4 HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO BAIRRO	48
2. O SANEAMENTO URBANO	53
2.1 CONSIDERAÇÕES À LUZ DA HISTÓRIA	53
2.1.1 DE 1900 A 1960 – HIGIENISMO	53
2.1.2 DE 1970 A 1980 – SANEAMENTO BÁSICO E O SURGIMENTO DAS COMPANHIAS ESTADUAIS	56
2.1.3 DE 1990 A 2000 – A NOÇÃO DE SANEAMENTO AMBIENTAL	58
2.1.4 O MARCO REGULATÓRIO – LEI 11.445/2007	60
2.2 DELINEANDO A PRÁTICA – APROXIMAÇÕES	62
2.2.1 PROSANEAR E PAT-PROSANEAR – PROJETO JARDIM MARGARIDA	62
2.2.1.1 Características físicas	64
2.2.1.2 Características das intervenções e obras	69
2.2.1.3 Trabalho técnico social	79
2.2.2 A DRENAGEM E QUESTÕES URBANAS	82
2.2.3 NOVAS ESTRATÉGIAS PAISAGÍSTICAS PARA A ÁGUA URBANA	86
2.2.3.1 Alguns dispositivos de infraestrutura verde	87
2.3 CONSIDERAÇÕES	91

3. REFERENCIAL TEÓRICO	97
3.1 PAISAGEM	97
3.2 ESPAÇO LIVRE PÚBLICO – SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	101
3.3 ESFERA PÚBLICA	104
3.4 RELAÇÃO ENTRE PAISAGEM E NATUREZA	105
3.5 CÓRREGO NA PAISAGEM	107
3.6 PAISAGEM E CIDADE	110
4. RESULTADOS E ANÁLISES DAS PESQUISAS QUALITATIVAS	115
4.1 PESQUISA COM O GRUPO DE MORADORES ADULTOS	117
4.1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA QUALITATIVA	119
4.1.1.1 Justificativa	119
4.1.1.2 Constituição dos dados	120
4.1.1.3 Amostra	122
4.1.1.4 Procedimentos para análise	123
4.1.2 RESULTADO DA PESQUISA – INFORMAÇÕES E ANÁLISES	124
4.1.2.1 Chegada no bairro	124
4.1.2.2 A vida no bairro	129
4.1.2.3 O bairro de hoje	131
4.1.2.4 Estímulo da intervenção	136
4.2 PESQUISA COM O GRUPO DE MORADORES CRIANÇAS	141
4.2.1 METODOLOGIA DA ARTE EDUCAÇÃO	141
4.2.1.1 Amostra e formação do grupo	141
4.2.1.2 Processo de trabalho	143
4.2.1.2.1 Novas informações	147
4.2.1.2.2 Mensagem deixada	151
4.2.1.2.3 Observações e análises	153
4.3 CONSIDERAÇÕES	156
5. SÍNTESE E DESAFIOS	159
6. BIBLIOGRAFIA	167

Saneamento e Paisagem: um potencial de transformação nas periferias

[...] “estes quadros significam o meu sonho de recuperação do Córrego Palmital”.

Fotos da autora: Autorização de uso da imagem dada pela Pintora **Margarida Pereira Quil Viana**, moradora do Jardim Margarida, há 30 anos. Descrição dada pela artista: [...] “*Retratei as duas árvores que existem. A colorida iremos plantar depois das obras [...]*”. Jd. Margarida, Taboão da Serra. SP. 2015.

[...] “se o córrego fosse limpo seria natureza: como está, é sujeira”[...]

Fotos da autora: Processo de obras na etapa de remoção de moradias e recuperação das nascentes e leito do Córrego Palmital. Jd. Margarida, Taboão da Serra. SP. 2011/2013.

Foto da autora: Paineis projetado e pintado pelo grupo de crianças moradoras, como resultado de atividades de educação e arte, transmitindo aos demais moradores, a importância e adequação do uso dos Espaços Livres Públicos, de modo a preservar as nascentes do Córrego Palmital. Jardim Margarida. Taboão da Serra/SP. Dezembro/ 2013.

Introdução

Esta pesquisa busca uma aproximação e uma interface entre os **projetos de Saneamento Básico** que implementam obras de abastecimento de água, obras de esgoto e obras de drenagem de águas urbanas em bairros da periferia de São Paulo, com o campo conceitual e propositivo do estudo da **Paisagem** urbana, não apenas considerando as configurações espaciais mas também a percepção dos sentimentos manifestos pelos sujeitos – moradores, através da memória, do sentimento de afetividade e de pertencimento ao seu bairro de moradia.

Consonante com o desenvolvimento do Saneamento Básico – que busca uma ampliação das funções e uma implantação da infraestrutura, incorporando novas preocupações de conservação ambiental e melhora da qualidade de vida¹ –, acrescentaremos os pressupostos e referenciais teóricos do estudo da Paisagem e de sua capacidade de influir em aspectos objetivos e exteriores – manutenção do bairro, assim como aspectos interiores – de quem observa a Paisagem, considerando sentimento e percepção espacial, não apenas no sentido visual e estético, mas também a partir de um mundo real, de vivência e de relacionamento com a cidade².

A entrada dos projetos de saneamento em bairros de moradia popular, em sua maioria, traz consigo a necessidade de um reordenamento espacial e territorial, podendo originar uma nova configuração do **Sistema de Espaços Livres (SEL)** destas áreas. Ou seja, queremos evidenciar a oportunidade de ampliação das ações dos projetos de saneamento, que criam novos **Espaços Livres (EL)** em áreas urbanas problemáticas, espontaneamente criadas pela necessidade de moradia apresentada por trabalhadores de baixa renda e suas famílias; áreas que hoje se configuram como desestruturadas do conjunto da cidade, formando o usual padrão periférico de urbanização.

Não é novidade a informalidade e o imprevisto na construção destes bairros, que hoje convivem com graves problemas de degradação ambiental, afastando seus moradores, em

¹ TUCCI, Carlos E. M. *Água Urbanas*. In: Revista Estudos Avançados 22 (63), USP. São Paulo: 2008.

² QUEIROGA, Eugênio. *Razão Pública e Paisagem*. Palestra no "11º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil". ENEPEA. Campo Grande: 2012.

especial as crianças nascidas e criadas nestes ambientes, do convívio e da capacidade de identificação ligada a elementos da natureza presentes na cidade, seja a água de uma nascente formando um córrego, ou o nascimento de uma flor, capaz de atrair uma borboleta ou um pássaro.

As propriedades dos Espaços Livres são urbanisticamente conhecidas para a qualidade de vida comum nas cidades. Eles têm por essência um valor simbólico que configura sua especificidade e que, em projetos de saneamento, pode assumir novos papéis de religação entre a cidade e seu suporte biofísico. Se ambientalmente recuperados, expressam a compreensão da Paisagem como elemento ativo, capaz de ampliar a percepção e o sentimento de conexão dos moradores com o ambiente em que vivem, ou seja, seu bairro de moradia.

É preciso reconhecer as especificidades da urbanização brasileira, suas contradições e conflitos. Mais que idealizar situações “naturalísticas”, iremos demonstrar a real capacidade dos Projetos de Saneamento Básico em ativar mudanças sustentadas por um apropriado momento de intervenção socioespacial e educativo; em poder – no âmbito da sua capacidade de gestão administrativa, financeira e de composição e formação de equipes técnicas multifuncionais –, podem estrategicamente, agregar funções correlatas e complementares às já reconhecidas soluções técnicas e execuções de obras, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida nas periferias das grandes cidades.

Assim, a hipótese central desta pesquisa parte da ideia da aplicabilidade do campo conceitual da PAISAGEM colaborando na ampliação, abrangência e capacidade dos Projetos de Saneamento Básico, de modo a potencializar seu papel de suporte acumulativo e ordenamento territorial, atribuindo a estes projetos a importância de colaborador da gestão socioespacial, capaz de orientar um planejamento voltado para a melhor inserção dos bairros periféricos no conjunto sistêmico e funcional das cidades.

A revalorização atual do conceito de Paisagem não é um retorno simples ao passado naturalista, mas uma busca para o restabelecimento de possíveis ligações da cidade com os elementos da natureza ainda presentes ou requalificados. A Paisagem enquanto campo conceitual pode resguardar valores da sensibilidade, do acolhimento e da não violência, sintetizando elementos objetivos e subjetivos de tais processos.

A filosofia categoriza a Paisagem como dimensão da realidade ou do Ser:

Cidade e paisagem assemelham-se pela fisionomia individual de cada lugar; são formas individualizadas do ser e concomitantemente do (nosso) estar [...] Espacialmente consideradas, cidade e paisagem compenetraram-se, sendo

difícil dizer onde começa uma e acaba outra – a cidade está na paisagem, tal como a paisagem penetra na cidade. (SERRÃO, 2012, p. 70).

Iremos demonstrar a capacidade dos Espaços Livres Públicos – remanescentes ou criados pelos projetos de saneamento urbano – possibilitarem uma nova mediação dos processos antrópicos (culturais) e biofísicos (naturais), sustentando a formação e qualificação da Paisagem Urbana nas periferias das grandes cidades.

Esta pesquisa trabalha com uma reflexão teórica e prática, partindo dos conceitos de Paisagem e Sistema de Espaço Livre Público, apresentando uma certa aplicabilidade e algumas evidências de um projeto de saneamento e qualificação urbana desenvolvido no Jardim Margarida³, analisado e interpretado sob o crivo dos moradores, que respondem questões como: quais as dificuldades de entendimento e inserção destes novos Espaços Livres no cotidiano? Como os moradores veem estas transformações? Qual a percepção dos moradores quanto à presença e à importância de elementos da natureza para a qualidade de vida do bairro?

Do ponto de vista metodológico o trabalho se pautou por diferentes subsídios e pesquisas documentais, com interpretações técnicas direcionadas a uma releitura do saneamento no meio urbano, em especial, ao projeto de intervenção no bairro de moradia Jardim Margarida. Diferentes técnicas e formas de aproximação e estudo da realidade foram utilizadas, como a estruturação da pesquisa qualitativa e fotográfica. Textos de autores teóricos e conceituais do urbanismo e do campo conceitual e propositivo da Paisagem embasaram um quadro de referência e a montagem de uma pesquisa experimental junto aos moradores, apontando significados, possibilidades e caminhos de intervenção.

Iniciamos a apresentação dos estudos introduzindo o conceito de metrópole, enfatizando o seu caráter de interligação territorial e de conexão de problemas sociais e ambientais, como o tratamento dos recursos hídricos. A conurbação urbana e as questões habitacionais dos trabalhadores de baixa renda são apresentadas como uma consequência de formação da cidade industrial no Brasil. Neste capítulo introdutório, apresentamos nosso objeto de estudo – o bairro Jardim Margarida –, caracterizando-o e inserindo-o na cidade de Taboão da Serra, bem como no contexto de formação da Região Metropolitana de São Paulo. A partir de uma análise de dados e informações técnicas obtidas por uma pesquisa documental junto à equipe técnica da Secretaria Municipal de Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano,

³ Bairro de Taboão da Serra, cidade situada na borda oeste da Região Metropolitana de São Paulo.

caracterizamos a situação do Jardim Margarida e a dos moradores atendidos pelo Programa PAT-PROSANEAR.

No segundo capítulo trabalhamos o significado do saneamento básico no Brasil e a sua potencial parceria na estruturação e formação urbana das cidades brasileiras. Analisamos a situação atual das políticas públicas de gestão do Saneamento Básico e a evolução do conceito de saneamento ambiental até chegarmos ao marco regulatório, com a lei federal nº 11.455/2007. Com o início do PAT-PROSANEAR no município de Taboão da Serra, especificamos as ações e os projetos de intervenção no Jardim Margarida, enfatizando a criação do “Caminho Verde”, como uma referência pedagógica intermediadora dos resultados das obras de saneamento com o campo conceitual e propositivo do estudo da Paisagem. Indicando novas possíveis visões de tratamento da rede hídrica no meio urbano, mencionamos alguns exemplos de aplicação da tecnologia – LIDS (*Low Impact Development Systems*), que implantam novas formas sistêmicas de tratamento da drenagem, mais naturais para a vida na cidade, aproximando de uma relação ambiental e paisagística na gestão das águas pluviais.

No terceiro capítulo, dedicamo-nos ao aprofundamento teórico apresentando um quadro referencial básico, que orientou tanto a formulação das hipóteses da pesquisa como sustentou uma aproximação prática e uma delimitação do campo empírico, evidenciando objetivos, questões, sujeitos e fenômenos a serem pesquisados. Partindo inicialmente de conceitos trabalhados no urbanismo, um leque de referências conceituais se abre: passando pela geografia, antropologia, chegando na filosofia, que nos traz novas reflexões das relações entre homem, cidade e natureza, sugerindo a busca de uma nova ética, em que o homem refaça os princípios formados pelo antropocentrismo, praticando uma nova relação de uso e exploração dos recursos naturais. A reaproximação da cidade com a sua Paisagem é um possível caminho de reaproximação do homem com a natureza, representando uma forma pedagógica de orientação e inserção, uma indicativa do limite ligado ao agir humano na cidade.

A partir dos fatos relacionados às transformações da Paisagem viabilizadas pelas obras de saneamento, chegamos a uma verificação prática através de observações diretas no campo e na estruturação de estudos investigativos para uma melhor compreensão dos sentimentos e das percepções dos sujeitos – moradores. Assim, no quarto e último capítulo, apresentamos as bases conceituais, as bases metodológicas e os resultados de uma pesquisa qualitativa como forma de acercamento com o universo desses sujeitos (crianças e representantes das famílias), abrindo um diálogo com eles. Nos aproximando desse universo, buscamos uma maior interação e aprofundamento para uma análise de significados e para uma busca de caminhos suscetíveis aos processos de transformação dos Espaços Livres Públicos obtidos pelos projetos de

saneamento no bairro, historicamente degradado pelo inadequado uso do solo com descartes de lixo e esgoto doméstico, vindos das próprias moradias.

Chegamos às considerações finais, em que confirmamos as propostas de potencialidade do saneamento como estruturador de uma nova Paisagem urbana nas periferias da metrópole, capaz de intermediar um novo processo de participação dos cidadãos moradores dessas regiões, que assumem um protagonismo em relação a elas, numa parceria com os Projetos de Saneamento Básico gerenciados pelos serviços públicos municipais, incorporando, dessa forma, a Paisagem como instância qualificadora do ambiente urbano e como instrumentalizador de uma nova ética de relação entre cidade e natureza.

1. A metrópole, a cidade e o bairro

1.1 A metrópole

As oportunidades de ampliação do conhecimento se apresentam aliadas ao enfrentamento de desafios e à manifestação de respostas que motivam e esteiam o desenvolvimento de muitos estudos e pesquisas acadêmicas. Assim, elaborando novas perguntas e buscando novas respostas, essa tese de doutorado se propõe a aprofundar a relação entre os Projetos de Saneamento Básico que implementam obras de abastecimento de água, obras de esgoto e obras de drenagem de água urbanas em bairros da periferia de São Paulo, com o campo conceitual e propositivo dos estudos da Paisagem Urbana, não apenas considerando as configurações espaciais, mas também a percepção dos sentimentos expostos pelos sujeitos – moradores, através da memória, da afetividade e do pertencimento ao seu bairro de moradia.

Mais do que debater os conflitos entre capital e trabalho na criação dos ambientes construídos, ou, idealizar situações utópicas de retorno à natureza pura e bela, queremos demonstrar na prática, a real capacidade dos Projetos de Saneamento Básico em ativar mudanças nas relações entre cidade e meio ambiente. Firmando-se como uma oportunidade de intervenção socioespacial e educativa, os Projetos de Saneamento Básico podem estrategicamente ampliar suas ações no âmbito de sua capacidade de gestão administrativa, financeira e de composição de equipes técnicas multifuncionais: agregando funções correlatas e complementares às execuções de obras, contribuindo para a melhora da qualidade de vida nos bairros das periferias e, conseqüentemente, no conjunto funcional das cidades.

1.1.1 Aspectos da formação da metrópole

Como início de análise, tomamos a leitura e a formação da metrópole no sentido de decifrar as características peculiares de São Paulo e do conjunto de cidades que formam seu entorno. Dessa maneira, consideramos o significado semântico da palavra "metrópole", que vem do grego *metropolis* (*meter* significando "mãe", "ventre", e *pólis* significando "cidade") e

é termo empregado para designar as cidades centrais de áreas urbanas formadas por cidades ligadas entre si, fisicamente conurbadas e através de fluxos de pessoas e de serviços, assim como por cidades que assumem importante posição econômica, política, cultural etc. na rede urbana da qual fazem parte.

Do ponto de vista funcional, podemos dizer que a metrópole é uma congregação de unidades administrativas, um conjunto de cidades de gerenciamento autônomos que apresentam problemas sociais e urbanos comuns. A metrópole é uma forma de estruturação urbana reproduzida em todo o mundo, fortemente relacionada ao desenvolvimento econômico contemporâneo⁴.

A região metropolitana de São Paulo, como metrópole moderna, sempre esteve profundamente associada a processos de industrialização e urbanização acelerados. O espaço físico resultante dessa associação é identificado por congregar grandes contingentes populacionais, sendo a alta escala populacional um importante indicador de metropolização. A ausência de instrumentos de controle do crescimento urbano pelo poder público – e, mais do que isso, a ausência de tais instrumentos de controle no período mais dinâmico desse crescimento –, tornou-se uma marca da metropolização paulista. Foi o dinamismo do setor privado da economia que orientou e organizou o desenvolvimento da metrópole, com destaque para o capital imobiliário e empreendedor de construção da própria cidade (MEYER; GROESTEIN, 2004, p. 48).

Enfatizando os estudos e argumentos metodológicos que evidenciam o esgotamento do modelo dos espaços metropolitanos construídos para o funcionamento da etapa do capitalismo industrial, temos que a metrópole moderna, fundamenta uma busca de novos modelos de desenvolvimento urbano, enquanto que a metrópole contemporânea requer um conjunto de estruturas e melhorias urbanas de atendimento do universo cotidiano, aguardadas pelos moradores das periferias.

Segundo Meyer (2004), podemos considerar:

[...] uma exaustão das grandes cidades e metrópoles pela etapa do capitalismo industrial. Hoje, os níveis de esgotamento dos espaços metropolitanos construídos para o funcionamento dessa etapa passam a comprometer o seu desempenho cotidiano. Se observa uma ineficiência no cumprimento de

⁴ Um traço comum das metrópoles é a integração do tecido urbano de mais de um município, do que resulta uma cidade única, mas de gestão fragmentada entre diversos governos locais. Metade da população brasileira reside em regiões, oficialmente classificadas como “metropolitanas”. Atualmente existem no país 53 regiões metropolitanas e 05 Aglomerações Urbanas no Brasil. (Senado Federal – Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 13 de 2014 – em tramitação. Site do Ministério das Cidades).

funções urbanas mínimas se confrontando com a demanda de sofisticadas instalações de infraestruturas de telecomunicação e informações para o funcionamento da rede internacional, se contrapondo a um conjunto de melhorias urbanas aguardadas pelos moradores, no universo de vida do seu cotidiano (MEYER, 2004).

Assim, fica evidente que as metrópoles situadas em países denominados periféricos, ou seja, em países que se situam na esfera marginal do capitalismo desenvolvido mundialmente, não garantem melhores condições materiais de vida urbana para todos os seus habitantes. A metrópole nos países periféricos apresenta um padrão de organização socioespacial no qual a precariedade e a modernização se sobrepõem, gerando um espaço característico de um novo padrão de urbanização designado como modernização precária, que revela novas formas de segregação socioespacial.

As políticas públicas, sobretudo as associadas à produção de habitações sociais, desempenharam um papel importante no processo de consolidação do modelo centro/periferia na metrópole de São Paulo. A relação trabalho-moradia acabou por tornar-se uma marca essencial da disfunção metropolitana. Consolida-se na metrópole paulistana o fato de que as suas imensas periferias se tornaram, o lugar dos pobres no Brasil contemporâneo⁵. A chamada *metropolização da pobreza* (grifo das autoras) é o dado determinante na elaboração de políticas urbanas em todo o mundo. No Brasil – e mais objetivamente em São Paulo – a elaboração de uma política urbana voltada para questões da periferia, além de essencial, assume um caráter de estratégia ampla, de cunho global, de espectro metropolitano (MEYER; GROESTEIN, 2004, p. 50).

O conceito urbanização sem cidade empregado pelas autoras, descreve com propriedade semântica a expansão da metrópole, que desde sua origem, alastra uma ideia da função “morar” desvinculada de qualquer atributo urbano⁶. A distância dos setores centrais e a inexistência ou insuficiência da rede viária e do transporte público acrescentam o grau e o teor da segregação. A ausência de Saneamento Básico em áreas de moradia popular só vem acrescentar a falta de controle do poder público, tanto no que diz respeito à localização das favelas e loteamentos clandestinos como no que concerne a produção das unidades habitacionais, estimulando a constituição de um território marginal precário.

⁵ O fenômeno dos cortiços e das recentes ocupações de edifícios abandonados nas áreas centrais da cidade de São Paulo, complementam a situação de ausência de políticas habitacionais para as pessoas de baixa renda. Esta pesquisa tratará das questões do modelo centro/periferia ao longo do transcurso de construção e expansão da metrópole.

⁶ Destacamos nesta análise os serviços de **saneamento básico em áreas de moradia**.

Nas zonas periféricas da região metropolitana de São Paulo, encontram-se padrões característicos de ocupação e degradação do solo urbano, que juntamente com a ausência da acessibilidade ou do sistema viário, configuram áreas desestruturadas do conjunto estruturado da cidade, formando o denominado padrão periférico de urbanização. Um padrão como esse resulta de precariedades características de ambientes construídos espontaneamente, ou seja, sem planejamento e/ou orientação técnica, resultando num processo de multiplicação e expansão de um modelo perverso de ocupação urbana – na forma de favelas e loteamentos clandestinos, carentes de atributos mínimos que o integre na estrutura como uma parte da cidade. Entre os tratamentos urbanos específicos de uma cidade, queremos focar os serviços de **Saneamento Básico**, que estão diretamente relacionados à qualidade ambiental e ao nível de saúde pública dos moradores desse modelo de ocupação.

1.1.2 Periferia e a segregação urbana

Para uma melhor compreensão do crescimento das favelas e loteamentos clandestinos, como nosso foco de pesquisa, podemos observar no meio urbano o fenômeno da segregação de várias naturezas, principalmente a de classes, etnias ou nacionalidades que podem dominar a estruturação de uma metrópole. Para Villaça (1998), a "**segregação** é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole", numa argumentação defensora da ideia de que o conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro versus a periferia. Enquanto o primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda; o segundo, subequipado e longe dos serviços, é ocupado predominantemente pelos excluídos. Assim, o espaço pode atuar como um mecanismo de exclusão (VILLAÇA, 1998, p. 142).

Caracterizando a periferia como representante de um processo de segregação dos desfavorecidos, percebe-se que a precariedade urbana em São Paulo se apresenta de forma muito diversificada e complexa, em uma ação de consolidação que vem ocorrendo há pelo menos quatro décadas. Suas características principais são de ordem material e traduzidas sobretudo nos aspectos da vida cotidiana da população. Meyer e Groestein (2004) indicam que "o locus da segregação urbana no interior da cidade é a **periferia**, e na metrópole são os denominados **municípios-dormitórios**" ou, em outras palavras, áreas que se caracterizam pela baixa oferta de empregos e pela concentração de populações de baixa renda em moradias precárias – produzidas ou não pelo poder público – e que têm como traço principal a

insuficiência de serviços básicos, como o de educação, o de saúde e o de **saneamento**, assim como pela mobilidade urbana limitada a que os moradores têm acesso, dependentes que são de um transporte público que deveria ser de alta eficiência. Constituem, em decorrência, áreas confinadas. O alto grau de desarticulação, e até mesmo o rompimento da continuidade entre os setores urbanos – o equipado e o precário –, justifica o uso da expressão **segregação urbana** (grifo meu) para definir a relação que a periferia mantém com a cidade e a metrópole (MEYER; GROESTEIN, 2004, p. 51).

1.1.3 Habitação popular

Para o desenvolvimento da problemática da segregação, buscamos entender a dinâmica histórica relacionada às questões habitacionais e que dizem respeito a informações sócio dinâmicas da Região Metropolitana de São Paulo que, nas décadas de 1960 a 1970, apresentou importantes ganhos migratórios, atraídos pelo mercado de trabalho, tanto no setor industrial quanto no de serviços. Nos anos 80 este panorama se modifica sendo que em 1991 se registra uma redução dos fluxos migratórios para a região. No entanto, a região de São Paulo não deixa de se expandir territorialmente, fato comprovado pelo crescimento de vários municípios metropolitanos e pelo volume de população redistribuída no interior dessa área. É preciso considerar ainda que as periferias das metrópoles cresceram mais do que os núcleos centrais, o que implica um aumento relativo das regiões pobres. Em algumas metrópoles, a diminuição do crescimento dos centros transformou-se em crescimento negativo dos bairros centrais. Há estudos que evidenciam essa dinâmica em São Paulo (MARICATO, 2001).

A recessão que se seguiu nos anos 80 e 90, quando as taxas de crescimento demográfico superaram as de crescimento do PIB, fazendo com que a evolução do PIB *per capita* fosse negativa, trouxe um forte impacto social e ambiental, ampliando o universo de desigualdade social. Nessas décadas, conhecidas como "décadas perdidas", a concentração da pobreza é urbana. Pela primeira vez em sua história, o Brasil tem multidões concentradas em vastas regiões – morros, alagados, várzeas ou mesmo planícies – marcadas pela pobreza homogênea (MARICATO, 2001).

As décadas perdidas não são as únicas a registrar as origens do que Maricato chama de tragédia urbana brasileira. O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, ao menos desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, quando as cidades passam a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação. Quando o trabalho se torna

mercadoria, a reprodução do trabalhador deve ocorrer pelo mercado. Mas isso não se deu no começo do século XX, como não aconteceu até o seu final. Como previu Joaquim Nabuco, o peso do escravismo estaria presente, na sociedade brasileira, muito após sua abolição (MARICATO, 1996, p.39). Não só grande parte dos trabalhadores atua hoje fora do mercado formal, como, mesmo aquela parte regularmente empregada na moderna indústria fordista, apela para expedientes de subsistência para se prover de moradia na cidade. Isso significa que grande parte da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói sua própria casa em áreas irregulares ou simplesmente invadida (MARICATO, 2001).

Ao conhecido universo das **favelas** – que não se esgota na ilegalidade da ocupação do solo –, devemos somar o universo dos **loteamentos ilegais**, muitas vezes camuflado na aparência e desconhecido na sua precariedade estrutural, chegando a atender, numericamente, a maior parte da população moradora dos municípios de São Paulo. Estes números, apesar de alarmantes, são imprecisos e mesmo desconhecidos na maioria das cidades brasileiras. A falta de rigor nos dados, que mostra o pouco interesse no conhecimento do tema, já é, por si, reveladora (MARICATO, 2001).

Outra questão importante, no contexto de formação das periferias foi que as diretrizes emanadas pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), provocaram uma mudança no padrão de produção de habitações em escala nacional, ocasionando uma transformação no perfil das grandes cidades, com a verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos. Por consequência, houve uma reprodução deste padrão de conjuntos habitacionais populares, com a verticalização e a formação de conjuntos habitacionais, localizados em terrenos afastados dos grandes centros e desprovidos de infraestrutura urbana. Segundo Maricato (1987), os governos municipais e estaduais desviaram sua atenção dos vazios urbanos – que, como se sabe, se valorizam com os investimentos públicos e privados feitos nos arredores – para jogar a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram de arcar com a extensão da infraestrutura para a criação destes novos núcleos de moradia.

O sistema financeiro de habitação alimentou também a extensão das obras ou “mega” obras de saneamento – particularmente a extensão do serviço de água tratada – ao mesmo tempo em que as obras viárias locais e regionais foram custeadas, principalmente pelos orçamentos estaduais e municipais (MARICATO, 1987). Na segunda metade dos anos 70, as atividades ligadas à construção civil ajudaram a manter o significativo crescimento do PIB, que já dava sinais de desaceleração. Enquanto o crescimento econômico se manteve alto, o modelo “funcionou” criando uma nova classe média urbana, mas mantendo grandes contingentes sem

acesso a direitos sociais e civis básicos: legislação trabalhista, previdência social, moradia e **saneamento**, entre outros serviços de infraestrutura urbana.

Mais diretamente relacionado ao nosso tema de análise, a partir dos anos 1980, verifica-se, na Metrópole de São Paulo, um significativo crescimento populacional com uma ausência de investimentos na capacidade de abastecimentos de infraestrutura compatíveis, com consequências na distribuição de água potável, que dispunha de uma rede aparentemente universalizada, mas com vários problemas no abastecimento, causando dificuldades de conectividade e distribuição dos serviços de abastecimento de água e nos de coleta de esgoto a um percentual quantitativo populacional de alta significação social.

Entre as dificuldades decorrentes desse processo de periferização – no qual uma parte da população está excluída do mercado legal e formal de produção de moradia –, uma das mais graves talvez possa ser a ausência de **Saneamento Básico**, isto porque pode-se comprovar que a expansão e o acesso à rede de água tratada e à rede de esgoto controlam a mortalidade infantil – principal indicador social de qualidade de vida nas cidades.

Na questão da moradia, as políticas públicas municipais e estaduais e federais não suprem a demanda, oferecendo alternativas habitacionais regulares, o que faz com que a população tenha de apelar para seus próprios recursos, produzindo suas próprias moradias e estruturando bairros inteiros com soluções estruturais paliativas. As consequências desse universo de construção, completamente desregulado e ignorado pelo Estado, podem ser observadas na dimensão quase que impositiva das favelas e loteamentos irregulares, como solução habitacional encontrada nas periferias da Região Metropolitana de São Paulo. A ocupação predatória e irracional – resultante dessa falta de alternativa e/ou controle –, são as principais causas de várias situações de risco e temeridade ambientais, encontradas nas grandes cidades contemporâneas, tais como: enchentes, desmoronamentos, poluição e escassez dos recursos hídricos.

1.1.4 Contexto

Essas áreas denominadas periféricas são justamente as mais afetadas por problemas socioambientais vêm, entretanto, ocupando um lugar secundário na denominada **gestão ambiental urbana**. Entre as dificuldades, evidenciamos a falta de tradição de atores mais experientes no campo socioambiental, para atuar na periferia urbana. Na sequência pode-se apontar a dificuldade em se obter recursos, pois muitos financiadores de projetos ambientais preferem investir em temas mais palatáveis ao público, como a recuperação de florestas e a conservação da biodiversidade. As dificuldades para viabilizar projetos são imensas quando o tema socioambiental é combinado aos problemas da exclusão social e habitacional. Assim, cabe aos setores públicos a responsabilidade de suprir a falta de interesse e investimentos dos setores privados nestes temas conflituosos relacionados à população de baixa renda, cumprindo o seu papel de articuladores e provedores de infraestruturas básicas para o funcionamento da cidade.

Estas considerações destacam a importância dos Projetos de Saneamento Básico, que através das prefeituras, com recursos dos governos estaduais e federais, atuam nas áreas mais periféricas e excluídas das cidades. No geral, essas obras chegam com a aprovação e expectativa de atendimento aos moradores que, comumente se mobilizaram para a obtenção de tais reivindicações, recebendo-as como benfeitorias para o seu bairro. Esta condição de prestação de serviço de necessidade básica que permeia os projetos de saneamento favorece uma aproximação com os grupos de moradores, que em geral se apresentam receptivos e sensíveis às novas intervenções que venham valorizar a integração do seu bairro com a cidade.

A repercussão do afastamento social e da segregação espacial, econômica e política é duramente sentida pelos moradores que, circulando pelas demais áreas da metrópole, em busca de melhores serviços, de trabalho ou mesmo de lazer, percebem por si próprios a situação de desvantagem e isolamento na qual se encontram. Esta característica será melhor trabalhada no capítulo 4 deste trabalho, quando apresentaremos os resultados de uma pesquisa qualitativa fundamentada no diálogo com os moradores.

Entre os benefícios trazidos pelo Saneamento Básico queremos ressaltar a possibilidade de, através das obras e recursos técnicos disponíveis, ser capaz de recuperar corpos d'água, malhas hídricas e, conseqüente, qualificação do solo e da vegetação, que sustentam a base biofísica de um determinado local. Estes resultados de requalificação ambiental evidenciam uma nova relação entre cidade e natureza, entrando no campo de estudo da Paisagem Urbana, que ao resguardar valores de sensibilidade, acolhimento e percepção, pode intermediar uma melhor integração dos moradores com seu bairro e com sua cidade.

1.2 Objeto de estudo

Como delimitação de área para o desenvolvimento dos estudos e pesquisas empíricas, foi selecionado um bairro de moradia chamado **Jardim Margarida**, situado no município de Taboão da Serra, cidade integrante da Região Metropolitana de São Paulo.

Compondo a equipe técnica de planejamento e execução dos projetos de saneamento e qualificação urbana para este bairro, obtivemos uma condição de acesso a dados e informações produzidas pelas demais áreas técnicas, entre eles, resultados de pesquisas populacionais censitárias, com gráficos, mapas e croquis demonstrativos das propostas de intervenção. A oportunidade de aproximação e convívio com o cotidiano de vida dos moradores beneficiou uma aproximação e análises qualitativas acerca de sentimentos, percepções e expectativas das pessoas em relação às transformações implementadas pelas obras de saneamento no bairro.

Outra situação favorável está relacionada à localização limítrofe do Jardim Margarida com o Jardim Comunitário, outro bairro que já havia recebido, em etapa de execução anterior, os mesmos serviços de Saneamento Básico propostos, servindo de oportunidade o recolhimento das evidências de certas questões de adaptação dos moradores aos novos espaços criados. Desse modo, foi possível observar alguns processos e dificuldades relacionadas à adequação cotidiana dos moradores diante da abertura de novos Espaços Livres públicos obtidos pelas obras, que criaram novas vielas de passagem para pedestres, esquinas, largos de confluência de ruas e abertura de praça. Estes espaços, originalmente para uso coletivo, em um curto período de tempo foram apropriados para uso privado, – como, garagem de moto, construção de um ateliê e até mesmo a acomodação de uma casa de cachorro –, os quais após serem advertidos pela fiscalização municipal foram reapropriado pela Prefeitura para uso público coletivo.

Foto 1 – Uma viela de drenagem utilizada como passagem de pedestre, ocupada como espaço para “casa de cachorro”. Jardim Comunitário. Taboão da Serra. São Paulo. Dezembro de 2011.

Foto 2 – Construção de um “ateliê” de arte numa área nas margens do Córrego Palmital, resultante da demolição de casas removidas pelo Projeto Prosanear. Jardim Comunitário. Taboão da Serra. São Paulo. Dezembro de 2011.

Foto 3 – Construção de uma “garagem de moto”, ocupando uma esquina ampliada pela remoção de uma moradia. Jardim Comunitário. Taboão da Serra. São Paulo. Dezembro de 2011.

Quanto a observações positivas, a simples criação de espaços gramados, nas margens de canalização do Córrego Palmital, foi rapidamente apropriada e valorizada pelos moradores como área de lazer e contemplação, mas não deixando de receber usos indevidos como, descartes de lixo doméstico e entulhos de construção civil.

Foto 4 – Área gramada nas margens do Córrego Palmital, em processo de ajardinamento. Jardim Comunitário. Taboão da Serra, dezembro de 2013. São Paulo.

Foto 5 - Descarte irregular de lixo doméstico na calçada da área em processo de ajardinamento. Jardim Comunitário. Taboão da Serra, dezembro de 2013. São Paulo.

Foto 6 - Mesma área apresentada acima, em que o tipo de uso reforça a criação de áreas verdes como desejo de lazer e contemplação. Jardim Comunitário. Taboão da Serra, dezembro de 2013. São Paulo

Desta forma, observa-se que e as obras de saneamento, em si, não conseguem atender as necessidades dos moradores no que concerne a percepção, a sensibilidade e a adaptação de uso dos novos espaços de interesse público, responsáveis por trazer, em sua origem, um potencial de desenvolvimento e agregação social que beneficia trocas e encontros sociais, apoiando um exercício de alteridade entre os moradores e um melhor desenvolvimento da esfera social do bairro. Nos capítulos 3 e 4 deste trabalho contextualizaremos esses conceitos aplicados à referida pesquisa qualitativa que, através do diálogo com representantes do Jardim Margarida, trabalha expectativas e potenciais de desenvolvimento social e paisagístico, do ponto de vista dos moradores.

Em um aspecto geral, quem chega no Jardim Margarida com um olhar de quem caminha pelas ruas e vielas, depara-se com a presença de muitas pessoas utilizando os espaços externos de suas casas, andando pelas ruas em atividades de rotina percebidas pelos sons, pelos olhares e pela dinâmica de vida, que retratam um cotidiano pleno de relações sociais. O observador externo experimenta, em geral, uma desconfiança inicial, manifesta na troca de olhares que denotam uma expectativa ou uma curiosidade pela chegada de um estranho – o que pode significar uma ameaça justificada pela situação de precariedade do assentamento e/ou pela clandestinidade na ocupação da terra. Nem por isso a situação exclui uma receptividade ao visitante. No geral, o diálogo surge na sequência natural da presença, do desejo de contato e do estabelecimento de uma relação pessoal. Nesta aproximação inicial, guiada pelos princípios da fenomenologia, orientamo-nos no sentido de suspender temporariamente uma lógica ou uma hipótese pré estabelecida para lidar com o fenômeno do primeiro contato e da aproximação. Procurou-se, então, uma atitude de entendimento das relações de contexto, a partir do sentimento dos sujeitos, representados pelos moradores.

Neste momento, estamos no intervalo entre o mundo da vida e a intersubjetividade do sujeito, não privilegiando a consciência, nem o mundo. A nossa percepção é o que funda a nossa ideia de verdade. É o nosso acesso à verdade, porém não é a verdade estanque, mas, uma experiência desta verdade. Para Merleau Ponty, esta é uma filosofia do inacabamento. É sempre uma visão parcial, passível de ser revista pelo tempo e dados da realidade, não desmerecendo, e sim, valorizando a relação dialética⁷ (PALLAMIN, 2011).

⁷ Anotações de aulas da disciplina AUP 5882 - Paisagem e Arte, ministrada por Vera Pallamin. Intervenções Contemporâneas, pós-graduação, FAU/USP, agosto/novembro de 2011. São Paulo.

No sentido geral, analisando os Espaços Livres Públicos disponíveis no Jardim Margarida, deparamo-nos com a precariedade e a evidente ausência de tais espaços, que em sua maioria, foram irregularmente ocupados por moradias de famílias, o que prejudicou até mesmo a circulação funcional do sistema viário e a disponibilização dos espaços mínimos de calçadas para uso dos pedestres. Podemos inicialmente observar, pelo comportamento de alguns moradores, uma falta de entendimento das funções e dos objetivos da existência de Espaços Livres públicos para a vida na cidade. O limite entre os usos, entre público e privado, torna-se tênue – talvez pela própria característica de formação das vizinhanças, que agregam muitos parentes, acolhidos em atitudes de solidariedade. Assim, pode-se observar ruas e quarteirões inteiros ocupados pela mesma família, em que o improvisado e as soluções simplificadas se apresentaram como resposta inicial; contudo, essas famílias confrontam-se com graves problemas de funcionamento e manutenção das estruturas de um bairro de moradia, que tem na drenagem das águas urbanas e no tratamento dos esgotos domésticos as necessidades mais reivindicadas pelos moradores.

1.2.1 A cidade de Taboão da Serra

A cidade de Taboão da Serra se situa entre os 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, compondo a divisão sub-regional Sudoeste em conjunto com outros cinco municípios – Embu, Itapecerica, Embu Guaçu, São Lourenço e Jquitiba, que, com exceção de Taboão da Serra, estão todos sob o regime da lei de proteção dos mananciais. Apesar da ocupação populacional acontecer ao longo do eixo da Rodovia Régis Bittencourt, principal interligação entre os estados de São Paulo e Paraná, as áreas mais densamente ocupadas estão nos municípios de Taboão da Serra e na região leste de Embu, em áreas limítrofes ao município de São Paulo, caracterizando-se como uma expansão deste núcleo metropolitano (EMPLASA, 2006).

A população estimada de Taboão da Serra é de 248.060 habitantes (IBGE, 2014), ocupando uma área de 20,293 km², em que há um significativo grau de urbanização – atingindo 100% do município – não dispondo, portanto, de área caracterizada como rural. Taboão da

Serra é classificada pelo IBGE, censo 2010, como a segunda maior densidade populacional do Estado de São Paulo, atingindo a cifra de 12 mil pessoas/Km² ⁸ (EMPLASA, 2013).

Os processos geológicos e hidrológicos da área do município em questão encontram-se modificados em sua gênese e em sua estrutura, resultado de uma acelerada antropização. Além de características topográficas geológicas alteradas a área possui uma desordenada forma de ocupação do solo urbano, o que contribui para o aumento e agravamento das situações das áreas de risco, representadas pelos desmoronamentos e inundações.

A vegetação existente na cidade está bastante alterada, suprimida devido aos processos de urbanização e crescimento desordenado, que ocorreram principalmente nas últimas décadas com o desenvolvimento da região metropolitana. A maioria dos cursos dos córregos e fundos de vales é frequentemente utilizada para a construção de vias de transporte e para a circulação, com um entorno, na sua maioria, ocupado por moradias precárias e indústrias de pequeno porte, instaladas sem critérios de preservação ambiental.

Taboão da Serra foi emancipado do município de Itapeverica da Serra em 1958, apresentando, na década de 1960, seu maior crescimento populacional que então passava de 7.173 habitantes, e de 41.124 em 1969, o que resultou numa taxa geométrica de crescimento anual de 19,08%, crescimento este significativamente superior ao da sub-região sudoeste (11,12%) e da RMSP (5,24%) no mesmo período. Teve, portanto, sua área ocupada num curto período de tempo, período em que a cidade não se estruturou satisfatoriamente do ponto de vista urbanístico, o que faz com que, desde a sua origem, fosse marcada por carências urbanas. Esse fato é acentuado ao se considerar o perfil socioeconômico que constituiu a população local: predominantemente de baixa renda, demandava uma maior oferta de serviços e equipamentos públicos urbanos. Nesse contexto de grande expansão da ocupação num curto período de tempo, a cidade não conseguiu se estruturar satisfatoriamente do ponto de vista urbanístico, o que faz com que, desde a sua origem, fosse marcada por carências urbanas e sociais. (PMTS- PLANO HABITACIONAL, 2010).

Quanto à atuação pública municipal no setor de habitação, nota-se que anteriormente a 2005 a Prefeitura tinha como prática a doação de lotes urbanizados, com parcelamentos efetuados em terrenos públicos, cujo caráter era primordialmente assistencialista. Não havia, seguindo essa lógica, uma política habitacional mais abrangente, diversificada e focada a

⁸ Diadema, com 12,5 mil pessoas/Km², é o município com maior densidade populacional do Estado de São Paulo, seguido de Taboão da Serra, com 12 mil pessoas/Km²; Carapicuíba, com 10,4 mil pessoas/m²; e Osasco, com 10,4 mil pessoas/Km². A cidade de São Paulo possui a densidade populacional de 7,4 mil pessoas por Km².

equacionar o déficit habitacional. De certa forma, tal atuação acabou por promover ocupações irregulares, tanto nas áreas doadas quanto nas ocupações que surgiram próximas a elas.

A partir de 2005, a Prefeitura passou a se estruturar para formular uma nova política habitacional e urbano-ambiental, pleiteando projetos e financiamentos junto aos diferentes níveis de governo. Este esforço se insere no processo de reorganização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente, no contexto da criação do Sistema Nacional de Habitação e de ampliação dos investimentos do governo federal na área da habitação, que culminaram com o PAT- PROSANEAR (Plano de Assessoria Técnica ao PROSANEAR) executado com os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com o Programa Minha Casa Minha Vida, que possibilitaram uma ampliação muito significativa dos recursos não onerosos para a urbanização dos assentamentos precários e produção habitacional (PLANO DE HABITAÇÃO, 2010).

Figura 1 – Região Metropolitana de São Paulo, com a indicação a oeste da cidade de Taboão da Serra. Fonte: “www.emplasa.sp.gov.br” Consulta em março de 2013.

Figura 2 – Mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo, indicando Taboão da Serra como densamente povoado, no limite do contorno, a oeste, com o núcleo metropolitano da São Paulo. Fonte: Emplasa - CIG, 2002.

Em síntese, analisando o contexto regional, a evolução demográfica e os aspectos de mobilidade, dinâmica imobiliária e tendências socioeconômicas de Taboão da Serra e dos municípios e subprefeituras do vetor sudoeste da cidade de São Paulo (Campo Limpo e Butantã), pode-se dizer que qualquer intervenção sócio territorial, seja o Plano Municipal de Habitação ou o Plano Diretor ou o Plano de Drenagem de Águas Urbanas, não se pode desconsiderar o município como se ele estivesse isolado de uma forte inserção metropolitana⁹. Entender e considerar o fenômeno da metrópole é uma base inicial para analisarmos os problemas habitacionais e o surgimento de bairros espontâneos, desconectados de um planejamento urbano e de uma infraestrutura funcional da cidade.

⁹ Plano Habitacional de Interesse Social. Produto 2. Diagnóstico da situação habitacional. Termo de Cooperação Técnica e Científica – Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, FUSP, FAU/LabHab, 2010.

1.2.2 Inserção do bairro Jardim Margarida

O Jardim Margarida é um dos inúmeros loteamentos irregulares que demonstram uma ocupação caótica, com uma malha viária precariamente estruturada e uma delimitação de lotes assimétricos, sem critérios técnicos de topografia e adequação de recortes, apresentando carências de infraestruturas urbanas básicas, como regularização do abastecimento de água, esgoto, coleta de lixo e sistema de transporte coletivo. O seu núcleo está localizado em uma área particular de um loteamento aprovado na Prefeitura em 1968, mas não levado a registro em cartório, o que faz com que seja considerado um exemplo dos chamados loteamentos clandestinos. As áreas livres e áreas destinadas inicialmente para o sistema de recreio também foram ocupadas, de forma irregular, por moradias.

Em relação ao centro de Taboão da Serra, um dos seus acessos se dá pela rodovia BR 116, Regis Bitencourt, fazendo limite com o município do Embu das Artes. Outro acesso pode ser dado pela zona sul de São Paulo, através da Estrada de Campo Limpo, conectado pelo eixo da Av. Kizaemon Takeuti.

Figura 3 – Imagem do município de Taboão da Serra, sob foto aérea, sinalizando em vermelho as duas principais vias de acesso – BR-116, Regis Bittencourt e Av. Kizaemon Takeuti com as flechas em vermelho indicando a

localização do Jardim Margarida e a direção. Fonte: Plano Habitacional de Interesse Social. Taboão da Serra, SP, 2010.

Conforme o Plano Diretor realizado em 2010, o Jardim Margarida está situado em uma ZEIS 1-30 – Zona Especial de Interesse Social, fazendo limite com uma significativa área ZI – Zona industrial (indicada em roxo no mapa abaixo), que por sua vez faz frente para a rodovia BR-116. Permeando as ZI – Zona Industrial, se observa uma Zona Predominantemente Residencial 2 – ZPR2, também no mapa abaixo, em amarelo.

Figura 4 – Desenho sobre foto aérea do Jardim Margarida, realizada em 2011. Fonte: Setor de Cartografia da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente, do município de Taboão da Serra. São Paulo.

Tendo a bacia hidrográfica como referência, o Jardim Margarida está situado na micro bacia do Córrego Palmital, abrigando suas nascentes, que brotam nos morros da Rua Gonçalves Dias e descem por um canal formado entre as ruas Batalha e Fernando Pessoa. Percorrendo a extensão do Jardim Margarida, com suas margens e leito inteiramente ocupados por construção de casas, o Córrego Palmital – já degradado pelo recebimento de esgotos e resíduos de lixo doméstico – chega ao Jardim Comunitário, repetindo a mesma situação de degradação e ocupação irregular de suas margens e de seu leito de drenagem. Nestes dois trechos, devido a uma densa e precária ocupação pela construção de casas, não há uma identificação clara da presença de um córrego.

Seguindo em direção a BR-116, o mesmo córrego se abre com situações ambientalmente favoráveis, passando por uma área livre, com situação de propriedade ainda não definida (a Prefeitura planeja criar uma área pública de lazer). Mais adiante, o córrego entra na área de Cemitério Parque Vale dos Reis, que pelo próprio controle de seus serviços – o que inclui um crematório – segue rigidamente as normas ambientais de tratamento hídrico, com um processo de reconstituição da mata ciliar no segmento de sua propriedade. Chegando à BR-116, o córrego canalizado por obras civis de construção da rodovia atravessa a pista chegando no espaço de um condomínio de casas de alto luxo, onde se mantém ambientalmente tratado, até a chegada à foz, no Córrego Poá.

- 1 - Jardim Margarida
- 2 - Nascente do Córrego Palmital
- 3 - Conjunto Habitacional
- 4 - Trecho Palmital Jardim Comunitário
- 5 - Jardim Comunitário
- 6 - Foz do Córrego Palmital no Córrego Poá
- 7 - Córrego Poá
- 8 - BR-116
- ___ Limite de Município

Figura 5 – Região do Jardim Margarida, com as indicações de referências do percurso do Córrego Palmital. Fonte: Foto base disponibilizada no Plano Diretor Municipal. 2012. “www.taboaodaserra.sp.gov.br/leis-e-normas/plano-diretor”.

O destaque desta descrição que acompanha a imagem da **figura nº 5** é evidenciar a importância do projeto de saneamento no Jardim Margarida que, conseguindo atuar nos problemas sociais e ambientais, pode recuperar e integrar os espaços das nascentes e de todo o percurso a montante, em um total de 1 Km de percurso, viabilizando uma mudança do cenário ambiental e urbano que repercutirá numa efetiva recuperação ambiental de toda a extensão do Córrego Palmital, da nascente à foz. Esta ação local de gestão pública, será integrada às obras de tratamento do sistema hídrico da bacia hidrográfica do Córrego Poá, importante contribuinte do sistema hídrico de Taboão da Serra, em processo de tratamento, que deságua no Córrego Pirajuçara, contribuinte da bacia hidrográfica do Rio Pinheiros, tributário da macro bacia do Rio Tietê.

Figura 6 – Imagem aérea indicando o perímetro do Jardim Margarida, anterior ao início das obras, em que se pode observar a situação de adensamento com construções de casas ocupando as áreas das nascentes e parte do percurso do Córrego Palmital. Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano Habitação e Meio Ambiente. Prefeitura de Taboão da Serra. SP, 2013.

1.2.3 Caracterização dos moradores

Os dados quantitativos utilizados na caracterização socioeconômica da população moradora do Jd. Margarida tiveram como base uma pesquisa censitária, aplicada pela empresa GERENTEC, no ano de 2005, como pré-requisito para a elaboração do projeto PAT-PROSANEAR.

Conforme os dados censitários de 2005, haviam 1.108 domicílios e 4.489 pessoas neste núcleo. Em 71% dos domicílios residiam famílias de até 4 pessoas e em 29% dos domicílios residiam famílias com mais de 5 pessoas. 58% das famílias residiam no local há menos de 10 anos e 42% residiam no local a mais de 10 anos. No ano da aplicação da pesquisa 62% da população era composta por crianças e jovens. O uso dos imóveis em 82% dos domicílios era residencial, 4% utilizados como comércio e apenas 1% utilizado de forma mista – residência e comércio. Podemos, assim, concluir que trata-se de um típico bairro de moradia popular, dentro de um perfil encontrado comumente na Região Metropolitana de São Paulo.

Os dados populacionais tratados em gráfico a seguir formam uma **pirâmide populacional**, demonstrando que a proporção de população jovem é das mais altas: confirmada pela presença de quase 50% dos habitantes nesta condição, praticamente metade dos habitantes está entre as faixas de 0 a 30 anos de idade. Tendo em conta a idade e a fecundidade desta faixa, observa-se uma população com tendência ao crescimento por nascimento de novos filhos.

Habitantes por Idade e Sexo – Jd. Margarida

Idade	Habitantes		Homens	Mulheres	Homens	Homens	Mulheres
	Nº	%	Nº	Nº	%	Participação no Total	
0 a 3	237	8,6	123	114	51,9	9,2	8,0
4 a 6	173	6,3	88	85	50,9	6,6	5,9
7 a 10	260	9,4	141	119	54,2	10,6	8,3
11 a 14	266	9,6	127	139	47,7	9,5	9,7
15 a 19	279	10,1	132	147	47,3	9,9	10,3
20 a 24	282	10,2	133	149	47,2	10,0	10,4
25 a 29	260	9,4	123	137	47,3	9,2	9,6
30 a 34	210	7,6	96	114	45,7	7,2	8,0
35 a 39	201	7,3	95	106	47,3	7,1	7,4
40 a 44	192	6,9	90	102	46,9	6,7	7,1
45 a 49	146	5,3	68	78	46,6	5,1	5,4
50 a 54	87	3,1	44	43	50,6	3,3	3,0
55 a 59	59	2,1	24	35	40,7	1,8	2,4
60 a 69	62	2,2	28	34	45,2	2,1	2,4
70 e mais	29	1,0	14	15	48,3	1,0	1,0
Ignorada	25	0,9	10	15	40,0	0,7	1,0
Total	2.768	100,0	1.336	1.432	48,3	100,0	100,0

Tabela 1 – Período de levantamento: Agosto a Novembro de 2005. Equipe de projeto PAT-PROSANEAR. Gerentec. Taboão da Serra.

Gráfico 1 – Fonte: Período de levantamento de Agosto a Novembro de 2005. Equipe de elaboração do projeto executivo das obras do PAT-PROSANEAR. Empresa Gerentec. Município de Taboão da Serra.

No ano da pesquisa, 87% dos domicílios eram construídos de alvenaria e 1% dos domicílios, eram construídos de forma mista – alvenaria e madeira. 62% dos domicílios possuíam um pavimento, 23% possuíam dois pavimentos e 3% possuíam três pavimentos. A condição de ocupação mais apresentada é o imóvel próprio, em 59% dos entrevistados, mas a área também apresenta 8% de imóveis alugados. Hoje, por observação geral, sem coleta de dados censitários, nota-se uma evolução populacional, confirmando a grande porcentagem de crianças e jovens junto a uma crescente presença de idosos de ambos os sexos.

Na construção de domicílios observa-se uma ampliação vertical – pois que todos os terrenos já estão ocupados – com a construção de novos andares sob a base da casa inicial. Estes novos espaços são no geral ocupados pelos filhos que se casam e, numa proporção crescente, há uma oferta de casas de aluguel que incrementam o orçamento familiar de casais aposentados.

Para a realização das obras de infraestrutura urbana, melhoria urbanística e acessibilidade ao interior do núcleo foram necessárias 90 remoções totais e 24 remoções parciais de domicílios. As famílias removidas serão reassentadas em conjunto habitacional – previsto pelo programa em construção, próximo ao núcleo – na fase de conclusão de obras e regularização de habites.

1.2.4 Histórico da formação do bairro

Conforme informações da Prefeitura Municipal, o processo de ocupação na área do Jd. Margarida teve início no final da década de 70 com o apoio da associação de moradores da área e por lideranças políticas locais. No final da década de 1980 a Prefeitura realizou obras pontuais na área, como a pavimentação das ruas principais e a instalação parcial de iluminação pública. No ano de 1990, por iniciativa dos moradores, com o apoio do poder público foi organizado um mutirão para a canalização do esgoto que passou a ser jogado diretamente no córrego.

Existem dúvidas quanto ao significado do nome dessa comunidade, alguns moradores, durante conversas informais, relatam que o nome é proveniente da forma anterior à ocupação dessa área. Uma região de morros, com grande quantidade de nascentes que formavam um lindo lago, onde havia muitas flores, denominadas margaridas, daí o nome. Outros, diferentemente, falam que no morro havia um senhor japonês que cultivava margaridas; enquanto uma terceira explicação relata que o nome Margarida, sem o “s”, remete ao nome de uma das filhas do Sr. Salvador Basile, dono do loteamento.

O bairro Jardim Margarida, como está oficialmente denominado no Cartório, surgiu em meados da década de 60, mais precisamente em 27/06/63, conforme registro da planta do loteamento. O atual perímetro de intervenção do Programa PAT-PROSANEAR, foi anteriormente uma área verde desse loteamento, ocupada entre as décadas de 1970 e 1979. Conforme relatos, os primeiros moradores foram o Sr. Fernando (já falecido), a Sra. Maria José (não reside mais na cidade) e o Sr. Zé Antonio “Pretinho”. Eles ocuparam a região onde hoje estão as ruas Fernando Pessoa e Gonçalves Dias. Esses primeiros moradores vieram do Estado de Minas Gerais para tentar uma melhor condição de vida.

De acordo com alguns relatos de época¹⁰, o terreno pertencia a Família Basile. A ocupação inicial deu-se de forma organizada, com a ajuda de pessoas influentes, como o então vereador Paulo Felix e o atual presidente da associação de moradores do Jardim Comunitário o Sr. Zezito. Na época, controlavam os moradores para ocupar o terreno, demarcando o tamanho dos lotes. Há informações de que chegavam a doar alguns materiais para a construção, como madeira.

No início os moradores tinham muito receio de serem despejados de suas casas. A energia elétrica das residências, a iluminação pública e a água potável eram “puxados clandestinamente” da área formal do bairro ou mesmo do bairro vizinho, o Elisabeth. O esgoto era jogado a céu aberto e, conseqüentemente, encaminhado para o córrego. As ruas foram abertas pelos próprios moradores.

Num segundo momento, metade da década de 80, foi instalada uma rede de água para as residências que ficavam no nível das ruas, pois a água não tinha força para chegar na parte mais alta do morro.

No final da década de 80, houve o início da pavimentação de algumas ruas e a instalação da iluminação pública nestas vias. Durante os anos 90, a comunidade apoiada pela Prefeitura, por meio de mutirões, fez uma canalização do esgoto, que foi lançado diretamente no córrego. Não havia equipamentos públicos e sociais. Os equipamentos mais próximos ficavam no bairro de São Judas, um centro de serviços regional. Os primeiros equipamentos públicos destinados a essa comunidade foram a Unidade Básica de Saúde - UBS Margarida e as escolas de ensino fundamental e infantil. Hoje, a população dispõe dos seguintes equipamentos públicos:

¹⁰ Que foram aprofundados em pesquisa específica aplicada junto aos moradores mais antigos.

- UBS – Unidade Básica de Saúde Margarida;
- Escola Estadual Vinicius de Moraes;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF Darci Ribeiro;
- Escola Municipal de Educação Infantil – EMI Rosinha;
- Programa de Atendimento a Criança – PAC Jd. Margarida;
- Um Escritório de Atendimento da Prefeitura, coordenado pela equipe social da Secretaria Municipal da Habitação.

Outras organizações sociais, estão presentes no atendimento da comunidade, entre elas:

- Uma Igreja Católica que oferece cultos, atividades educativas e alguns cursos profissionalizantes;
- Uma Igreja Evangélica – cultos e assistências;
- Associação de Bairro – não formalizada;
- Uma ONG – Unidos do Solar –, que oferece atividades de recreação e alguns cursos profissionalizantes.

Finalizamos este primeiro capítulo, em que se contextualizou as questões da metropolização e a formação das periferias a partir da demanda habitacional da população de baixa renda, caracterizando a cidade de Taboão da Serra no contexto da Região Metropolitana de São Paulo e apresentando as características gerais do bairro Jardim Margarida, como objeto de estudo desta pesquisa.

Nas análises da gestão e intervenção pública de atendimento das demandas apresentadas pelos moradores do Jardim Margarida, o programa PAT-PROSANEAR se apresenta como a principal intervenção da Prefeitura de Taboão da Serra diante do enfrentamento da grave situação de precariedade, irregularidade e da urgente demanda dos assentamentos destas famílias, que podem vir a representar outras situações comumente encontradas nas demais periferias das grandes cidades contemporâneas.

Assim sendo, temos a possibilidade inicial de reconhecer a importância dos **Projetos de Saneamento Básico** como um possível eixo estrutural ao enfrentamento das crises socioambientais e urbanas reveladas nas cidades pós industriais e na formação das metrópoles, apresentando a potencialidade destes projetos e a real base de interesse que eles geram para os estudos aprofundados neste Projeto de Pesquisa. No próximo capítulo partiremos do contexto histórico do Saneamento Básico no Brasil, analisando a sua capacidade de influir na formação

urbana das cidades e sua atuação como um eixo de integração metropolitano, destacando o Programa PROSANEAR enquanto proposta de política pública responsável por sustentar intervenções capazes de promover a recuperação ambiental e a qualificação urbana do Jardim Margarida, podendo adota-lo como um exemplo de muitos outros bairros das periferias de São Paulo.

2. O Saneamento Urbano

2.1 Considerações à luz da história

Neste capítulo analisaremos algumas evidências observadas no percurso histórico dos serviços de saneamento, considerando o planejamento e as políticas públicas que corroboraram com o crescimento e a expansão urbana das cidades brasileiras. Observamos na prática uma reciprocidade na relação entre Saneamento Básico e qualificação urbana, justificando uma análise histórica do conceito de saneamento, tratado como elemento de importância na composição do quadro referencial deste trabalho de pesquisa.

De modo geral, considerando a evolução das concepções de saneamento que nortearam a sua implantação no Brasil a partir da segunda metade do século XIX até a construção das primeiras redes de infraestrutura, temos inicialmente uma visão associada ao pensamento higienista seguida de uma visão relacionada ao urbanismo – especificamente, os interesses na preparação de novas áreas para a ocupação urbana, com foco na saúde pública da cidade. Essas concepções se desenvolveram até a construção do conceito de “saneamento básico”, que norteou a estruturação das companhias estaduais de saneamento na década de 70 do século XX, até chegar à visão atual, mais ampla e integrada, que abarca o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais (BRITTO, 2006).

2.1.1 De 1900 a 1960 – Higienismo

Analisando este mesmo contexto, observa-se que no início do século XX desenvolveu-se um urbanismo de cunho sanitário estreitamente associado à ideia de saneamento pautada pelo saber dos médicos, numa concepção de saúde pública ligada ao controle de doenças decorrentes das condições ambientais. Como mostram Rezende e Heller (2002), em Ana Lucia

Britto (2006)¹¹, nesse momento já havia uma compreensão de que, no caso das epidemias, todos os homens estavam ligados por um elo representado pelo agente causador da doença. Esta compreensão, aliada ao desejo de melhorar a imagem do Brasil na Europa, propiciou uma multiplicação de ações sanitárias – orientadas por um saber médico já consolidado nas escolas de medicina – voltadas para o controle das epidemias. De acordo com a autora "os médicos higienistas viam nos hábitos sociais das classes sociais mais baixas um perigo para a saúde pública"¹². Surgem as primeiras comissões de exame e inspeção de habitações populares e operárias, sendo criadas a chamada polícia sanitária e o "habite-se"¹³, com o intuito de garantir a salubridade das residências, aos poucos indo de uma concepção de higiene pública a uma de saúde pública.

Esta concepção de saúde pública, foi referendada por ganhos científicos como o reconhecimento técnico da veiculação microbiana pela água e com um desenvolvimento do campo da medicina preventiva, em conjunto com a criação de institutos de pesquisa e vacinações em massa. Em São Paulo, especificamente, havia uma preocupação com a peste bubônica, pesquisada e tratada pelo Instituto Butantã.

De outro lado, na linha do desenvolvimento técnico-científico, diferentes autores destacam a importância de engenheiros formados nas Escolas Politécnicas, como Henrique de Novaes, Saturnino de Brito e Aarão Reis, como agentes do processo de modernização urbana de muitas cidades brasileiras na virada do século XIX para o século XX: eles foram fundamentais para a estruturação e para a consolidação do saber e da prática do nascente urbanismo moderno. Este urbanismo correspondia à ideia de preparar o espaço para a expansão da cidade, através de aterros de áreas inundáveis, da canalização de rios e do controle de enchentes, da eliminação de áreas de risco, como charcos e pântanos, cujas condições ambientais tornavam-nas vulneráveis às epidemias (BRITTO, 2006, p. 5).

Atribui-se aos trabalhos de Saturnino de Brito, observações e considerações pelo "... surgimento de uma consciência técnica voltada para a realidade nacional, tendo um papel preponderante na adoção do sistema separador absoluto de esgotamento sanitário, na criação de bacias protegidas e na utilização de tratamento físico-químico das águas de abastecimento"

¹¹ BRITTO, Ana Lucia. *Redes de Infra-estrutura*. Artigo apresentado no IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo, 04 a 06 de setembro de 2006. Acesso via internet em maio de 2014.

¹² Idem. p. 1.

¹³ O chamado "habite-se" é o ato administrativo emanado de autoridade competente que autoriza o início da utilização efetiva de construções ou edificações destinadas à habitação.

(Rezende e Heller, 2002, p. 110). Os trabalhos de Saturnino de Britto¹⁴ não se restringem ao saneamento, preocupando-se também com a construção de uma nova Paisagem – não referenciada como a entendemos hoje, mas que defendia critérios para a expansão da cidade, esboçando projetos que integravam a drenagem de águas pluviais, relacionadas a um novo arruamento para a cidade de Santos:

As duas concepções de saneamento vão durante algum tempo se complementar. Neste período se estrutura uma forte inter-relação entre ações, médicos e engenheiros e entre as duas concepções de saneamento (REZENDE; HELLER, 2002). Ambas concepções podem ser identificadas a um projeto de urbanismo que associava os saberes dos médicos e dos engenheiros, na busca da construção de cidades belas, higiênicas ordenadas e racionais (BRITTO, 2001, p. 07).

Na gestão pública se priorizava o abastecimento de água, com a premente necessidade de melhoria nos sistemas de adução e de distribuição de água, face ao rápido crescimento das cidades, gerando um descompasso no planejamento e na implantação dos sistemas de esgotos, que ficaram relegados a um segundo plano.

Assim, ao longo das décadas de 40 e 50 as duas concepções de saneamento referendadas pela, saúde pública e desenvolvimento técnico da engenharia de saneamento, encontravam-se fortemente imbricadas, em um complexo de ações qualificadas como **urbanismo sanitaria**, que no decorrer do tempo foram se dissociando. Os setores de saúde e saneamento foram se afastando, tornando-se autônomos, adquirindo saberes e linguagem específicos (PESAVENTO, 2005). No campo da engenharia, a concepção de saneamento como preparação de áreas para ocupação urbana vai desaparecendo. Estas ações passam a ser objeto de planejamento urbano, que envolve outros saberes e linguagens: dos arquitetos-urbanistas, dos sociólogos, dos economistas e dos gestores públicos. No final dos anos 40, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro já apresentavam um forte e desordenado crescimento, o que requeria novas formas de controle e intervenção por parte dos poderes públicos, agora no campo do planejamento urbano (BRITTO, 2006).

Os engenheiros passam a se dedicar mais diretamente ao planejamento e ao projeto das redes de infraestrutura e dos equipamentos relativos ao abastecimento de água e esgotamento

¹⁴ Sobre Saturnino de Brito, existem importantes textos relativos ao urbanismo em suas obras completas, publicadas em 1994 pelo Ministério da Educação e Saúde. Suas concepções neste campo foram colocadas em prática em diferentes projetos, como os da cidade de Recife e de Santos.

sanitário. Constrói-se, no âmbito da engenharia, uma nova concepção de saneamento – posteriormente designada “saneamento básico” –, que tem como especialistas os engenheiros sanitaristas.

Em São Paulo também ocorrem mudanças na estrutura de gestão. Em 1968 é criada a Companhia Metropolitana de Águas de São Paulo, responsável pela captação, tratamento e fornecimento de água para 38 municípios da região metropolitana, inclusive a capital. A centralização da gestão dos serviços correspondia a uma visão de que o nível municipal não era o mais eficiente para promover o desenvolvimento de serviços de água e esgotos – concepção amplamente adotada com o estabelecimento do regime militar.

2.1.2 De 1970 a 1980 – Saneamento Básico e o surgimento das companhias estaduais

Os anos de 70 a 80 foram marcados pelo regime militar iniciado em 64, com uma nova política para o setor de saneamento – momento em que foram criados o BNH - Banco Nacional de Habitação (1966) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A partir daí foi montada uma nova estrutura para a gestão das políticas públicas no campo da habitação e do saneamento.

Dessa maneira, uma política nacional para o setor de saneamento foi elaborada pelo BNH, que também geria o fundo de investimento – FISANE. Essa política teve uma ênfase na questão financeira dos serviços, sendo criado o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), integrado ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que obtinham recursos do FGTS.

Os principais objetivos destes sistemas eram viabilizar acesso aos serviços de abastecimento e esgotamento sanitário para qualquer aglomeração urbana do país, mesmo aquelas com menor número de população e aquelas com predomínio de população de baixa renda (BRITTO, 2006, p. 6).

Para atingir estes objetivos, justificava-se:

A concessão dos serviços às companhias era uma condição para que estes tivessem acesso aos recursos do BNH. O volume de recursos a ser disponibilizado para investimentos em saneamento pelo BNH era bastante significativo. No âmbito do projeto político do governo militar estes investimentos seriam uma forma de conquistar a aprovação da população, através dos empregos gerados pelo setor e da melhoria no acesso aos serviços.

A centralização da gestão visava também livrar a gestão dos serviços de ingerências políticas, pois a companhias estaduais deveriam instaurar um modo de gestão tecnocrático e autônomo, pautado nos princípios do insulamento burocrático (COSTA, 1994, p. 110).

No ano de 1973, em São Paulo, foi criada a companhia estadual SABESP, que incorporou a COMASP (Companhia Metropolitana de Água de São Paulo) e a SANESP, absorvendo o patrimônio da SAEC (Superintendência de Águas e Esgotos) da Capital de São Paulo, parte da BS (Companhia de Saneamento da Baixada Santista) e da SANEVALE (Companhia Regional de Água e Esgotos do Vale do Ribeira) que, em 1975, foram definitivamente incorporadas.

Pelo próprio sistema de financiamento criado pelo BNH – e reforçado a partir da instituição do PLANASA na década de 70 –, havia um forte incentivo para que os municípios concedessem os serviços às companhias estaduais.

A forma do contrato de concessão deixava muito pouca margem de ação para os municípios, que perdiam o controle sobre aspectos fundamentais da política de saneamento, como a política tarifária e as decisões sobre os investimentos, questão chave no planejamento e na gestão urbana. Esta é uma questão central pois durante os 25 anos de vigência dos contratos de concessão o planejamento das redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário se fez fora da competência municipal.

Assim se consolidou uma cultura de que “saneamento básico” seria uma atribuição estadual, desvinculada da gestão de outras redes e serviços urbanos. Este modelo autoritário de gestão imposto pelas companhias estaduais foi durante longo tempo pouco questionado pelos municípios que encontram no mesmo uma justificativa para se desresponsabilizar face a gestão do abastecimento de água e do esgotamento sanitário (BRITTO, 2006).

Do ponto de vista dos sistemas de infraestrutura e serviços, a lógica centralizada e autoritária da gestão imposta pela maior parte das Companhias Estaduais de Saneamento Básico ao longo da década de 70 bloqueou o desenvolvimento de um formato de planejamento e composição dos serviços, priorizando sistemas evidentemente essenciais como água e esgotamento, mas deixando de lado a questão da drenagem das águas de chuvas e da coleta de resíduos sólidos, o que fez com que as metrópoles brasileiras ficassem em situações de extrema vulnerabilidade, pela ausência de um planejamento integrado e complementar entre os serviços de saneamento urbano.

Na maior parte das cidades brasileiras, o sistema de coleta de esgotos foi, ao longo do tempo abandonando uma integração inicial, no nível dos projetos, ao sistema de coleta de águas pluviais. Ambos sistemas vão sendo construídos de forma desarticulada, o que se traduz em resultados fracos no tocante a preservação da qualidade dos corpos hídricos. (BRITTO, 2006).

A autora Ana Lucia Britto (2006) considera ainda que a segunda metade da década de 80 marca o início de uma crise no modelo de gestão de saneamento centralizado. E essa crise tem várias faces diferentes. A primeira delas diz respeito à **extinção do BNH**, estabelecendo-se um vácuo na regulação dos sistemas. Com a eliminação do órgão central do sistema, suas funções foram pulverizadas entre diferentes órgãos e, até o final da década de 90, não se conseguiu a rearticulação de uma política nacional para o setor. Sem o BNH, a política de subsídios cruzados, que estava na origem da constituição das Companhias Estaduais e justificava as concessões, deixou de ter qualquer transparência ou controle.

Uma outra face da crise se relaciona ao processo de redemocratização e descentralização de políticas públicas, que no setor de saneamento se configurava na defesa da **municipalização da gestão**. Em outubro de 1985 foi criada a Associação de Serviços Municipais de Água e Esgotos (ASSEMAE), que visava reunir os municípios que não tinham aderido ao PLANASA, e que passa a defender a municipalização da gestão. Seria nesta escala, isto é, na escala do município, que poderiam ser geridos em novas infraestruturas os serviços de saneamento e os investimentos, de forma compatível com a legislação de uso e ocupação do solo. Além disso, a gestão municipal tornaria mais fácil o **controle comunitário das decisões**, em razão da maior proximidade entre prefeitura e os usuários dos serviços e suas organizações institucionais (associações de bairros) e movimentos sociais urbanos.

2.1.3 De 1990 a 2000 – A noção de saneamento ambiental

Para contemporizar a problemática institucional e o impasse sobre o modo de gestão de serviços foi idealizado, em 1994, o PMSS (Programa de Modernização do Setor de Saneamento). Paralelamente à implementação do PMSS, diferentes atores do setor de saneamento, liderados pela ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária) e pela ASSEMAE (Associação dos Serviços Municipais Autônomos de Água e Esgotos), passam a debater qual seria o formato de política adequado para o setor. Dentro destes dois espaços de debate e formulação de propostas – o primeiro no âmbito do governo federal (PMSS), o segundo

no âmbito de diferentes entidades da sociedade civil ligadas ao setor –, a discussão dos impasses do modelo PLANASA, levaram a uma revisão da noção de Saneamento Básico e à formulação de uma nova noção a de **saneamento ambiental**.

Britto (2006) apresenta uma perspectiva apontada pelo Projeto de Lei, PL nº 5.296/05, que define Saneamento Básico associando-o à noção de saneamento ambiental; surge então o **planejamento como meio** de orientar os investimentos e ações dos prestadores de serviços, com os planos a serem elaborados de forma pública, transparente e com participação da sociedade, por meio de audiência e de consulta públicas.

Desse modo foram estabelecidas novas diretrizes para os serviços públicos de saneamento, encaminhando uma Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB), o que trouxe uma perspectiva de redefinição do Saneamento Básico, que passa a associar a noção de **saneamento ambiental** à de estabelecimento de **planos**. E assim, visava-se a integração de serviços, que, no âmbito operacional, eram objeto de concepção e implantação de estruturas fragmentadas, setorizadas pelos serviços de drenagem urbana, nem sempre compatíveis com o serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário e o isolamento da logística da coleta e a disposição dos resíduos sólidos.

Destacamos ainda que, na defesa deste novo projeto, reaparece a ideia de salubridade ambiental, que já existia na virada do século XIX para o século XX, que foi se perdendo ao longo do planejamento e de uma gestão fragmentada dos sistemas de infraestrutura urbana. A autora, finalmente argumenta “que nesta noção de salubridade ambiental poderá estar a chave para se recuperar a integração perdida das redes e a qualidade do ambiente das cidades” (BRITTO, 2006).

Ponderando sobre a evolução do conceito de Saneamento Básico no Brasil, podemos evidenciar a importância da integração dos serviços de abastecimento de água, de esgotamento, de drenagem e de tratamento do lixo, enquanto infraestruturas complementares e determinantes de um suporte urbanístico, diretamente relacionado à qualidade socioambiental da cidade.

Prosseguindo com a aproximação da visão entre o saneamento e o desenvolvimento urbano de um bairro de moradia, iremos analisar algumas referências atuais, como os marcos regulatórios e de governança do saneamento no Brasil, com o objetivo de identificar convergências ou divergências de uma possível relação analisada na proposta de integração conceitual e prática, entre o campo teórico e propositivo do estudo da **paisagem** urbana e as possibilidades e limites de intervenção do saneamento básico.

2.1.4 O marco regulatório – LEI 11.445/2007

Após longos anos de discussão, foi finalmente sancionada a Lei n. 11.455, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o setor de Saneamento Básico no Brasil. Para efeitos legais, o conceito de Saneamento Básico foi ampliado no sentido de abranger não apenas o abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário, mas também a limpeza urbana, o manejo de resíduos sólidos, bem como a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas.

Com relação ao ponto mais polêmico que envolve o setor – o exercício da titularidade (companhias públicas estaduais, municipais e privadas) – a solução encontrada foi não definir expressamente o titular do serviço, que antes era responsável por delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços, mediante convênio, a outros entes federativos. Com isso, para administrar a crise da titularidade, propõe-se uma gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal. Para favorecer a questão da prestação integrada dos serviços, seja nas regiões metropolitanas ou em microrregiões, a lei permite que as atividades de regulação e fiscalização possam ser exercidas mediante gestão associada, por convênio de cooperação ou por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Uma importante conquista foi a ênfase de direitos aos usuários, que terão amplo acesso às informações sobre os serviços, além do controle social – um conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação –, o que possibilitará a fiscalização quanto ao cumprimento das metas e quanto à qualidade dos serviços prestados.

A aprovação da lei n. 11.455/07 representa um significativo avanço para a sociedade, principalmente porque conseguiu conciliar os interesses divergentes entre os três principais operadores do segmento: as companhias públicas estaduais de saneamento, as concessionárias privadas e os municípios, na tentativa de dirimir o conflito que se transformou no imbróglio responsável pela obstrução, durante mais de uma década, do processo legislativo que viria estabelecer o marco regulatório para o setor de saneamento básico no País¹⁵.

¹⁵ Artigo eletrônica do escritório - Azevedo Sette Advogados. SITE: www.azevedosette.com.br. Consulta em 14/11/14.

Na leitura da Lei nº 11.455/07, que hoje regula e estabelece as regras para o funcionamento do saneamento brasileiro, evidencia-se uma clara afirmação de diretrizes nacionais para a política federal de saneamento, destacando alguns aspectos de importância, relacionados ao nosso objeto de pesquisa, entre os quais a universalização do acesso aos serviços, as integralidades dos serviços de Saneamento Básico conforme necessidade e eficácia de resultados, a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Assim, destacamos a importância das diretrizes de articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, tais como a de habitação, a de combate à pobreza, a de proteção ambiental, a de promoção da saúde – que veem ao encontro dos interesses sociais e à melhoria da qualidade de vida urbana, na qual o Saneamento Básico assume um fator determinante.

Enfatizando o aspecto democrático, o marco regulatório adota o princípio da transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados, favorecendo o controle e a participação da sociedade, a segurança, a qualidade e a regularidade dos serviços de saneamento.

Em síntese, o marco regulatório em vigor inclui a universalização – prevendo a ampliação progressiva do acesso ao Saneamento Básico – de todos os domicílios ocupados, evidenciando o controle social através de um conjunto de mecanismos e procedimentos que garanta à sociedade as informações, as representações técnicas e a participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de Saneamento Básico.

Considerando a Lei nº 11.445/07 como o marco regulatório em vigência prosseguiremos com a validação e entendimento do conceito de integração dos serviços de saneamento, acrescidos dos processos de informação social, representações técnicas e participação da sociedade nos processos de formulação de políticas, destacando estas condições como determinante para a qualidade de vida nas cidades.

Prossiguiremos nossos estudos pelo caminho de uma aproximação mais prática com a área de pesquisa, focando o atendimento específico de uma população de moradores de um bairro de baixa renda, representado pelo Jardim Margarida – selecionado como nosso campo de trabalho empírico.

2.2 Delineando a prática – Aproximações

2.2.1 PROSANEAR e PAT-PROSANEAR – Projeto Jardim Margarida

Nesta etapa dos estudos, aproximamo-nos de uma relação mais prática direcionada para a área de pesquisa empírica, realizada no bairro de moradia Jardim Margarida. Passando por um breve histórico das concepções, dos princípios gerais, dos objetivos e das metas do Programa de Saneamento Ambiental (PROSANEAR), chegaremos ao detalhamento das propostas de intervenções específicas para o bairro estudado, explorando as possibilidades e os limites deste programa como a principal alternativa de atendimento para populações de baixa renda.

No âmbito geral, o PROSANEAR, surgiu em 1990, estando em atividade até os dias de hoje – com algumas adaptações na sua nomenclatura e fontes de financiamento. Foi concebido pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente,

como um projeto piloto no qual são testadas metodologias alternativas que tenham como premissa básica a utilização do processo de participação comunitária, integrado à utilização de técnicas de engenharia de baixo custo, na implantação dos sistemas de saneamento básico para populações carentes (CORDEIRO, 2009).

Com a concentração dos problemas de saneamento nos centros urbanos, o PROSANEAR priorizou o atendimento das áreas periféricas ou favelas das cidades com população superior a 50.000 habitantes. A população beneficiada deveria ter renda familiar de 0 a 3 salários mínimos. O Governo Federal definiu as regras para implantação do programa e realizou contratos com os governos municipais ou estaduais interessados em sua aplicação. Os contratos foram financiados, tendo como fonte de recursos o FGTS, além da contrapartida dos estados e do município em questão. Entre 1989 e 1991, com problemas de ordem política e institucional e a queda da arrecadação, outros recursos foram utilizados, e apenas em 1995 o FGTS volta a financiar projetos de saneamento, criando um Programa de Pró-Saneamento no qual o PROSANEAR é inserido (FERRARA, 2013).

O objetivo do Pró-Saneamento era o de melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população por intermédio de ações de saneamento integrado e articulado com políticas públicas setoriais, através de empreendimentos destinados ao aumento da cobertura de serviços de abastecimento, de esgoto sanitário, de drenagem urbana, de desenvolvimento

institucional e de tratamento e disposição final de resíduos sólidos (CAIXA, 2006). O antigo Ministério do Planejamento e do Orçamento era o gestor das aplicações e a Caixa Econômica Federal (CEF), seu agente operador. As condições e procedimentos operacionais do programa foram regulamentadas e posteriormente alteradas por resoluções, instruções normativas e circulares específicas, que orientaram a sua operacionalização (FERRARA, 2013).

O programa adotou um novo enfoque, considerado de vanguarda em matéria de políticas públicas para o setor. Além da utilização de tecnologias e sistemas alternativos de baixo custo que viabilizassem o atendimento, tinha como princípio central o envolvimento da comunidade na busca das soluções mais adequadas para os programas locais. É necessário dizer que este programa foi o primeiro a incluir o financiamento do trabalho de participação comunitária e educação sanitária como investimento principal, à semelhança da execução de obras.

Em 2000 foi criado o PAT-PROSANEAR (Programa de Assistência Técnica ao Programa de Saneamento para Populações em Áreas de Baixa Renda), surgido de uma parceria entre o governo brasileiro e o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) com o intuito de apoiar os estados, municípios e o Distrito Federal, na elaboração de Planos de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) e Projetos de Saneamento Integrado (PSI) englobando: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, coleta de lixo, além de adequação do sistema viário, contenção de encostas e reassentamento de população, áreas de lazer e mobiliário urbano de pequeno porte, se necessários, assim como, do Programa de Trabalho Social (PTS) integrado ao PDLI e PSI.

Em síntese o Projeto de Assistência Técnica (PAT) ao PROSANEAR tem como objetivo geral a recuperação ambiental de áreas degradadas ocupadas por população de baixa renda, mediante a elaboração de projetos integrados de saneamento que contemplam: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, sistema de drenagem, sistema viário, contenção de encostas, reassentamento de população e projetos complementares de equipamentos comunitários, **paisagismo** e iluminação pública.

Entre os seus desígnios, o PAT-PROSANEAR ainda visa contribuir para a produção de conhecimento: conceitos, metodologias e tecnologias, que possam ser disseminadas e aplicadas em diversas regiões do país. Visa também a busca da eficiência na ação das instituições públicas, que, em cooperação com organizações privadas e comunitárias, devem implementar ações integradas para a provisão de infraestrutura urbana e de serviços públicos destinados às áreas ocupadas pela população de baixa renda.

Enquanto estrutura institucional e configurações metodológicas de ação de um programa, abrangendo fases de planejamento e intervenção, o PAT-PROSANEAR se apresenta como uma oportunidade prática e efetiva capaz de sustentar uma intensificação nos estudos e nas pesquisas, necessários ao aprofundamento de perspectivas deste estudo – de integração do saneamento com o campo conceitual e propositivo do estudo da **Paisagem Urbana**.

Assim, considerando as prerrogativas de incentivo na produção de novas metodologias – e na aplicação dos conceitos de integração dos serviços de saneamento, bem como do envolvimento e participação das populações envolvidas –, prosseguimos com a exposição e análise de informações técnicas sintetizadas nos projetos e planos do PAT-PROSANEAR, executado pela Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, cujos dados e informações técnicas foram disponibilizados através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente.

2.2.1.1 Características físicas

Conforme informações obtidas no relatório do PSI (Plano de Saneamento Integrado), como componente do PAT-PROSANEAR¹⁶, apresenta o Jardim Margarida, como parte da região do Jardim São Judas, inserido no micro bacia hidrográfica do Córrego Palmital, abrangendo a área de 44 ha. (44 mil metros quadrados), que por sua vez é tributário da sub-bacia do Córrego Poá, localizado à direita da Rodovia Regis Bittencourt no sentido capital-interior. Encontramos no município duas principais sub-bacias hidrográficas, uma formada pelo Córrego Poá e a outra pelo Córrego Pirajuçara (figura 7). O Córrego Poá possui a maior área de irrigação entre as duas bacias, constituindo-se num afluente do Córrego Pirajuçara – um significativo tributário do Rio Pinheiros na cidade de São Paulo –, todos inseridos inteiramente na bacia hidrográfica do Alto Tietê.

¹⁶ Fonte: Conjunto de relatórios para gestão administrativa do - Contrato para Prestação de Consultoria (Contrato de Repasse 0128799-48/2001) firmado em 01 de agosto de 2005 entre a Prefeitura do Município de Taboão da Serra e a Gerentec Engenharia para a Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, Projeto de Saneamento Integrado – PSI e Programa de Trabalho Social – PTS para os aglomerados subnormais do Jardim Trianon, Jardim Record e Jardim São Judas Tadeu, no Município de Taboão da Serra

Figura 7 – Desenho das duas principais Sub-bacias hidrográficas de Taboão da Serra: Córrego Pirajussara na cor branca e Córrego Poá na azul. Fonte: (ARAUJO, 2010).

As intervenções do PSI não abrangem o total da área de formação da sub-bacia do Córrego Palmital, sendo que por orientação da Prefeitura, foi utilizado o critério de bairro e, não o de bacia hidrográfica, como definição do perímetro de ação.

Figura 8 – Planta da Bacia hidrográfica do Córrego Palmital, delimitada pela linha amarela, sendo indicado ao centro, em azul, o percurso do Córrego Palmital, da nascente à foz no Córrego Poá. Imagem disponibilizada pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente. Prefeitura de Taboão da Serra, SP, 2014.

O assentamento de moradias do Jardim Margarida ocupa integralmente a cabeceira do Córrego Palmital, em ambas as margens. O bairro se delimita pelas ruas Guararema, Gonçalves Dias, Fernando Pessoa, Batalha, Margarida, da Pátria, Chico Mendes e Paulo Augusto de Andrade, fechando o círculo na conhecida viela do Zezito e na Passagem Minas Gerais.

Figura 9 – Indicação de intervenção do Projeto PAT-PROSANEAR sobrepondo foto aérea do Jardim Margarida, disponibilizado em 2011. Fonte: Setor de Cartografia da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente, do município de Taboão.

Por estar localizado na cabeceira e ao longo do trecho inicial do Córrego Palmital, a área do Projeto de Saneamento Integrado (PSI) do Jardim Margarida apresenta topografia com desnível acentuado, tendo no seu ponto mais alto a cota 831,00 m – sendo que no Córrego Palmital, na altura da transição da rua Batalha com a rua Palmital, a cota passa a 775,00 m. Tem-se então um desnível de 56,00 m em cerca de 340 m de extensão, resultando na declividade média de 16,47%.

Todas as edificações existentes ao longo das vias do núcleo Jardim Margarida possuem como característica básica apresentar um dos lados da via com declividade negativa, ou seja, os domicílios foram implantados com soleiras negativas, acompanhando o caimento do terreno no sentido do Córrego Palmital.

Todos os lotes e as edificações existentes apresentam declividade no sentido do Córrego Palmital, fazendo com que os lançamentos dos efluentes sanitários e de drenagem pluvial acompanhem o fluxo.

De maneira geral, as condições topográficas são favoráveis ao escoamento das águas pluviais, entretanto de acordo com as características de ocupação do núcleo de moradia, resultam em problemas críticos, de escoamento e de surgimento de áreas de risco. Vale lembrar que o fundo de vale, nas margens do Córrego Palmital, encontra-se totalmente ocupado por habitações subnormais.

Tendo ainda como fonte de pesquisa, os relatórios do PAT-PROSANEAR, lidamos com uma descrição física das áreas elevadas do bairro, que estão, em geral, ocupadas por edificações residenciais e de pequeno comércio. A maior parte do escoamento das águas pluviais é dirigida para o fundo do lote e em seguida continua na direção do vale, em escoamento livre, sem maior controle e se agravando na situação das áreas com edificações em cotas inferiores. A soleira negativa da maioria das edificações dessa área define as condições de escoamento dessas águas.

As edificações de meia encosta apresentam condições semelhantes às das situadas em cotas mais elevadas. As edificações de fundo de vale e do miolo do núcleo, de baixo padrão em sua maioria, sofrem as consequências das condições de escoamento desordenado das águas pluviais que escorrem pelas encostas e pelos vales.

A maior parte das vias existentes na área do PDLI (Plano de Desenvolvimento Local Integrado) não conta com galerias de águas pluviais, mas, num outro sentido, por possuírem guias e sarjetas, oferecem condições de escoamento superficial – ainda que críticas –, devido a suas características topográficas. Ainda assim, as condições do pavimento devido a esse escoamento superficial ficam em geral comprometidas ao longo do tempo.

Quase todas as vias inseridas nesta bacia hidrográfica do Córrego Palmital se acham pavimentadas, englobando o loteamento irregular Jardim Margarida. Essas vias são utilizadas facilitando o acesso em geral – para o transporte coletivo e para a implantação e funcionamento de infraestruturas necessárias.

A presença de materiais não permeáveis que sustentam a construção de moradias e de lixo gerado – e não devidamente tratado, dispostos no córrego e vias –, além da ocupação irregular do fundo de vale e do miolo de núcleos e quarteirões do assentamento, criam condições adversas para o escoamento natural das águas pluviais e para proteção ambiental dessa área.

de: sala, cozinha americana, dois quartos, banheiro e área de serviço, com um total de 51 m², atualmente em término de construção.

Este novo condomínio de apartamentos está sendo construído em área vizinha, sendo projetado especificamente para o atendimento das famílias removidas pelo PAT-PROSANEAR. Esta situação de nova moradia e organização da vida em condomínio também será objeto de acompanhamento técnico da equipe social do projeto PAT-PROSANEAR.

Foto 7 – Visão panorâmica de inserção do conjunto habitacional entre os bairros Jardim Margarida e Jardim Comunitário. Dezembro de 2012.

A obtenção de novas áreas para a construção de equipamentos de atendimento socioeducativo dos moradores, foi solucionada nas imediações do núcleo, com a aquisição de uma área de galpão industrial desativado, para a qual está sendo

projetada a construção de um equipamento multiuso, adequado para atividades socioeducativas: poliesportivas, cursos profissionalizantes, arte, dança etc.

Valorizando a localização dessa área – que possui duas entradas, uma pela Rua Palmital, que margeia o Córrego Palmital, e outra pela Rua Fernando Pessoa, em frente a entrada do Condomínio dos novos apartamentos –, o desenho desse equipamento prevê a criação de uma passagem aberta, paisagisticamente trabalhada, ligando funcionalmente o Jardim Margarida e o Jardim Comunitário. Com a integração conceitual dos dois bairros, este equipamento poderá oferecer uma identidade comum, criando uma centralidade urbana de uso local, com forte apelo e valorização ambiental, em conexão com o Córrego Palmital, de modo a valorizar sua requalificado pelo programa de saneamento.

Focando a intervenção e tratamento do Córrego Palmital, esta ação se inicia na recuperação das nascentes, da calha natural e de parte das margens – antes ocupados pela improvisação de moradias –, criando condições para a abertura e a qualificação de um estratégico Espaço Livre Público¹⁷, a ser incorporado na estrutura urbanística e na Paisagem do

¹⁷ O conceito e a teorização de “Espaço Livre Público” serão melhor trabalhados no capítulo 3, em que trataremos das fundamentações teóricas que norteiam esta pesquisa.

bairro. Conceitualmente este espaço terá as características de um “Caminho Verde”, agregando a drenagem pluvial à funcionalidade de acesso e circulação de pedestres, no sentido de reconhecer os elementos da natureza presentes e requalificá-los como benefício e qualidade de vida para os moradores.

O desafio de criação do “Caminho Verde”, está pautado na integração das técnicas de drenagem de águas pluviais relacionadas à qualificação e revitalização urbana e ambiental de um bairro de moradia densamente ocupado. O entendimento dessa relação direta entre a qualificação do córrego e a abertura de Espaços Livres Públicos é essencial na fundamentação desta pesquisa. Outro conceito adjunto a este processo é o de criação de Sistema de Espaços Livres (SEL), que surgirá com a conexão da área da Praça das Nascentes e o "Caminho Verde" – ambos localizadas no Jardim Margarida –, interligados linearmente a um espaço já formado pela demolição de casas e recuperação de margens, numa intervenção pontual executada na Rua Palmital, resultado do PAT-PROSANEAR no Jardim Comunitário.

Foto 8 e 9 – Execução das obras e aspectos da canalização do Córrego Palmital na altura do Jardim Comunitário. Taboão da Serra. São Paulo, 2010/2011.

Foto 10, 11 e 12 – Ponto de encontro das obras de canalização do Córrego Palmital, entre o Jd. Comunitário e Jd. Margarida. Taboão da Serra. São Paulo. 2011/2014.

Foto 13 – Ponto de encontro dos dois trechos das obras de canalização do Córrego Palmital, entre o Jd. Comunitário e Jd. Margarida. Taboão da Serra. São Paulo. 2011/2014.

Enquanto Espaço Livre Público, essa intervenção representará um ambiente saneado, recuperado – com o ressurgimento e naturalização do córrego, hoje oculto –, evidenciando elementos vivos da natureza ainda presente no bairro, representados pela água corrente e pela formação de áreas verdes, que favorecem a criação de uma área de lazer – com árvores, jardins, espaços de contemplação e encontros sociais –, consumando uma alternativa original e agradável de caminho para pedestres – que hoje disputam com os

carros e as motos a inexistência de espaços para circulação nas estreitas ruas do bairro, sem previsão de calçadas.

Essas ações se iniciam pela interpretação e ensino dos limites e potenciais dos sistemas naturais, identificados no bairro – nascentes, curso d'água, vegetação. A compreensão das ações da engenharia e os processos biofísicos de recuperação ambiental, são indicadores para o estabelecimento destes limites. O estímulo às observações e vivências dos processos de transformações obtidos poderão ter um vínculo e um incentivo com a arte pública, valorizando talentos e manifestações de sensibilidade dos moradores locais.

Na sua essência, trata-se de um trabalho de agregação e uma oportunidade para o desenvolvimento social, com uma forte conexão com a educação e o incremento dos processos participativos dos moradores como principais protagonistas.

Na sequência, apresentamos para uma melhor visibilidade, duas figuras em **tamanho A3**: a **primeira** indicando as remoções de casas necessárias para a abertura de ruas e passagens, sobrepondo um desenho cadastral que permite acessar o código de cadastramento específico de todos os domicílios que compõe o assentamento; a **segunda** destacando a área de intervenção do Córrego Palmital, com indicações das remoções de casas e apresentação de uma primeira proposta de paisagismo para esta área, que se tornará uma das principais referências de abertura de Espaços Livres Públicos.

Abaixo algumas especificações das obras projetadas para o Córrego Palmital, indicando variação de largura e alturas do canal, conforme o trecho de canalização:

Figura 11 – Legenda complementar ao mapa de intervenção – Engenharia, Urbanismo e Paisagismo para o Jardim Margarida. Fonte: Projeto PAT-PROSANEAR / PAC – Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente. Taboão da Serra, SP, 2013.

Figura 13 – Desenho de intervenções. Revisão do PSI - Plano de Saneamento Integrado. Jardim Margarida, Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, 2006.

De maneira geral, o bairro receberá um conjunto de intervenções e melhorias estruturadas pelos seguintes planos, que sintetizam as principais ações que constam do PAT-PROSANEAR:

- **Plano Urbanístico e Ambiental** que compõe um conjunto de ações atendendo a um reordenamento urbano; reassentamento da população; áreas esportivas e de lazer; proteção ambiental e tratamento de áreas de risco;
- **Plano de Infraestrutura Urbana** compreendendo as seguintes intervenções: abastecimento de água; rede de esgotamento sanitário; rede de drenagem; tratamento de resíduos sólidos; iluminação pública; abertura e melhora de sistema viário e de circulação interna; indicação de demanda de transporte urbano e serviços de equipamentos sociais;
- **Plano de Participação Comunitária** visando garantir acesso às informações em todas as etapas do projeto e execução de obras; fomento da organização da população moradora; capacitação de agentes comunitários; implementação de educação ambiental; formação de comissões de representantes dos moradores;
- **Diretrizes de Gestão de Serviços Públicos** visando a equidade no atendimento de: abastecimento de água; esgotamento sanitário; coleta e disposição de resíduos sólidos; drenagem de águas pluviais; manutenção de vias públicas; manutenção de áreas públicas; iluminação; telefonia e serviço de correio.

2.2.1.3 Trabalho técnico social

O plano de trabalho técnico social (PTTS), é o documento que estrutura e orienta as ações da equipe socioeducativa na execução do PAT-PROSANEAR. Elas são organizadas em eixos de trabalho estruturados em quatro projetos de ação. Analisando seus principais objetivos e diretrizes, observa-se uma importante convergência no sentido de uma busca pela aproximação e pelo envolvimento participativo dos moradores. Se considerarmos alguns grupos sociais formados por faixa etária, podemos destacar diferentes demandas de interesse para o atendimento, destacando crianças, jovens, adultos, idosos; ou por interesses; ou situações específicas como os grupos de moradores que “ficam”, cujas casas permaneceram no entorno requalificado, e o grupo de moradores que “saem”, cujas casas serão removidas. A atuação desta equipe técnica, formada por assistentes sociais, psicólogos e gestores ambientais, é supervisionada por técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e

Meio Ambiente, que buscam uma integração de trabalho entre as diferentes equipes que compõem o PAT-PROSANEAR, visando essencialmente o envolvimento e a participação das famílias moradoras do bairro em atendimento, com destaque para os seguintes eixos de ação:

- Projeto de Acompanhamento das Obras e Pós-obras – consoma um acompanhamento específico das famílias envolvidas, por áreas ou por etapa de atendimento, durante e após as obras, incluindo a capacitação de gestão condominial para as famílias que serão atendidas pelo conjunto de edifícios;
- Projeto de Reassentamento – organiza e atualiza o cadastro das famílias por domicílio; mantém a mobilização e organização dos moradores, formando comissões de moradores por interesse ou tema (acompanhamento de obras, geração de emprego). Manutenção de informativos escritos divulgando andamento das obras e resultados de etapas concluídas. Modelos de informativos;
- Projeto de Educação Sanitária e Ambiental – trabalha temas ambientais como o tratamento do lixo doméstico; o uso sustentável da água; o tratamento de efluentes domésticos; a importância da arborização urbana. Promove ações junto às escolas; aos grupos sociais por faixa etária e gênero. Evidencia a formação de agentes multiplicadores;
- Projeto de Desenvolvimento Social e Comunitário – relaciona-se com as áreas de serviços afins, como: empresa de coleta de lixo municipal, Secretaria Municipal da Cultura; esporte; geração de renda e escritório regional da SABESP, buscando ações em parceria.

Assim, houve um acompanhamento técnico-social dos dois subprodutos resultantes das intervenções do PAT- PROSANEAR, que estão diretamente relacionados aos objetivos da nossa pesquisa empírica. São eles: abertura e consumação dos espaços para se criar o “Caminho Verde”, ao longo do córrego ambientalmente recuperado e; evidência e organização dos “Espaços Livres Coletivos”, criados nos espaços internos do condomínio dos prédios. O uso e consumação destes Espaços Livres Públicos/Coletivos tem como premissa o necessário envolvimento, a mobilização e a participação direta dos moradores, sob responsabilidade e acompanhamento da equipe social.

A seguir fotos ilustrativas das atividades desta equipe técnica no JD. Margarida:

Foto 14, 15 e 16 – Reunião equipe social, com técnicos da área física da prefeitura e empreiteira de obras.

Foto 17, 18 e 19 – Visitas domiciliares, atualização de cadastro e atendimento de plantão social no escritório local.

Foto 20, 21 e 22 – Reuniões com os grupos de moradores: “os que saem” e “os que ficam”.

Foto 23, 24 e 25 – Reuniões com parceiros de ações: SABESP e equipe de Meio Ambiente da Prefeitura.

2.2.2 A drenagem e questões urbanas

Retornando às considerações iniciais tratadas neste capítulo, à luz do histórico do saneamento que corroborou com a expansão e o crescimento urbano das cidades no Brasil, encontramos uma importante consonância a ser destacada, em relação à especificidade da gestão e ao tratamento da drenagem urbana, hoje entendida como base estrutural na visão de um Saneamento Básico integrado.

Neste sentido o Professor Carlos Tucci (2008) em seu artigo “Águas Urbanas”, publicado na Revista Estudos Avançados¹⁸, elucida a estreita relação da drenagem das águas urbanas com uma leitura da cidade e dos problemas de gestão pública, reproduzindo e fundamentando as mesmas questões vividas pelas demais modalidades dos serviços de saneamento, em especial a situação encontrada no Jardim Margarida, enquanto objeto de pesquisa empírica.

Contextualizando uma prática do Saneamento Básico no Brasil, sintetiza-a em quatro fases históricas de desenvolvimento, caracterizando e reproduzindo os problemas não apenas da drenagem, mas das adversidades referentes às demais modalidades do saneamento urbano: abastecimento, esgotamento e tratamento do lixo.

Fases do desenvolvimento das águas urbanas no Brasil.		
Fase	Características	Consequências
Pré-higienista: Até início do século XX	Esgoto em fossas ou na drenagem, sem coleta ou tratamento e água da fonte mais próxima, poço ou rio.	Doenças e epidemias, grande mortalidade e inundações.
Higienista: Antes de 1970	Transporte de esgoto distante das pessoas e canalização do escoamento.	Redução das doenças, mas rios contaminados, impactos nas fontes de água e inundações.
Corretiva: Entre 1970 e 1990	Tratamento de esgoto doméstico e industrial, amortecimento do escoamento.	Recuperação dos rios, restando poluição difusa, obras hidráulicas e impacto ambiental.
Desenvolvimento sustentável: Depois de 1990	Tratamento terciário e escoamento pluvial, novos desenvolvimentos que preservam o sistema natural.	Conservação ambiental, redução das inundações e melhoria da qualidade de vida.

Tabela 2 – Fases do desenvolvimento das águas urbanas.

¹⁸ Site: Revista Estudos Avançados – 22 (63), 2008. USP, São Paulo. P: 97-112.

O autor comenta que: o Brasil infelizmente está ainda na fase higienista em razão da falta de tratamento de esgoto, da transferência de inundação na drenagem e da falta de controle dos resíduos sólidos (TUCCI, 2008 p. 101).

Pautado neste critério, entendemos que o PAT-PROSANEAR pode ser inserido, desde sua instituição, numa fase intermediária entre as “ações corretivas” – 1970/1990 e o “desenvolvimento sustentável” – de 1990, que duram até hoje. O programa abrange ações de recuperação de rios já poluídos, buscando também novas soluções técnicas na qualificação e na conservação ambiental urbana.

Tucci indica que, os serviços de água e esgoto no Brasil, apresentam uma alta cobertura de abastecimento de água potável, mas convivem com uma baixa cobertura de coleta e tratamento de esgoto. De outro lado, os serviços de água possuem problemas crônicos de precariedade ou inexistência de ações de preservação dos mananciais, alta perda de água na distribuição e falta de racionalização de uso da água em nível doméstico e industrial. Desta forma o autor retrata uma histórica situação de setorização da gestão dos serviços de saneamento que, pela essência da relação entre natureza e sociedade, deveriam ser tratados de forma interligada.

Em relação ao desenvolvimento urbano, o autor aponta um ciclo de contaminação produzido pelo sistema de drenagem superficial, que associado aos efluentes de esgotos domésticos e industriais, configura um esgoto pluvial. Esta seria uma evidente falha na integração, até mesmo dentro do mesmo setor de serviço, que seria a drenagem urbana. Desse ponto de vista, apresenta razões facilmente identificáveis nos assentamentos irregulares, notadamente, nos bairros de moradia populares localizados nas periferias das cidades. A saber:

- Despejo sem tratamento dos esgotos sanitários nos rios, contaminando os sistemas hídricos;
- A drenagem pluvial transporta grande quantidade de poluição orgânica e de metais que atingem os rios nos períodos da chuva. Contaminação das águas subterrâneas por dejetos industriais e domésticos, por meio das fossas sépticas, vazamento dos sistemas de esgoto sanitário e pluvial, entre outros.
- Depósito de resíduos sólidos urbanos, que contaminam as águas superficiais e subterrâneas, funcionando como fonte permanente de contaminação.
- Ocupação do solo urbano sem controle do seu impacto sobre o sistema hídrico (TUCCI, 2008, p. 103).

O autor acrescenta ainda, uma análise das tendências, baseada nas Metas do Milênio, propostas pelas Nações Unidas, onde as gestões das águas urbanas são inseridas com a proposta de redução da falta de água potável e com a ampliação da coleta e tratamento de esgoto em 50%, até 2015. Neste quesito o Brasil apresenta uma evolução na Gestão de Recursos Hídricos, com a implantação da Lei nº 9.433/97, conhecida como Lei das Águas, assim como da Lei 11.445/2007, denominada Lei do Saneamento. A implementação de instituições como a Agência Nacional de Água (ANA), Agências Estaduais, Conselhos, Consórcios e Comitês de Bacia Hidrográficas (CBH) formam uma estrutura de participação técnica, social e econômica. Contudo, o autor argumenta que no âmbito das ações no saneamento, observa-se o fato de a cobertura de coleta de esgoto ser baixa em relação à do abastecimento de água, comprometendo o todo dos recursos hídricos por contaminar os mananciais. A vulnerabilidade a eventos pluviais, na forma de inundações e desmoronamento se agrava com a situação de pobreza nas periferias das cidades, pois que *os maiores prejuízos não são necessariamente materiais, mas sociais* (TUCCI, 2008, p. 110).

O autor argumenta finalmente que, na prática, apesar de estar implícito na legislação, falta uma efetiva integração entre as metas da Gestão dos Recursos Hídricos com as do saneamento ambiental.

O Plano da Bacia Hidrográfica prevê o enquadramento dos rios, e as cidades, deveriam atuar no controle dos efluentes urbanos...No entanto, é necessário que existam planos e que estes enquadrem os rios nos quais as cidades influenciam, seguidos de um plano de ações para atingir as metas comuns. (TUCCI, 2008).

Nesse sentido, buscamos uma análise do Plano Diretor Municipal de Taboão da Serra, criado pela Lei nº 132/2006, em 26/12/2006, com ampla participação popular, sob a assessoria do Professor Nabil Bonduki, da FAU/USP, com a coordenação da Secretaria Municipal de Habitação. Em tal plano, os objetivos específicos relativos à política de desenvolvimento urbano garantem legalmente uma restrição das áreas ambientalmente sensíveis e de proteção permanente¹⁹. É textual a preocupação de aumentar as áreas permeáveis e arborizadas,

¹⁹ Plano Diretos do Município de Taboão da Serra – Lei nº 132/*2006. "CAPÍTULO IV. DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO": Art. 10. A regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de Taboão da Serra terá como objetivo geral estruturar a cidade, ordenar e controlar o processo de ocupação do solo atendendo aos seguintes objetivos específicos:

I. controlar o adensamento construtivo, garantindo sua compatibilização com a infra-estrutura urbana existente e prevista;

II. restringir o processo de ocupação das áreas ambientalmente sensíveis, em particular na região noroeste do Município e nas áreas de proteção permanente;

consolidando as centralidades existentes e criando novas, como as planejadas no Jardim Margarida.

Especificamente, analisando os mapas de referência municipal do PD, o Córrego Palmital não se apresenta entre os principais cursos de água dentro do sistema hídrico da cidade, contudo, sua importância permanece pela própria execução das obras de drenagem, planejadas pelo Programa PAT-PROSANEAR. Num outro sentido, essa intervenção no Córrego Palmital, apresenta um potencial e uma capacidade de transformação ambiental e paisagística, oferecendo novos Espaços Livres Públicos a serem incorporados pelo bairro e pela cidade como um todo. Outro destaque de importância é o fato dele ser um córrego que nasce, percola e deságua, com todo o seu trajeto percorrido dentro da área territorial de Taboão da Serra, sustentando uma forte justificativa de interesse para uma gestão e valorização ambiental do município.

Enquanto pesquisa da área da **Paisagem e Ambiente**, analisando o potencial da drenagem no meio urbano, propomos uma complementação de abordagem, para além do conceito de desenvolvimento sustentável, buscando recursos de análises em novas categorias conceituais relacionadas ao urbanismo e aos processos participativos de vida nas cidades. Com um aprimoramento teórico metodológico a partir do campo conceitual e propositivo do estudo da **Paisagem** urbana, podemos abranger a importância das configurações espaciais, incluindo igual percepção dos sentimentos manifestos pelos sujeitos – moradores –, ampliando o quadro de referencial, a partir da relação entre cidade e natureza. A Paisagem enquanto campo conceitual e propositivo ocupa o lugar de mediador de uma totalidade concreta que contém em si tanto a dimensão natural, enquanto base física, como a marca humana, deixada nas cidades através dos valores e dos costumes.

Segundo o professor Eugênio Queiroga:

há práticas sobre a paisagem que vão ao encontro do fortalecimento da ideia de cidade enquanto locus da vida pública...passando por projetos paisagísticos participativos que ao mesmo tempo valorizam recursos ambientais e propiciam intensa vida pública (QUEIROGA, 2012, p. 15).

III. aumentar as áreas permeáveis e arborizadas;

IV. consolidar as centralidades existentes e criar novas;

V. preservar e recuperar os fundos de vale;

VI. retardar a chegada das águas pluviais no sistema de drenagem urbano;

VII. criar regras específicas para a urbanização e regularização de assentamentos precários e loteamentos irregulares e clandestinos;

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Taboão da Serra “www.taboaodaserra.sp.gov.br”.

No mesmo artigo o autor prossegue argumentando, que

Há muito a ser feito, incluindo-se qualificar os espaços para a esfera pública – do cotidiano às manifestações de maior escala – das calçadas aos parques, das ciclovias às praças, aos novos espaços de encontro público, estejam onde estiverem (Idem, ibidem, p. 16).

Ao destacar alguns resultados de qualificação urbana obtidos pelos Projetos de Saneamento Básico, criando e qualificando novos espaços públicos, tais como ruas, vielas, becos, praças, escadarias e esquinas, evidenciamos uma conveniente oportunidade, propícia ao desenvolvimento de novos hábitos e interesses coletivos dos moradores. Com a adequação dos Espaços Livres Públicos, pode-se ativar novas relações socioespaciais, favoráveis a um desenvolvimento da esfera social de uma população historicamente segregada nas periferias das grandes cidades.

2.2.3 Novas estratégias paisagísticas para a água urbana

Considerando um evidente diálogo do Saneamento Básico com a Paisagem, encontramos um ponto de inflexão nos relatos da autora Anne Spirn (1995), em seu livro *O Jardim de Granito*, quando analisa as abordagens inovadoras e significativas do controle das enchentes nas cidades americanas, ressaltando

a recente profusão de parques urbanos que servem a múltiplos usos de controle de enchentes, melhoria da qualidade das águas e recreação, não apenas reflete uma nova ideia, porém mais que isso, a redescoberta de velhas soluções (SPIRN, 1995, p. 162).

A autora prossegue seus argumentos ponderando que "muitos parques do século XIX e do início do século XX, agora valorizados pelo acesso a rios urbanos e lagos, foram originalmente projetados como controladores de enchentes e sistemas de tratamento de águas, como consta no conhecido plano Emerald Necklace, projetado por Frederic Olmsted, que seria inicialmente um plano para melhorar a qualidade sanitária do Rio Muddy (SPIRN, 1995, p. 163). Nesse exemplo datado de 1884, vemos claramente a importância e o suporte de um projeto de macro drenagem, inicialmente projetado para recuperação de um pântano de água salobra que, recebendo um projeto paisagístico – no caso, plantas que pudessem resistir a salinidade da água e tolerar as mudanças de seus níveis –, pode propiciar a justaposição do mangue com a

cidade, criando espaços urbanos tratados com adaptações às necessidades das comunidades. (SPIRN, 1995, p. 165).

Figura 14 – OLMSTED, Frederick Law – *Boston Park System* – Emerald Neckl. Fonte: Aula – “Sistema de Espaços Livres. Requalificação da paisagem com Habitação Social”. Prof. Dra. Catharina Lima. FAU/USP, São Paulo, 2014.

2.2.3.1 Alguns dispositivos de infraestrutura verde

Pesquisando as novas abordagens da prática de drenagem urbana com a qualificação da Paisagem, encontramos no artigo dos pesquisadores Cormier e Pellegrino (2008) uma referência a tipologias e soluções de tratamentos das águas urbanas que atuam numa prática de integração entre drenagem urbana e Paisagem, criando espaços aplicados como integrante da infraestrutura verde da cidade.

Observou-se que

o paisagismo urbano está cada vez mais sendo visto além de mero embelezamento das cidades, e, de forma pioneira, como parte de uma rede de espaços abertos em que tecnologias de alto desempenho passam a contribuir decisivamente para a solução dos problemas associados à água, ao clima e à ecologia urbana, bem como na criação de uma imagem local e de espaços públicos mais estimulantes e sustentáveis (PELLEGRINO e CORMIER, 2008).

A **infraestrutura verde** reposiciona o espaço aberto como um dos elementos urbanos de importância para as cidades, revitalizando ambientes, tanto ecológica como social e economicamente ativos.

Os autores apresentam diferentes tipologias de projetos paisagísticos – como jardins de chuva, biovaletas e canteiro pluvial – que incorporam funções aos Espaços Livres Públicos, adotando tecnologias de alto desempenho, que adaptam e integram os projetos, os processos e os ciclos ocorridos na natureza.

Tipologias de infraestrutura verde

No mercado New Seasons, em Portland, EUA, os canteiros pluviais (*Rain Garden*) recebem o escoamento superficial entre a calçada e a rua, diminuindo a velocidade do escoamento da água.

Foto 26 e 27 – Mercado *New Seasons*.

Fonte: CORMIER, Natlaniel. *Green Infrastructure: high performance landscapes for healthy cities*. SVR Design Company, Seattle, WA. EUA. In curso “Sistemas de Espaços Livres: Requalificação da Paisagem com Habitação Social”, Professora Catharina Lima, FAU/USP, São Paulo 2014.

Um dos primeiros projetos de biovaletas em Seattle, EUA, é chamado *Street Edge Alternatives* ou *SEA Street*.

Na *SEA Street*, uma rua reta foi substituída por uma rua curvilínea que deu condições para criação de uma série de biovaletas ao lado da rua para receber o escoamento. Além dos benefícios ecológicos, também faz com que o trânsito fique mais lento.

Foto 28 – *Street Edge Alternatives* ou *SEA Street*.

Fonte: CORMIER, Natlaniel. *Green Infrastructure: high performance landscapes for healthy cities*. SVR Design Company, Seattle, WA. EUA. In: curso “Sistemas de Espaços Livres: Requalificação da paisagem com Habitação Social”, Professora Catharina Lima, FAU/USP, São Paulo 2014.

Placas interpretativas temporárias explicam as funções ecológicas para os novos

moradores. As biovaletas não requereram mais espaço do que os empreendimentos convencionais, mas reduzem drasticamente os custos de infraestrutura e o impacto ecológico do projeto.

Foto 29 – Placas interpretativas.

Fonte: CORMIER, Natlaniel. *Green Infrastructure: high performance landscapes for healthy cities*. SVR Design Company, Seattle, WA. EUA. In: curso “Sistemas de Espaços Livres: Requalificação da paisagem com Habitação Social”, Professora Catharina Lima, FAU/USP, São Paulo 2014.

Foto 30 – Ilustração do processo participativo dos moradores.

Em todo o processo busca-se uma conexão com os moradores através da arte e da participação, seja em tarefas de execução ou no processo de planejamento e manutenção dos jardins.

Foto 31 – Ilustração da parceria com a arte.

comuns, que vivem o cotidiano do local. Esses benefícios poderão ser atingidos através de uma

Pelas características de inovação e adaptação de valores socioambientais, os projetos de infraestrutura verde requerem a colaboração de várias disciplinas que compartilham seu foco na gestão do espaço urbano, requerendo, entre outras ações, o envolvimento e a participação dos próprios moradores ou cidadãos

pedagogia urbana e paisagística, em que pode-se preparar os atores e sujeitos para uma ativa e efetiva participação nos processos de busca e melhor adaptação na relação cidade e natureza. A vanguarda do movimento de infraestrutura verde tem a ver com o seu significado cívico e com a importância da participação cidadã. Um desejo coletivo por cidades sustentáveis é crucial para a consolidação de tais ideias.

A primeira conexão necessária para a realização desse projeto é com a educação, dando a ele uma importância especial da interpretação e do ensino dos sistemas naturais e suas aplicações no meio ambiente do local trabalhado. Como prática, o exercício da observação e a vivência tornam-se instrumentos pedagógicos. Os melhores projetos permitem que os próprios sistemas sejam observados diretamente e vivenciados nos seus limites e potencialidades de qualificação ambiental.

Os jardins podem fazer parte do *currículum* dos alunos da escola, e ainda tornarem-se tema de cursos práticos ou oficinas de aprendizagem para jovens e adultos, em especial idosos, que se mostram vulneráveis a um isolamento social no convívio de vizinhança. Podemos ainda associar o jardim, a um conceito de arte, relacionada a um lugar belo que utiliza o elemento vegetal, expondo uma poética capaz de exprimir a vida de uma comunidade. De forma complementar, o jardim pode ser visto como um elemento da Paisagem e um possível indutor do processo participativo e de envolvimento dos moradores nos usos dos Espaços Livres Públicos criados pelos projetos de saneamento.

Partindo destes exemplos de relação entre cidade e natureza, evidencia-se a importância de encaminharmos nossos estudos para uma prática de aproximação com os sujeitos – moradores do bairro de pesquisa. No capítulo 4 deste documento, apresentaremos um estudo utilizando a pesquisa qualitativa, em que dialogamos com os moradores do Jardim Margarida, aprofundando vivências e sentimentos, ideias e observações, conhecimentos e expectativas de um grupo de pessoas que recebem as intervenções e evidenciam as transformações da Paisagem do seu bairro, sob intervenção dos projetos planejados pelo PAT-PROSANEAR.

2.3 Considerações

As informações reunidas neste capítulo foram compostas como parte integrante de um quadro referencial de análise da pesquisa, cuja tese de defesa é a busca de uma aproximação entre os **Projetos de Saneamento Básico** com o campo conceitual e propositivo do estudo da **Paisagem Urbana**, ampliando os resultados e funções das obras e intervenções físicas e

espaciais do saneamento e associando-as à vivência e aos sentimentos manifestos pelos sujeitos – moradores –, tendo em conta sua percepção, sua afetividade e seu pertencimento em relação ao bairro de moradia, em processo de transformação.

Consonante com a vanguarda do Saneamento Básico, que busca uma ampliação das funções da infraestrutura urbana, incorporando novas preocupações de conservação ambiental e melhora da qualidade de vida, fundamentamos a relação das obras de saneamento com os referenciais teóricos do estudo da Paisagem. A pertinente capacidade da Paisagem de influir em aspectos externos, – como a manutenção do bairro ou a transformação do sujeito que observa a Paisagem –, nos traz considerações de sentimento e percepção espacial, não apenas no sentido visual estético, mas também no de um mundo real, de vivência e relacionamento com a cidade.

A entrada dos projetos de saneamento em bairros de moradia popular traz consigo, em geral, a necessidade de um reordenamento espacial e territorial, podendo originar uma nova configuração do Sistema de Espaços Livres (SEL) destas áreas. Ou seja, queremos evidenciar a oportunidade de ampliação das ações dos projetos de saneamento, que criam novos Espaços Livres (EL) em áreas urbanas problemáticas, espontaneamente criadas pela necessidade apresentada por trabalhadores de baixa renda e suas famílias; áreas que hoje são configuradas como desestruturadas do conjunto da cidade, formando o chamado padrão periférico de urbanização.

De toda forma, o quadro de circunstâncias apresentadas neste capítulo, identifica-se com a situação encontrada no Jardim Margarida, bairro de moradia que configura a nossa área de pesquisa e que, por suas características e seu histórico de formação, pode ser considerado um modelo de muitos outros bairros existentes no município de Taboão da Serra e nas periferias da região metropolitana de São Paulo.

Pela experiência em campo que adquirimos como participantes de equipe técnica de projeto e intervenção do PAT-PROSANEAR no Jardim Margarida, obtivemos a oportunidade de construir uma proximidade e uma vivência cotidiana que favoreceram uma investigação empírica de observação das dificuldades existentes, destacando divergências e convergências relacionadas aos objetivos e princípios do programa PAT-PROSANEAR.

Assim, num exercício de relação entre teoria e prática chegamos a algumas considerações:

- Do ponto de vista urbanístico o projeto PAT-PROSANEAR efetivamente conseguiu criar novos espaços coletivos, formando um Sistema de Espaços Livres Públicos no Jardim Margarida, capaz de transformar a Paisagem do bairro. Um exemplo desta

afirmação está no atendimento habitacional de 30 famílias, cujas casas removidas liberaram o leito e as margens do Córrego Palmital como pré-condição a um posterior paisagismo, consumando a criação do denominado “Caminho Verde”;

Foto 32 – Aspectos de ocupações da área das nascentes do Córrego Palmital antes e depois das remoções das casas, com o início da reconstrução da calha de drenagem do córrego.

Foto 33 e 34 – Aspectos de ocupações da área das nascentes do Córrego Palmital antes e depois das remoções das casas, com o início da reconstrução da calha de drenagem do córrego.

- Observou-se uma respeitável anuência e **aprovação dos moradores** quanto às intervenções e execução das obras necessárias, interpretadas como um atendimento de suas reivindicações de melhorias junto ao poder público municipal. Diante das dificuldades do cotidiano, vivendo a precariedade dos resultados dos processos de autoconstrução e do imprevisto das redes de esgoto e drenagem do bairro, as obras de saneamento são recebidas pelos moradores com um sentimento de dignidade e melhora da qualidade de vida no bairro;
- Do ponto de vista da inserção do bairro na cidade, a implementação dos projetos PAT-PROSANEAR reflete o reconhecimento público como uma pré-condição para se alcançar a regularização fundiária do loteamento, formado historicamente pela clandestinidade. O bairro recebe uma organização de ruas e lotes, estabelecendo números domiciliares que conferem a cada família um endereço fixo e o direito de receber oficialmente correspondências pelos serviços do correio²⁰;
- Sob a perspectiva do marco regulatório sancionado pela Lei do Saneamento nº 11.445/2007, observamos o cumprimento do princípio da **equidade**, em que há uma isonomia do tratamento de todos os cidadãos, moradores do bairro e usuários dos

²⁰ Pode parecer pouco, mas a oficialização de um endereço fixo, favorece a **inserção social** da família na dinâmica e funcionamento da cidade.

serviços, garantindo-lhes a fruição em igual nível de qualidade dos benefícios das infraestruturas obtidas pelas obras do PAT-PROSANEAR;

- Ainda pelo marco regulatório, observou-se que a **titularidade municipal** no quesito competência dos municípios para gerir seus serviços de saneamento está sendo plenamente desempenhada. Os interesses locais são defendidos pelo município como responsáveis pela organização e como prestação dos serviços de saneamento, podendo fazê-los diretamente ou mesmo sob regime de concessão ou permissão, como a parceria estabelecida entre a SABESP e a Prefeitura do Município de Taboão da Serra;
- O planejamento e a execução das obras relacionados a uma dinâmica social e às expectativas dos moradores, fomentam uma integração de várias áreas técnicas e especialidades da engenharia hidráulica, da engenharia civil e sanitária; arquitetura e projeto; paisagismo; equipes sociais formadas por assistentes sociais; sociólogos; psicólogos e comunicadores – numa franca oportunidade de **desenvolvimento científico e tecnológico** com o intuito de buscar respostas apropriadas às soluções de problemas, bem como o interesse na difusão dos conhecimentos gerados;
- Em termos de implementação de políticas públicas e complementação de funções e responsabilidades entre a união, o estado e o município, o PAT-PROSANEAR determina uma **integração e uma articulação**, inclusive no que se refere ao financiamento em busca de um desenvolvimento urbano e regional. No (ANEXO 1) disponibilizamos a Ficha de Assentamento Precário do Jardim Margarida, apresentada pelo “Diagnóstico da situação habitacional” – Plano Habitacional de Interesse Social - realizado pela Prefeitura de Taboão da Serra, sintetizando aspectos físicos, situação de intervenção, recursos financeiros e observações de ações locais integradas. As relações entre os serviços de habitação, combate e erradicação da pobreza, proteção ambiental, promoção da saúde e outras necessidades de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida solicitam uma integração técnica e administrativa na gestão de ações. Tais prerrogativas trazem consigo a necessidade de um contínuo processo de treinamento e supervisão técnica de implementação, administração e gestão financeira;
- Na linha das dificuldades, ainda pode ser observado o fato de que, pelas características de desempenho das construções das redes de água, esgoto e drenagem, não é incomum encontrarmos uma execução dos serviços dividida entre diferentes licitações e contratação de empreiteiras que não acompanharam os processos de planejamento e

concepção das propostas conceitualmente integradas. Assim, as circunstâncias da **gestão administrativa e financeira** devem ser incorporadas ao rol de atividades e na busca de resultados dos serviços de saneamento como implementadores e transformadores da vida nas cidades.

Contudo, essas dificuldades são passíveis de controle e podem ser enfrentadas por uma gestão que adote o diálogo entre as equipes, visando o alcance de objetivos comuns. O PAT-PROSANEAR, enquanto projeto de saneamento integrado, representa uma excelente oportunidade de transformação, recuperação e qualificação de novos técnicos, tendo como propriedade a inovação nas formas de enfrentamento de problemas consolidados, inferindo inclusive na dinâmica da gestão integrada dos serviços públicos e no fomento da participação dos moradores enquanto cidadãos.

Com a atual crise dos recursos hídricos na região metropolitana da cidade de São Paulo, amplamente divulgada pela imprensa e meios de comunicação de massa, os Projetos de Saneamento Básico podem adquirir uma maior importância, reconhecida pela sociedade como um todo, constituindo-se como instrumento a ser utilizado no resgate dos valores ecológicos e paisagístico, bem como na manutenção e na ampliação das possibilidades de uso adequado dos rios, de modo a evitar a destruição de nossos ecossistemas aquáticos, numa celebração da presença da água nas cidades e, ao mesmo tempo, numa enorme economia dos recursos, para uma futura recuperação dos mananciais.

A seguir, no capítulo 3 desta Pesquisa, desenvolveremos um quadro referencial teórico do campo de estudo da Paisagem Urbana, seguido por uma análise dos resultados de uma pesquisa qualitativa, que instrumentalizou um diálogo com os moradores do bairro, nos encaminhando para as considerações finais, nas quais analisaremos as possíveis colaborações desta pesquisa, no avanço da relação entre o Saneamento Básico e a qualificação urbana nas grandes cidades.

3. Referencial teórico

Neste capítulo apresentaremos a fundamentação teórica desta pesquisa, reunindo conceitos e interpretações de diferentes autores do campo de estudo da Paisagem, que, em paralelo à sustentação da formulação de uma hipótese, orientaram as primeiras aproximações práticas de análise do campo, reconhecendo questões e fenômenos que solicitavam uma simultaneidade entre estudos teóricos e experiências práticas na formulação de uma base metodológica de estudo.

Partindo inicialmente de dois conceitos básicos, trabalhados no urbanismo contemporâneo – PAISAGEM e ESPAÇO LIVRE PÚBLICO –, buscamos as primeiras aproximações do campo de estudo conceitual da PAISAGEM, com os aspectos socioespaciais e de percepções subjetivas dos PROJETOS DE SANEAMENTO BÁSICO implementados em bairros de moradia.

Nos processos de relação entre teoria e prática, não se pretende uma teorização, tampouco um empirismo, mas sim uma interação metodológica capaz de subsidiar uma aproximação entre o **objeto de pesquisa**, representado pelas obras de Saneamento Básico em um bairro de moradia e o **sujeito** das ações de saneamento – constituído pelos moradores – ante as possibilidades de qualificação e transformação da Paisagem do bairro estudado.

3.1 Paisagem

Do ponto de vista urbanístico, os estudos da Paisagem podem ser tratados com base em um amplo quadro referencial conceitual que passa pela filosofia, pela geografia, pelas ciências naturais, pela arte e o paisagismo.

Iniciando as nossas análises, pelos estudos de Berque (2011)²¹, temos o argumento de que o mundo contemporâneo se depara com

²¹ BERQUE, Augustin. "A Ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra". *Filosofia da Paisagem, Uma Antologia*. SERRÃO, Adriana (org.). Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Portugal: 2011.

a urgência de encontrar a medida do "mundo" ambiente conferindo um valor epistêmico e prático sem precedentes à paisagem: porque é antes de mais nada na paisagem que se exprime o sentido da nossa relação com a extensão terrestre. A paisagem não é somente a superfície das coisas: é, pelo contrário, essencial à própria existência da sociedade, porque através do sentido das coisas motiva os seres humanos a habitarem em conjunto [...] não é apenas uma procura esteticizante para uma sociedade farta: é, pelo contrário, o sinal de que o Homem tende a reassumir os seus vínculos com a Terra, vínculos estes que a utopia moderna tendeu dissolver [...] Parece, desse modo, que gerir melhor a ecúmena²² passa necessariamente por uma melhor gestão das paisagens. Aí reside a medida comum do Homem com a Terra, e do Homem consigo mesmo (BERQUE, 2011, p. 198).

Segundo o autor,

precisamos de um paradigma que, reconduzindo a uma medida comum, o ambiente e a paisagem, a Terra e o Homem, restabeleça a unidade do "mundo" ambiente [...] a paisagem não reside nem somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa destes dois termos [...] E é à própria complexidade deste cruzamento que se apegamos o estudo da paisagem... (BERQUE, 1994, p. 5).

Na perspectiva de Queiroga (2012)²³,

a paisagem não é apenas a **configuração espacial** – forma, materialidade, sistema de objetos –, mas também inclui o domínio da **percepção espacial**, aí influenciando tanto os aspectos objetivos exteriores e interiores a quem observa a paisagem, quanto os aspectos subjetivos – culturais, simbólicos – de quem a produz e de quem a vivencia (QUEIROGA, 2012, p. 11).

Para o autor

as pessoas estão diretamente na paisagem, são na paisagem, se movimentam nos espaços livres, são pedestres, ciclistas, motoristas e passageiros, dando vida às vias públicas. [...] **a paisagem é obra social e seu resultado sempre dinâmico, é coletivo.** Em essência a paisagem é pública, apresentando-se a todos. A paisagem pode evocar sentimentos de memória, afetividade e

²² A noção geográfica de "ecúmena" procede da ideia de habitar (*oikos* significando "casa"), isto é, da relação que funda a presença do Homem sobre a Terra (BERQUE, 2011, p. 187).

²³ QUEIROGA, Eugenio Fernandes. "Razão Pública e Paisagem: reflexões e subsídios teórico-conceitual para o entendimento e para a qualificação da urbanização contemporânea". Texto eletrônico de palestra proferida no 11º Encontro Nacional de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. ENEPEA. Campo Grande: 2012.

pertencimento. O contrário também ocorre: estranhamento, receio, insegurança, situações ambientalmente desagradáveis. De qualquer forma, a paisagem sempre informa sobre os lugares do mundo a quem se propõe a lê-la com atenção (Idem, ibidem, p. 12)

Assim, o lugar guarda em si seu significado e as dimensões do movimento de vida, possível de ser apreendido pela percepção e pela memória, através dos sentidos do corpo – e da presença física do sujeito. O lugar se apresentaria então como ponto de articulação entre uma perspectiva geral que faz referência à metrópole ou à cidade, e uma especificidade concreta, que se refere ao momento de vida do sujeito.

A pesquisadora Ana Fani Carlos, em sua pesquisa *O lugar no/do mundo* (2007), defende que o lugar permite pensar a articulação do local com o espaço urbano, que se manifesta como horizonte. Argumenta que é a partir daí que se abre a perspectiva de análise do lugar, na medida em que o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana. O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço.

A autora destaca que o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. Deste modo, o lugar é apresentado como ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. “O lugar guarda uma dimensão prático-sensível, real e concreta que a análise, aos poucos, vai revelando” (CARLOS, 2007 p. 13).

Dessa maneira, a metrópole não é “lugar”. Ela só pode ser vivida parcialmente, o que nos remeteria a uma discussão do bairro como o espaço imediato de vida das relações cotidianas.

A escala de **bairro** é a escala imediata da percepção dos sentidos, adequada e compatível com as dimensões do corpo humano, passível de ser percorrida a pé. O lugar é conhecido e reconhecido por aqueles que o frequentam porque é trilhado diariamente, dá-se a conhecer pelo “uso” (BARROS, 2014 p. 18).

Halley²⁴ argumenta que é a partir da diferença, da alteridade, do conhecimento, do despertar identitário frente a outras unidades urbanas enfim, que se processa a transformação de um bairro em um lugar. Nessa perspectiva, a identidade do bairro poderá surgir por fatores

²⁴ HALLEY, Bruno Maia. “O Bairro e os Enredos do Lugar”. In: *Geograficidade*. v. 4, nº 1. 2014. ISSN 2238-0205. <https://geografiahumanista.wordpress.com>. Acesso março 2014.

individualizados como estrato social, arquitetura ou mesmo pelas transformações físico ambientais promovidas pela recuperação e pela qualificação urbana ambiental, como as implementadas por possíveis projetos de intervenção e qualificação urbana, a exemplo da que tratamos nesta pesquisa.

Queiroga defende que o direito à Paisagem deve ser concomitante à satisfação de outros direitos mais elementares, como moradia, educação e saúde. Argumenta que a qualificação da Paisagem integra a melhoria do *habitat* e do ambiente, bem como potencializa o maior uso dos espaços públicos, relacionando-se diretamente às questões de habitação, educação, saúde, ambiente, à qualidade de vida. (QUEIROGA, 2012, p. 14).

A Paisagem enquanto categoria interna ao espaço²⁵ inclui e transcende a fisionomia do sistema de objetos, pois envolve o sistema de ações que anima sua materialidade, que compõe o espaço total. A Paisagem, para além de sua aparência, é existência que se transforma a cada movimento da sociedade e dos fenômenos biofísicos.

Do ponto de vista da elaboração de projetos propositivos ou de intervenções numa realidade pré-existente, amparar-se no conceito de Paisagem é

confrontar-se com uma perspectiva abrangente, e necessariamente multidisciplinar. Paisagem como a **síntese formal e estética das interações** dinâmicas entre **sistemas humanos e naturais**, sugere um amplo campo de atuação e investigação, abraçando dimensões tão distintas quanto as: ambiental (biofísicas), social, cultural, política, econômica, entre outras (LIMA; BOUCINHAS, 2010).

A partir da Paisagem podemos observar projetos já realizados ou em processo, prevendo o futuro e as potencialidades de transformações. Esta foi uma das premissas que nos levou a aproximação dos Projetos de Saneamento com o campo de estudo da Paisagem Urbana, que poderá criar e qualificar Espaços Livres públicos em bairros de moradia em processo de formação ou já degradados pelo inadequado uso do solo urbano.

Queiroga indica que

há projetos de espaços públicos potencialmente educadores, bem como educadores participando de novas práticas, críticas e criativas, sobre a paisagem cotidiana – **paisagismo crítico** – em que a participação popular é levada à sério, produzindo-se não apenas trocas de saberes, mas

²⁵ SANTOS, Milton. "O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá". In: *A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção*. p. 63. São Paulo: EDUSP, 2004. 4ª ed.

conhecimento novo, onde as dimensões públicas da paisagem são valorizadas (QUEIROGA, 2012, p. 15).

Este intercâmbio dos processos educativos com uma interação participativa dos sujeitos (moradores) em relação ao objeto (bairro de moradia sob a intervenção de projetos de saneamento) poderá se constituir em um dos nossos principais propósitos em se tratando de práticas de intervenção fundamentada em uma possível pedagogia da Paisagem.

Os Projetos paisagísticos que evidenciem os ciclos e processos da natureza no espaço urbano, em sua interação com as atividades e interesses sociais – como a moradia de uma família –, são fundamentais e essencialmente educativos.

Para Pellegrino (2003)²⁶,

essa retirada, por parcelas do espectro social, do espaço livre público urbano, resulta, de um lado, em uma desvalorização da paisagem, e, de outro, em uma crescente alienação da dimensão ambiental do espaço urbano, trazendo como consequência a impossibilidade de pensar o espaço – e o ambiente – como totalidades, ainda que abertas e carregadas de conflito (PELLEGRINO, 2003, p. 2).

3.2 Espaço livre público – Sistema de espaços livres públicos

Para lidarmos melhor com as perspectivas dos projetos de saneamento em bairros de moradia, relacionando-os ao campo conceitual da Paisagem, devemos ter clara a dimensão conceitual de Espaço Livre Público.

Em 1982, a Professora Miranda Magnoli define em sua tese de Livre-Docência, o espaço livre como objeto do paisagismo, ressaltando sua abrangência conceitual, que vai muito além do jardim ou do projeto com vegetação. Nesse sentido, define espaço livre como espaço livre de edificações, ou, livre de urbanização. Dessa forma, ruas, praças, parques, quintais, recuos laterais, pátios descobertos, terrenos baldios, praias, lagoas, rios, campos, florestas, áreas cultivadas etc., enfim, todos os espaços abertos não abrigados por coberturas edificadas, se constituem Espaços Livres e são, ou deveriam ser, objeto do paisagismo (QUEIROGA, 2012, p. 75).

²⁶ PELLEGRINO, Paulo. “Por Uma Paisagem Fluvial Para São Paulo”. In: *Paisagens em Debate*. FAU/USP. n. 01, 2013.

Na sequência do conceito de espaço livre urbano, devemos considerar o Sistema de Espaços Livres (SEL) partindo de seu recorte de escala, que pode ser: um bairro, uma cidade, uma metrópole, uma região. O SEL é composto por todos os Espaços Livres do referido recorte, considerando as relações estabelecidas entre eles na medida em que se constituem uma totalidade integrante do sistema de objetos e do sistema de ações (Idem, Ibidem, p. 78).

Queiroga argumenta ainda que as relações entre os Espaços Livres de um bairro organizam o Sistema de Espaços Livres (SEL) de maneira dinâmica e processual, transformando, a cada movimento da sociedade, o sistema e o valor de cada elemento. São os sistemas de ações que conferem valor social aos atributos físicos espaciais de um bairro de moradia.

Tem-se, portanto, que toda cidade possui um SEL na medida em que, no mínimo, qualquer cidade apresenta um sistema viário, mesmo que não haja nenhum espaço livre necessariamente vegetado. A produção de tal sistema ocorre *pari passu* à produção da cidade, envolvendo ações do poder público e da iniciativa privada. Aqui, podemos considerar os Projetos de Saneamento no bairro Jardim Margarida como uma oportunidade estratégica de produção de uma nova cidade, com a criação e qualificação de Espaços Livres, configurando um novo Sistema de Espaços Livres (SEL) (QUEIROGA, 2012, p. 11).

O conceito de SEL defendido por Queiroga, não se reduz nem se confunde com a noção de sistema de áreas verdes, mais comumente empregado no Brasil e, sobretudo, nos países de cultura anglo-saxônica, onde a valorização dos espaços vegetados vem de longa data – desde a revolução industrial – como resposta à consequente degradação das cidades em que o meio ambiente deve ser considerado como instância ou dimensão da Paisagem urbana. Questões como sistemas de mobilidade de menor impacto na Paisagem e no ambiente, bem como a criação de espaços adequados para a circulação de pedestres e para o convívio público devem pautar, também, análises e propostas de qualificação de SELs urbanos (Idem, Ibidem, p. 13).

Por outro lado é preciso dizer que além de ser um tipo de Espaço Livre, a área verde tem um papel capital na melhoria da qualidade dos espaços urbanos densamente ocupados. Pode-se ainda acrescentar o fato de as áreas verdes terem se apresentado como o espaço livre público capaz de sensibilizar e de despertar uma maior identidade, um maior envolvimento e uma gestão participativa junto aos moradores – objeto desta pesquisa.

Refletindo sobre o significado do projeto de recuperação e transformação das margens do Córrego Palmital, que criará um caminho a ser percorrido a pé, formando uma sucessão de jardins e recantos de contemplação – ou simplesmente uma via de passagem de acesso ao centro comercial e terminal de transportes coletivos –, conclui-se que este espaço do córrego, hoje

ocupado e degradado, assumirá a importância e a função urbanística de um espaço livre público qualificado. Considerando ainda a previsão de junção dos dois trechos das obras de canalização do mesmo córrego – o que facilitará o acesso e uso em relação às ruas do entorno, reforçando o caráter desse novo conjunto de Espaços Livres públicos como um SEL local, de modo a integrar os dois bairros, historicamente unidos pela necessidade de moradias de famílias e pela relação de parentesco existente entre os moradores.

Segundo a correlação de forças que se estabelece e se transforma, entre os agentes - empresas, instituições e grupos sociais – que produzem e se apropriam diferentemente dos espaços urbanos, inclusive do SEL, estes sistemas urbanos estão em constante processo de transformação e adequação às novas demandas da sociedade. A materialidade de cada elemento e do Sistema de Espaços Livres como um todo pode, portanto, limitar ou potencializar a ocorrência de ações, caracterizando-as espacialmente. Esse é um princípio básico a ser considerado nos Projetos de Saneamento que se proponham a uma articulação com a Paisagem, considerando a escala definidora do lugar – que nesta pesquisa, foca o bairro de moradia Jardim Margarida.

Queiroga argumenta ainda, que

o SEL urbano é básico na existência da cidade, pois:

- é fundamental ao desempenho da vida cotidiana e da economia urbana;
- é fundamental na constituição da paisagem urbana, dado que é um subsistema da forma urbana, integrando, portanto a imagem da cidade, sua história e memórias;
- participa da constituição da esfera de vida pública (geral e política) e da esfera de vida privada (Idem 2012).

3.3 Esfera pública

Prosseguindo nossa busca de referências para a pesquisa, é conveniente diferenciar as categorias "espaço público" e "esfera pública"

requerendo uma distinção necessária em seus diferentes sentidos, por vezes considerados sinônimos. O **espaço público** está relacionado à propriedade e ou apropriação pública. A **esfera pública** está relacionada à vida pública como ação política (QUEIROGA, 2012, p. 37).

Queiroga esclarece essas categorias conceituais argumentando que

[considerando] o espaço à maneira miltoniana, não há como confundir “**espaço**” com “**esfera de vida**”, pois são conceitos de natureza distinta: o primeiro é uma instância social híbrida entre materialidade e ação; o segundo é campo de relações sociais do mundo vivido, desde a vida familiar (esfera íntima habermasiana) à pública política (esfera pública arendtiana). Ao se adjetivar espaço (público, privado, livre, edificado, urbano, agrícola, etc.), tendo clara a sua natureza híbrida, impõe-se considerar sempre materialidade e ação. Dessa maneira, não se pode resumir a questão do espaço público à questão fundiária, deixando de lado suas apropriações, bem como não se pode atentar apenas para as ações, esquecendo sua materialidade (QUEIROGA, 2012, p. 26).

A qualidade formal, material e ambiental dos Espaços Livres e dos lugares públicos potencializa a quantidade e diversidade de interações públicas com aumento da **esfera pública geral**. Estas, por sua vez, possibilitam o aumento da consciência da alteridade e da sua contribuição para a formação das individualidades e do conjunto das relações sociais relacionadas ao recorte escalar desta pesquisa – o bairro Jardim Margarida.

Queiroga acrescenta que com olhar mais amplo sobre as relações entre **sistemas de objetos** (Córrego Palmital) e **sistemas de ações** (relacionadas às dinâmicas sociais dos moradores do bairro) que caracterizam os espaços de apropriação pública, abrem-se possibilidades para a proposição de outros arranjos e sistemas espaciais que possam desempenhar o papel de tipos tradicionais de espaços públicos (parques, praças, ruas etc.) de modo bastante satisfatório, bem como propiciar novas formas de convívio na esfera pública geral, ultrapassando os tipos tradicionais de Espaços Livres públicos (QUEIROGA, 2012, p. 30). É nessa perspectiva de utilização que evidenciamos as margens recuperadas do Córrego Palmital, concebendo a criação e proposição do denominado **Caminho Verde**.

Voltando ao artigo "Razão pública e paisagem" (2012), Queiroga nos traz a expressão **“esfera de vida cotidiana”**,

[ou seja, aquela] que é capaz de atravessar as demais esferas de vida privada, social e pública, trazendo uma nova relação, talvez mais concreta, para enfrentar as totalidades das paisagens brasileiras, ou seja, não há esferas de vida herméticas, que criem realidades a partir de separações. Os espaços da prática individual e social, da produção e reprodução do trabalho, lazer são definidos pela vida cotidiana (QUEIROGA, 2012 p. 36).

Assim, considerando o Jardim Margarida como um lugar²⁷ de vida social, que necessariamente passa pela esfera privada e pública de seus moradores, é que interpretamos os Projetos de Saneamento que, executando intervenções e obras no sentido de uma qualificação urbana e ambiental, devem, necessariamente, respeitar e considerar a vida cotidiana de seus moradores, tratando-os como os sujeitos com uma história (individual e social) e como guardiões de um futuro das relações e integração urbana do referido bairro de moradia com a cidade e os elementos da natureza ali presentes.

3.4 Relação entre Paisagem e natureza

Considerando o histórico higienista do saneamento no Brasil e o atual compromisso com o atendimento de uma alta demanda acumulada nas periferias das grandes metrópoles brasileiras, justifica-se a valorização e a importância dada ao planejamento, à administração e à execução das obras de intervenção realizadas nos bairros de moradia. Contudo, à luz das possibilidades desenvolvidas pelo quadro referencial teórico e prático da categoria "paisagem", os Projetos de Saneamento Básico podem, ainda, ampliar suas possibilidades como colaboradores funcionais do desenvolvimento metropolitano, expandindo seu desempenho multidisciplinar para um resgate da naturalização²⁸ do meio urbano, com o intuito de contribuir para a reativação das relações da Cidade com a sua base física, sustentada pela natureza.

²⁷ Na visão miltoniana, lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1996, p. 258).

²⁸ SPIRN, Anne. *O Jardim de Granito. A Natureza no Desenho da Cidade*. PELLEGRINO, Paulo (Trad.). São Paulo: EDUSP, 1995.

A autora Catharina Santos Lima, em sua pesquisa de doutorado intitulada *A natureza na cidade, a natureza da cidade*, coloca que "a paisagem humana, enquanto expressão formal do processo de manipulação dos dados da natureza, fornece um poderoso referencial sobre o desenvolvimento da cultura, incluindo aí suas percepções sobre a natureza e a cidade, processos naturais e culturais" (LIMA, 2004, p. 12). Passando pela história do paisagismo do período medieval, da renascença, do barroco à chegada da revolução industrial, a autora aborda o surgimento da cidade industrial como um modelo que "penaliza e compromete igualmente sociedade e natureza, [...] cujas consequências [do referido surgimento] se fizeram sentir nos centros europeus, ao longo do século 19"²⁹.

Para a filósofa Adriana Serrão, no artigo "Pensar a natureza e trazer a paisagem à cidade"³⁰

não se trata de substituir o paradigma natural pela ordem da cultura, mas tomar a mediação estética enquanto visão exemplar, um meio de **ensinar a ver**, uma via mediadora de nos aproximar a um natural que existe, mas não é imediatamente nem espontaneamente apreensível na sua profundidade e idealidade (SERRÃO, 2012, p. 64).

Nesta linha de análise, o homem é considerado um ser da natureza, que é a essência de sua origem; é visto enquanto espécie da natureza, fundamentado em cada momento de sua existência, que vê na natureza um conjunto de forças. Serrão faz uma crítica ao antropocentrismo indicando que um caminho para uma nova ética na relação com a natureza seria o reconhecimento da nossa dependência, não nos fazendo de senhores, quando de fato, somos dependentes da natureza. Trabalhar os Espaços Livres públicos à luz da categoria "paisagem", poderá ser uma oportunidade para um exercício de resgate da natureza em um bairro de moradia popular altamente degradado pela demanda de construção de casas para moradia familiar, para que sejam ocupadas, dessa forma, as áreas das nascentes, as margens e até mesmo o leito do Córrego Palmital, a ser tratado como uma solução de escoamento de esgoto doméstico e disposição irregular de lixo.

²⁹ LIMA, Catarina. "Natureza e Cultura". *O conflito de Gilgamesh*. Revista Paisagem e Ambiente. FAU/USP, 2004. Anual. n. 18, p: 29. – em que cita autores como Barraclough, que considera a industrialização como “a principal força criadora do século XIX, [que] produziu o mais degradado ambiente urbano que o mundo jamais virá [...] até mesmo os bairros das classes dominante eram imundos e congestionados”. Menciona ainda Munford, estudioso da história do ambiente urbano, responsável pela ideia de que uma das maiores contribuições dadas pela cidade industrial teria sido “a reação que produziu contra os seus próprios maiores descaminhos”. Neste sentido cita a arte **do saneamento** ou higiene pública que subsidiou o pensamento urbanístico do século 19, notadamente em suas últimas décadas. Revista Paisagem e Ambiente. FAU/USP, 2004. Anual, n. 18, p. 29.

³⁰ Este capítulo está inserido no livro *Psicologia social e imaginário: leituras introdutórias*, organizado por Sandra Patrício Vichiatti, em São Paulo, 2012.

3.5 Córrego na Paisagem

Analisando a proposta de obras de recuperação e qualificação do bairro Jardim Margarida, exposta no capítulo 2, identificamos o tratamento e a canalização do córrego como as principais intervenções para uma possibilidade de transformação da Paisagem, alterando e qualificando a vida cotidiana do bairro. Contudo, na visão das famílias diretamente atingidas, essa intervenção poderá ser interpretada como uma ação de cerne invasivo e/ou agressivo, por demolir e remover casas construídas pelos próprios moradores³¹, que nem sempre entendem a amplitude dos motivos e a necessidade de uma tal intervenção. Estas questões de aceitação e sentimento de desconfiança dos moradores será melhor tratada no capítulo 4, quando serão apresentados os resultados da pesquisa realizada com este público.

Os argumentos ambientais pautados exclusivamente na aplicação das legislações não têm se mostrado capazes de justificar a atual realidade metropolitana. Muitas vezes, as defesas ambientais são interpretadas como um ato político legalista, punitivo ou autoritário, alimentando o já existente conflito entre a necessidade de moradia de famílias trabalhadoras e a preservação de um córrego altamente degradado que, pelo próprio aspecto, configura-se como de difícil defesa enquanto representação da natureza existente na cidade.

De outro lado, os estudos conceituais e a presença da pesquisadora em campo indicam uma externalidade positiva obtida pela execução do projeto de saneamento no bairro vizinho, localizado à jusante do Jardim Margarida. Neste espaço já ocorreram remoções de 94 moradias e a canalização de trecho do Córrego Palmital, criando espaço e novas áreas livres gramadas, que passaram a funcionar como um lugar de lazer e encontro social entre moradores do bairro. Observa-se alia aprovação dos moradores e consequente valorização dos resultados das transformações realizadas pelas obras. Este aspecto e outros argumentos serão melhor demonstrados com a exposição dos resultados da pesquisa qualitativa a serem apresentados no próximo capítulo.

Retornando a um clareamento de conceitos, se considerarmos como **córrego** um corpo de água corrente de pequeno porte, cuja importância básica se relaciona ao início de um rio responsável pelo fluxo de água dentro de uma ou mais bacias hidrográficas, de modo a captar

³¹ Embora as remoções sejam efetivadas através do diálogo, com o consentimento dos moradores, e somente diante de uma nova alternativa de moradia para o atendimento das famílias removidas, elas podem ser interpretadas pelas famílias diretamente atingidas como um ato de poder e hostilidade.

e drenar a água das chuvas e, principalmente, das nascentes, perceberemos a vitalidade deste elemento para a formação dos rios e de seus afluentes.

Ainda no âmbito geral, os córregos nascem em áreas mais elevadas e descem erodindo ou cortando solos pouco profundos associados com a presença ou a ausência de rochas em seu substrato. Os córregos teoricamente são grandes responsáveis pelo abastecimento hídrico de represas e/ou reservatórios de água que se destinam ao abastecimento público e geração de energia elétrica.

Relacionando o córrego com o campo conceitual da Paisagem, temos os estudos do pesquisador Vladimir Bartalini, apresentado no artigo “Córrego em São Paulo: a ocultação do avesso” (2014), trazendo as seguintes considerações:

O avesso, em relação à paisagem, pode remeter ao invisível implícito em todo visível, mas também àquilo que se lhe opõe, ou seja, à negação da paisagem. É neste sentido, o de negação, que a referência aos córregos ocultos, na cidade de São Paulo, deve ser lida aqui (BARTALINI, 2014. p.36)

Prossegue comentando que a Paisagem pode ser negada de diferentes modos: pela supressão da vida animal e vegetal, pelo apagamento das formas naturais da superfície do sítio, pelo impedimento do horizonte,

mas a paisagem envolve também uma “escrita” impressa pelo homem sobre a Terra na sua relação, por vezes tensa, com a natureza no decorrer do tempo histórico, e as “tonalidades afetivas”, no dizer de Eric Dardel (1990), decorrentes dessa relação. Violentar essa “escrita” e essas afetividades é também negar a paisagem”³². (BARTALINI, 2014, p.31).

Do ponto de vista da presente pesquisa, podemos acrescentar a este componente de negação da referida “escrita” uma outra importante especificidade do local pesquisado, no que diz respeito a existência de um conjunto de nascentes que alimentam o córrego, responsável por uma especificidade e identificação da Paisagem e da história do bairro. Na prática, as construções das casas conseguiram soterrar ou eliminar alguns trechos de indicação da presença do córrego, mas não conseguiram apagar o afloramento das nascentes que brotam pelas vielas, corem pelas ruas, paredes e assoalhos das casas.

³² Ainda segundo Vladimir Bartalini, em “Córrego em São Paulo: a ocultação do avesso”, ocorre, com os córregos ocultos, justamente o inverso da experiência da paisagem da qual eles foram os principais modeladores. À ocultação da materialidade do córrego corresponde o seu gradual apagamento na memória das pessoas. A paisagem, representante do todo, vê-se então fragmentada, em outras palavras, negada.

Prosseguindo com os argumentos de Bartalini, os rios protagonizam histórias de muitas cidades brasileiras, como a própria cidade de São Paulo, enquanto núcleo metropolitano que está relacionado diretamente à existência e ao singular percurso do Rio Tietê, e sua peculiaridade de se desviar para o interior do estado, antes de desaguar no oceano.

O Córrego Palmital e o seu conjunto de nascentes formam uma importante representação da história de ocupação do Jardim Margarida como presença e significado referencial da Paisagem do bairro. Nos relatos das primeiras ocupações – quando havia uma relação mais harmônica do uso do solo com as diferentes funções naturais de um córrego –, ele era fonte de abastecimento para as chácaras ali instaladas, área para recreação e atividades lúdicas, proporcionadas pelo prazer da pesca ou a simples contemplação da água correndo em um entorno arborizado³³. Suas funções hídricas de captar e transportar as águas limpas e caudalosas das várias nascentes e minas para o encontro do Córrego Poá, do qual é tributário, era assim plenamente cumprida.

Com a chegada descontrolada de novas famílias que buscavam a sua solução individual de moradia, enfrentando o esgotamento dos terrenos inicialmente disponíveis no loteamento ao redor, as margens imediatas do córrego passam a ser ocupadas, muitas vezes chegando no próprio canal de escoamento das águas, que por consequência do mal uso do solo já não corriam limpas nem harmoniosas no desempenho das suas funções naturais.

Assim, observa-se uma relação conflituosa entre os moradores do Jardim Margarida e o Córrego Palmital, chegando a uma negação, seja como representação da natureza, seja como uma referência de lugar negação refletida até mesmo na ausência de um nome próprio que identificasse este córrego. O nome Palmital foi dado pelos serviços da SABESP e Prefeitura, apenas repetindo o nome da rua que o margeia. No transcorrer da história do bairro, o córrego se tornou uma existência incômoda, uma barreira para a construção mais facilitada da tão sonhada casa da família.

Em poucos anos, aproximadamente, 10 anos, de 1990 a 2000, o que seria uma solução de moradia transformou-se num grande problema de saúde pública, com a manifestação de doenças nas crianças e adultos, além de uma convivência diária incômoda, hostil, dos moradores do bairro com o que restou do córrego. Como consequência, o córrego se tornou um local de deposição de lixo e esgoto domiciliares, com uma consequente proliferação de ratos e odor insuportável para uma convivência e um cotidiano de vida social. Neste momento, surgem

³³ Informações obtidas em relatos de entrevistas com moradores mais antigos.

as reivindicações dos moradores, que se organizaram à procura de soluções junto à empresa de abastecimento de água e esgoto e à Prefeitura Municipal.

Em 2005, com o Programa PAT-PROSANEAR, a Prefeitura de Taboão da Serra obteve um repasse de recurso público via Ministério das Cidades, contratando uma empresa de engenharia para a elaboração de projetos de saneamento e urbanização quando, através de estudos e caracterização das situações geomorfológicas, consumou-se o resgate do córrego como o principal suporte de qualificação ambiental do Jardim Margarida. Dessa forma, por um critério técnico ambiental dos projetos de saneamento do bairro, o Córrego Palmital retorna à importância e ao patamar de modelador da Paisagem, sendo um importante elo de relação socioambiental do bairro com a natureza do Jardim Margarida.

3.6 Paisagem e cidade

Pesquisando a origem da noção de Paisagem, encontramos nas publicações da filósofa Adriana Serrão, a informação de que

a paisagem surgiu na Europa, no início da época moderna, em paralelo com o desenvolvimento das cidades e a autonomização das atividades profissionais emergentes do modo de vida citadino e em contraste com a existência rural e o ritmo das tarefas agrícolas (SERRÃO, 2012 p. 62).

A autora cita alguns pensadores que se dedicaram aos estudos da origem da Paisagem, tal como Georg Simmel, que em 1913 apresenta a Paisagem como "um diverso de elementos naturais identificáveis um por um, mas que são percebidos como um conjunto unitário, **uma porção de natureza**". A autora sintetiza que a percepção (do sujeito) e a constituição (do objeto) são aqui um único ato: Paisagem é uma forma de ver o mundo natural, não enquanto tal, na sua imediatez empírica, mas já **modelado pelo olhar humano** (SERRÃO, 2013, p.161).

Na sinopse de comunicação de um Seminário que ocorreu na FAU-USP³⁴, em abril de 2014, a filósofa Adriana Serrão expõe as ideias de Paisagem, segundo o teórico Joachim Ritter, argumentando que:

acentuou o declínio da metafísica, substituída na modernidade [...] pela **contemplação estética** de uma porção da natureza que se encontra fora (da

³⁴ Seminário Internacional – “Questões Contemporâneas Sobre a Paisagem”. 09-10 de abril de 2014. LABPARC. FAU/USP. São Paulo. Brasil.

cidade) e se dá à fruição sensível e sentimental de um observador (o cidadão) que a sabe apreciar e **reelaborar artisticamente** (SERRÃO, 2014, p. 1).

Assim compreender a Paisagem

como inter-relação de natureza e cultura, abre uma clivagem tanto conceitual como epistemológica [...] Ora recai na **natureza idealizada** (tendência a musealização), promessa de um paraíso ainda possível, ou, inversamente, na **negação pura e simples do natural**, como se toda a paisagem, não fosse mais do que uma obra ou artefato do trabalho do homem [...] A oposição entre o científico e o cultural teria como consequência a bifurcação do conceito, ora submetido como território e ambiente, ora como representação e idealização. (Idem, Ibidem, p. 2).

Adriana Serrão sintetiza estas duas tendências interpretativas da Paisagem quando esclarece esse processo: "ora a **objetividade** destituída de subjetividade do conhecimento científico de matriz física e casual, ora a **subjetividade** (ou o subjetivismo) autocentrado e desligado da base de vida" (Idem, Ibidem, p. 3).

Estas duas tendências nos levaram a questões práticas relacionadas ao nosso campo empírico de pesquisa, fazendo com que analisássemos as possibilidades e dificuldades de se criar um espaço de arte/sensibilidade/contemplação numa área marcada, de um lado, pela carência socioeconômica de uma população moradora que aguarda respostas imediatas de questões relacionadas a sobrevivência e de outro, um ambiente prático e cronometrado de equipes técnicas de elaboração de projetos e execução de obras de saneamento urbano. Essa sobreposição de temas aparentemente contrários, na realidade, nos leva a um potencial de integração a ser desenvolvido pelo campo de estudo da Paisagem.

Metodologicamente, as questões da subjetividade e sensibilidade serão trabalhadas e analisadas por uma pesquisa do tipo qualitativa, planejada com o objetivo de um aprofundamento e de uma descoberta das percepções dos moradores do Jardim Margarida, trazendo evidências das relações dos moradores com a Paisagem de seu bairro, atualmente degradado e possivelmente recuperado pelas intervenções técnicas dos projetos de saneamento. A objetividade das informações técnicas e os limites de intervenção para uma requalificação ambiental urbana, serão trazidos pelos estudos e projetos de intervenção e obras propostos pela equipe de Saneamento Básico do bairro.

Retornando à situação de ambivalência e possibilidades de conceituar Paisagem, Adriana Serrão apresenta uma via de síntese, proposta por Rosário Assunto, um filósofo italiano

que publicou em 1976 um texto clareando os conceitos de “paisagem”, “ambiente” e “território”³⁵. Adriana Serrão comenta:

Em vez de ensaiar um conceito uno, procurando juntar artificialmente acepções já diferenciadas, a via da síntese proposta por Rosário Assunto permanece inteiramente pertinente. Assunto retirou a paisagem da esfera das representações e imagens para colocar na **ordem do ser**, elevando-a assim a **categoria central da filosofia estética e da metafísica**. Antes de ser uma qualquer representação do mundo, **a paisagem é um lugar do mundo** onde a natureza se torna objeto de uma experiência integral (SERRÃO, 2014, p. 3).

Para Rosário Assunto o território tem um significado quase que exclusivamente espacial e um valor mais extensivo-quantitativo do que intensivo-qualitativo. O **ambiente** tem dois significados: um biológico, que se refere às condições de vida física relacionadas à localidade e um histórico-cultural, onde predomina cidade ou campo, agricultura ou indústria, e ainda consoantes com os costumes, as tradições e a moral corrente, formas e conteúdos artísticos influenciando de modo diferente, ou seja, formando o conteúdo.

Prosseguindo nas caracterizações,

o “ambiente” é mais que o “território”, sendo o ambiente, o território qualificado biológico, histórica e culturalmente. No ambiente existe o território acrescido da vida, da história, da cultura: e por isso “ambiente” e “território” não são conceitos intermutáveis [...] O “ambiente” é o território vivo para o homem e vivido pelo homem, enquanto o “território” pode ser pensado, estudado e manipulado enquanto tal (SERRÃO, 2011, p. 128).

Assim, chega-se ao conceito de *Paisagem* que seria a forma na qual se exprime a unidade sintética da matéria (território) e do conteúdo ou função (ambiente). Acrescenta que o mundo não se dá como território ou como ambiente, mas sempre na imbricação de matéria e forma: *a “Paisagem determinada, é a união de ser e da experiência”* (SERRÃO, 2014, p. 3)

A autora prossegue na ideia de Paisagem como restauradora da unidade do Mundo, argumentando que

a época que vivemos carece de princípios orientadores, tanto no conhecimento como no agir, a categoria de Paisagem oferece múltiplas potencialidades de

³⁵ Filosofia da Paisagem. Uma Antologia. SERRÃO, Adriana (Coordenação.). Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2011. Portugal. Capítulo 2 - *A paisagem entre a natureza e cultura*. Rosário Assunto - *Uma tentativa de clarificação conceptual*. p. 126.

síntese e permitirá, colmatando brechas, estabelecer transições num mundo ameaçado de degradação (SERRÃO, 2014, p. 4).

Enquanto tema da filosofia, a Paisagem admite múltiplas intersecções entre o natural e humano, desde que a base natural esteja presente ou, ao menos, evidenciada – o que se pode observar quando Projetos de Saneamento Básico alcançam bons resultados de integração social e urbana. Não se trata de promover um retorno puro e simples ao passado, mas de restabelecer as ainda possíveis ligações entre cidade e natureza, como a que evidenciamos na recuperação ambiental do Córrego Palmital pelas obras de saneamento no bairro. De outro lado, há uma perspectiva da ética a ser desenvolvida por meios pedagógicos complementares, quando se indaga: que natureza percebemos ou desejamos? Como a Paisagem enquanto campo conceitual ou o paisagismo enquanto prática profissional podem agir sobre o sentido, a possibilidade e os limites do agir humano.

A autora defende uma reaproximação entre cidade e Paisagem, trazendo a Paisagem até à cidade e reinserindo as cidades nas paisagens, ou mesmo redescobrimo aquelas que nela foram ocultadas – como a situação do Córrego Palmital e de seu conjunto de nascentes localizadas no Jardim Margarida. A autora finaliza seu colóquio afirmando que: "este caminho da reunificação (cidade-natureza) só será possível mediante a reabilitação da natureza, a natureza inscrita no nosso modo de vida. Renaturalizar a Paisagem da cidade é também renaturalizar o homem".

Partindo desta base conceitual teórica, prosseguimos o processo de pesquisa diretamente no campo, construindo e ampliando uma aproximação com os moradores do Jardim Margarida, ouvindo as suas histórias de vida, observando e fotografando as formas cotidianas de se relacionarem com os espaços do bairro. Buscávamos evidenciar as percepções e experiências que esses moradores sentiam ao se relacionarem com a execução das obras de saneamento e com a possível qualificação e recuperação ambiental do bairro.

Na prática sobressaíram-se dois grupos representantes dos moradores, de importância e interesse para um aprofundamento da pesquisa sobre a vida cotidiana das famílias do bairro. O primeiro formado por **adultos, chefes de família**, que se apresentam como os primeiros responsáveis pelo sustento material e pelas decisões na vida da família. O segundo grupo **crianças entre 05 e 14 anos**, pela forte presença numérica no perfil demográfico dos moradores; pela circulação observada no uso dos espaços públicos indo diariamente à escola, fazendo compras para as mães nos comércios locais e por terem se aproximado

espontaneamente da equipe de campo, demonstrando curiosidade na movimentação das obras e, finalmente, interesse em participar das oficinas oferecidas de arte educação.

No próximo capítulo apresentamos os fundamentos, as estruturas, os resultados e as análises baseadas no método qualitativo de pesquisa, configurando um aprimoramento e uma aproximação prática, para uma melhor compreensão do sujeito – o morador – e a sua relação com as transformações e resultados das obras de saneamento no seu bairro.

4. Resultados e análises das pesquisas qualitativas

A pesquisa inicialmente planejada para uma avaliação dos resultados das obras de saneamento a partir das visões e expectativas dos moradores ficou comprometida pela incompatibilidade do cumprimento do tempo de pesquisa e pelo ritmo de execução e conclusão das obras de saneamento, em especial o tratamento do córrego. Assim, não poderíamos, através das obras de saneamento, contar com o efeito da demonstração e com as reais possibilidades de transformação, qualificação e recuperação do Córrego Palmital, com a consequente criação e com o reordenamento dos novos Espaços Livres públicos no Jardim Margarida.

De tal modo, apoiado pelas pesquisas acadêmicas de estudo da **Paisagem** urbana, somado aos referenciais práticos experimentais de acompanhamento e implementação de diferentes Projetos de Saneamento Básico em bairros de moradia, buscou-se novas formas de estudo e pesquisa que pudessem instrumentalizar uma compreensão investigativa da percepção dos moradores, utilizando as informações, desenhos e conceitos do próprio projeto de intervenção, disponibilizados pela Prefeitura. Nesse momento de decisão, já havia uma expectativa de estreitar relações com dois grupos de moradores, que constituíam um importante conjunto de representações da dinâmica social e da experiência de vida no bairro. Seriam eles, o grupo das crianças, moradoras que acompanhavam, com curiosidade e interesse, seus pais em reuniões e entrevistas promovidas pela equipe socioeducativa de execução do projeto da Prefeitura; e o grupo dos chefes de famílias, adultos responsáveis por domicílios envolvidos diretamente ou situados no entorno das áreas de intervenção do Córrego Palmital.

Respondendo a uma demanda de prosseguimento em parceria com uma pesquisadora de arte e educação, foi criada uma metodologia de trabalho específica para se relacionar com as crianças, que através da observação, do diálogo e da análise instrumentalizadas pelos desenhos, puderam ter seus processos de percepção evidenciados em relação aos espaços do bairro, considerando a sensibilidade e suas propostas de uso. Dessa forma, oferecendo atividades lúdicas e criativas, assim como implementando uma abertura de diálogo constante, conseguiu-se formar um grupo representativo das crianças moradoras, no qual se trabalhou a percepção espacial que elas têm do bairro, introduzindo, paulatinamente, novos temas

reflexivos relacionados diretamente aos resultados das obras de saneamento e a sua capacidade de requalificação urbana da cidade.

Para o estudo do grupo de **moradores adultos**, optou-se pela modalidade da pesquisa qualitativa, seguindo as orientações metodológicas referenciadas pela linha dos professores Joel Martins e Maria Aparecida Bicudo³⁶, que inicialmente apresentam dois atributos fundamentais para se conduzir uma pesquisa qualitativa em Ciência Humanas - ser de natureza **teórica** e **prática** concomitantemente. Tal pesquisa procura introduzir um rigor – que não o da precisão numérica – aos fenômenos que não são passíveis de serem estudados quantitativamente, tais como: percepção, aprendizagem, desejo, memória, experiência. Esses fenômenos apresentam dimensões pessoais e podem ser melhor apropriados na abordagem qualitativa.

As bases da pesquisa qualitativa, partem da própria concepção de conhecimento, de possíveis abordagens do fenômeno estudado, de modos de compreender e evidenciar verdades. Estes atributos da Pesquisa Qualitativa fornecem recursos para se ver os objetos da percepção na sua origem social, histórica e de funcionamento, na sua interdependência e determinação do seu desenvolvimento (MARTINS; BICUDO, 1989).

Expondo os estudos e metodologias utilizados, consideramos que, embora as duas abordagens partam das mesmas questões e indagações investigativas, tiveram um tratamento e operacionalização de trabalhos distintos, conforme as características de cada grupo. Assim, apresentaremos os procedimentos, formas, resultados e análises iniciais de cada trabalho de maneira independente, buscando, ao final deste capítulo, uma conclusão conjunta dos resultados obtidos nas duas situações – com os adultos e as crianças moradoras.

Iniciaremos a apresentação com a exposição da experiência de uso do método de abordagem qualitativa, que orientou os estudos e análises com o grupo dos chefes de família, os moradores adultos.

³⁶ MARTINS, Joel, e BICUDO, Maria Aparecida. “A pesquisa qualitativa em psicologia. Fundamentos e recursos básicos”. *Sociedade de estudos e pesquisa qualitativas*. São Paulo: Editora EDUC – PUC-SP, 1989.

4.1 Pesquisa com o grupo de moradores adultos

Esta pesquisa foi estruturada a partir do quadro referencial teórico apresentado nos capítulos 2 e 3, que agregam a categoria da Paisagem aos estudos dos Projetos de Saneamento Básico desenvolvidos e implementados no Jardim Margarida, um bairro de moradia de famílias de baixa renda, situado no município de Taboão da Serra, Região Metropolitana de São Paulo.

Partindo da capacidade de qualificação urbana e ambiental dos Projetos de Saneamento Básico, criadores de uma nova organização espacial e disponibilizadores de novos Espaços Livres Públicos a serem incorporados no cotidiano de vida das pessoas, a pesquisa com a população adulta busca uma relação de aproximação e interface com os moradores, considerando a sua importância participativa na obtenção de um autêntico processo de pertencimento e transformação físico territorial, ambiental, histórico e cultural do bairro estudado.

Partindo das **perguntas** – como os moradores veem estas transformações? Quais as dificuldades de entendimento e inserção destes novos espaços no seu cotidiano? Qual a percepção dos moradores quanto à presença e importância de elementos da natureza para a qualidade de vida do bairro? –, estruturamos a pesquisa no sentido de melhor entender os processos de aceitação ou rejeição e as possíveis interferências dos projetos de saneamento na vida dos moradores.

Como principal atributo, a pesquisa qualitativa aplicada junto ao grupo de moradores adultos buscou uma especificação de conhecimento e o desejo de compreensão e aprofundamento das questões humanas, incidindo um olhar filosófico que tem o humano como vetor de análise e inclusão para o estudo da verdade³⁷. Nessa pesquisa queremos trabalhar com o fenômeno³⁸ da Natureza presente, evidenciada e resgatada pelo projeto de saneamento no bairro, no sentido e na capacidade que este fenômeno tem de se revelar a si mesmo. Vamos apurar nosso conhecimento da realidade, procurando evidências da maneira como o sujeito (morador) apresenta ou especifica através de seu olhar o fenômeno estudado (natureza presente no bairro).

³⁷ Nesse caso, "verdade" remete à "realidade".

³⁸ A ideia de fenômeno tal como está sendo usada neste texto encontra suporte nas visões idealista, existencial e fenomenológica a respeito da realidade e do conhecimento. O significado de fenômeno vem da expressão grega *faianomenon* e deriva-se do verbo *fainestai*, "que quer dizer mostrar-se a si mesmo". Assim, *fainomenon* significa "aquilo que se mostra e que se manifesta" (MARTINS, p.21).

Utilizando a categoria PAISAGEM como base de raciocínio teórico, chegamos ao **pressuposto** de que a percepção da Paisagem tem a ver com o sujeito (morador) e o seu modo de estar no mundo (bairro de moradia); com o sentido e a vivência do sujeito no bairro. Partimos da conjectura de que não se pode produzir uma Paisagem do bairro em que o morador não esteja inserido: se não há esta relação, não há o sentido da Paisagem.

Por outro lado, o conceito de Paisagem pode ampliar a capacidade de percepção de um mundo externo, objetivando uma abordagem que amplia o contexto restrito da construção de sua casa e do abrigo de sua família, bem como expandindo os seus interesses para o conjunto do bairro onde está inserido, de modo a estender a relação do sujeito morador de um bairro para o contexto da cidade, na sua acepção urbanística, espacial e sócio política.

Entendemos a Paisagem Urbana, como vimos no capítulo anterior, não apenas no sentido visual estético, mas também a partir de um mundo real, de vivência e de relacionamento com a cidade, interferindo na dimensão da realidade do sujeito ou do Ser: "existe uma fisionomia individual de cada lugar [...] com formas individualizadas do ser e concomitante do (Nosso) Estar (SERRÃO, 2012).

Nesse sentido, Serrão considera que

cidade e paisagem se compenetraram, sendo difícil dizer onde começa uma e acaba a outra: a cidade está na paisagem, tal como a paisagem penetra na cidade. De outro lado, não haverá paisagem se não houver natureza: a natureza será sempre a matriz das paisagens. [...] Paisagem é a natureza, tal como se singulariza no lugar, feito de conjuntos integrados – a paisagem pode ser um lugar existencial, mas também de utopia (Idem, Ibidem, p. 70).

A pesquisa qualitativa referendada pelos conceitos de Paisagem, Espaço Livre Público e bairro³⁹, poderá trazer a percepção dos moradores quanto a presença ou não de elementos da natureza no bairro, investigando sua importância para a qualidade de vida. Essa pesquisa nos levará a uma reflexão de como a Paisagem é interpretada no bairro, se ela faz sentido na experiência dos moradores adultos, antes e depois da execução do Projeto de Saneamento. Assim, analisando como se dá a apropriação da possível qualificação ambiental a ser obtida pelo projeto de saneamento e qual a concepção de cidade desejada perante a possibilidade de recuperação de elementos da natureza presentes no bairro – hoje degradado –, nos aproximaremos da realidade vivida e esperada pelos moradores, mesmo antes da realização e da finalização das obras de consumação e transformação a serem realizadas.

³⁹ Conceitos e autores trabalhados no capítulo 3.

4.1.1 Metodologia da pesquisa qualitativa

4.1.1.1 Justificativa

A **pesquisa qualitativa** como método de investigação propiciou uma inter-relação dos contextos pessoal, social e histórico dos entrevistados, evidenciando as **percepções** dos moradores do bairro Jardim Margarida, não apenas pela explicação racional, mas buscando uma experimentação do entrevistado na sua condição de singularidade humana e vivência de mundo.

Buscando mais que uma fala organizada, procuramos uma expressão afetiva através dos sentidos – do que viveu o entrevistado; do que está vivendo; que nome daria; o que quer para o bairro; o que precisa – percebendo palavras e discursos do outro, fazendo com que a observação se abra para vários canais racionais e intuitivos como silêncio, olhares e linguagem. A pesquisa qualitativa busca identificar uma densidade emocional, uma forma de perguntar, dando condição de o outro pensar, elaborar e colocar questões que propiciem uma relação entre as partes – entrevistado e entrevistador, numa inter-relação entre o – instinto técnico investigativo do pesquisador, que se orienta pelo “conhecimento imediato, intuitivo, lógico que tem um aspecto do fenômeno”⁴⁰ – a capacidade dos projetos de saneamento em evidenciar e resgatar elementos da natureza de bairros degradados, a experiência afetiva vivida pelo entrevistado; a percepção de quem mora nesse bairro. Ou seja, o pesquisador não está preocupado apenas com o fato em si – projeto de saneamento no bairro, mas como estes eventos significam para os sujeitos da pesquisa – os moradores.

Essa conexão entre pesquisador e pesquisado busca uma articulação entre a essência e a aparência de uma realidade que não se apresenta, diretamente explicitada (MARTINS, 1989, p. 93). Os entrevistados vão informar algo novo que o pesquisador ainda não vê, mas que poderá incorporar ao entrar no contexto e na rede das relações sociais, políticas, culturais e espaciais do bairro, colaborando para a própria delimitação e o entendimento do fenômeno – **a natureza presente, evidenciada e resgatada pelo projeto de saneamento no bairro.**

Avaliando a interação entre pesquisador e pesquisado, a metodologia qualitativa demonstrou ser capaz de favorecer a espontaneidade, propiciando a quebra de um possível discurso pronto, uno ou repetitivo, geralmente de tendência reivindicativa dos moradores e

⁴⁰ BARTALINI, Vania. Seminário A Pesquisa Qualitativa e o Fenômeno da Paisagem. Nota de aula. LABPARC-FAUUSP, São Paulo. 25 de abr. – 12 de set. 2014.

colaborando com a revelação de outras formas de percepção da realidade e da própria experiência de vida, que seriam difíceis de alcançar sem as sutilezas dessa interação orientada por um roteiro formulado – não como um questionário, mas um guia de conversa, sem empobrecer o conteúdo que o entrevistado possa produzir espontaneamente (BARTALINI V., 2014).

4.1.1.2 Constituição dos dados

Partindo do princípio de que a pesquisa qualitativa evoca a estruturação de um conjunto de significados⁴¹ conscientemente tematizados pelos sujeitos (entrevistados), foram identificados os principais eventos relacionados à história pessoal do entrevistado – dentro de um contexto histórico, social e espacial da formação do bairro –, chegando ao estabelecimento de algumas etapas orientadoras, indicativas da abordagem de determinados temas relacionados ao contexto, para a formação de um roteiro de entrevista.

Consideradas as orientações práticas de uma pesquisa qualitativa, constata-se que não houve uma rigidez no cumprimento das etapas preestabelecidas pelo roteiro, e sim um respeito, uma consideração, que orientaram o ritmo de uma conversa pautada pela informalidade e por ajustes de linguagem em função das características de cada entrevistado. O auxílio de um gravador, que instrumentalizou uma posterior transcrição e análise intersubjetiva contribuiu para uma atmosfera mais próxima e acolhedora de interação entre pesquisador e pesquisado.

Observou-se de maneira geral uma reação inicial de surpresa por parte dos entrevistados, que se diziam não preparados para o exercício da reflexão e verbalização de suas próprias ideias. Valorizando e reconhecendo a experiência de vida de cada sujeito, íamos obtendo a autoconfiança dos entrevistados, evidenciando sua capacidade de interpretar a própria trajetória de vida. De maneira geral, no decorrer desse processo, iam ficando mais descontraídos e confiantes, encerrando o encontro com um agradecimento pela oportunidade da conversa e pela troca de informações. De nossa parte, agradecíamos a disponibilidade de tempo e a confiança na entrega de informações pessoais, mantendo a possibilidade de retorno e prosseguimento de futuros contatos.

Roteiro da entrevista

I – Chegada no bairro

⁴¹ "Na fenomenologia, estes dados só existem enquanto significados atribuídos como resultados da tematização do sujeito sobre o evento" (MARTINS, BICUDO p. 94).

- Memória afetiva dos lugares anteriores de vida;
- Observações e vivências com a presença da natureza;
- Como conheceu o Jd. Margarida;
- Percepção do bairro quando chegou (organização espacial, infraestrutura urbana, presença da natureza).

II – A vida no bairro

- Aspectos positivos. Indicação de coisas ou eventos bons de que goste;
- Aspectos negativos. Indicação de coisas ou eventos ruins de que não goste.

III – O bairro de hoje

- Quais as características ou qual a identidade do bairro;
- Relação com a natureza – ênfase no córrego e nas nascentes;
- Espaços Livres Públicos – existência ou não. Onde se dão os encontros sociais; recreação e descanso (crianças, jovens, adultos e idosos).

IV – Estímulo – imagem da bacia hidrográfica e croqui de intervenção do “Caminho Verde”

- Qual a importância? O que sente?;
- Sugestões de organização e uso dos novos espaços.

Favorecido pelo exercício de memória de um passado em que a maioria teve origem em área rural, ou uma vivência local anterior à degradação do bairro, foram apresentadas duas imagens – um croqui representativo do projeto de intervenção no Córrego Palmital, com a criação do “Caminho Verde”, e uma foto aérea da área da bacia hidrográfica do Palmital, que funcionaram como estímulo para um avanço na reflexão. Dessa forma, provocamos um exercício de observação e manifestação de sentimentos atuais, na relação do sujeito com a natureza (presente) evidente ou não, ativando uma sensibilização e uma visão da Paisagem do bairro de moradia. Para muitos, a Paisagem de hoje se apresenta tão desqualificada que não é vista ou percebida – especialmente não em um cotidiano marcado pela necessidade de sobrevivência. A experiência anterior de vida na área rural, na infância ou juventude, funcionou como uma abertura afetiva, uma ativação da sensibilidade para avaliar a presença ou ausência da natureza, mesmo que degradada, como hoje se encontra.

Após a transcrição das gravações das entrevistas realizadas, iniciou-se o tratamento das informações coletadas, seguindo um modelo de repetição textual da fala do entrevistado numa transcrição verbatim, incluindo uma análise de amarrações elaboradas a partir dos dados, mesclando a fala do sujeito com o olhar do pesquisador, amparado pelo referencial teórico e experimental adotado na pesquisa.

4.1.1.3 Amostra

A escolha da amostra de pesquisa demandou um aprofundamento crítico baseado nos conceitos de **Paisagem** como matriz conceitual e **Espaço Livre Público** como componente instrumentalizador da Paisagem, numa interface aplicada no próprio Projeto de Intervenção Sanitária Ambiental do Jardim Margarida. Assim, foram estabelecidos dois grupos de moradores a serem entrevistados, perfazendo um total de 10 entrevistas realizadas individualmente, orientadas pela situação habitacional de cada entrevistado, cada um tendo sido selecionado entre os que tiveram suas casas removidas por estarem construídas em cima do córrego ou na área das minas, ou por, após as obras, virem a ter suas casas fixadas no entorno imediato da área do córrego, formando um cinturão de convivência com o novo espaço livre público a ser criado – “Caminho Verde”⁴². O número de 10 entrevistas se apresentou como amostra suficiente, considerando as situações de repetição de descrições, observações e características apresentadas pelos entrevistados.

Na formação do grupo de entrevistados procuramos mesclar uma representação de homens e mulheres, em idades diferenciadas de 29 a 62 anos de idade, todos chefes e responsáveis pela família moradora. Incluímos na amostra moradores das áreas das nascentes e do percurso do córrego, onde ocorreram remoções de casas, assim como entrevistamos moradores de casas que permaneceram no entorno das obras de qualificação do córrego. Buscamos mesclar moradores mais antigos e também os mais recentes, entre 7 anos e 40 anos de moradia no bairro.

O tempo médio disponibilizado em cada entrevista foi de 1 hora e meia. A viabilização dos encontros foi assegurada por um agendamento prévio, determinando o dia e a hora da conveniência do entrevistado, o que colaborou para a boa interação e disponibilidade de participação influenciando na dinâmica, no ritmo de aprofundamento e nas possibilidades de

⁴² um Espaço Livre Público, criado pelo processo de remoção de casas construídas no leito e margens do Córrego Palmital, ELP desenhado na forma de um caminho a ser percorrido a pé e estruturado por diferentes recantos lúdicos a serem ajardinados e qualificados por um paisagismo urbano participativo.

caminhos para observação de convergências e divergências de cada indivíduo, como sujeito da entrevista.

4.1.1.4 Procedimentos para análise

Visando uma análise da experiência vivida pelos entrevistados, enquanto sujeitos, seguimos as orientações descritas pelos autores Joel Martins e Maria Aparecida Bicudo⁴³, que sugerem as seguintes etapas de análise:

- 1- Ler a descrição, familiarizando-se com o texto que descreve a experiência (transcrição do áudio);
- 2- Evidenciar os significados na descrição;
- 3- Buscar uma unidade de significação – frases que se relacionam umas com as outras, indicando momentos distinguíveis na totalidade;
- 4- Reagrupar para chegar a uma análise do fenômeno.

Assim foram criadas planilhas, disponibilizadas como “**Anexo 1**”, organizadas de forma a destacar os principais significados dos diferentes sujeitos relacionados aos eventos de análise por nós estabelecidos, facilitando uma leitura horizontal – por sujeito –, e uma vertical, seguindo os eventos pesquisados: I – Chegada no bairro; II – A vida no bairro; III – Identidade e a relação do bairro com a natureza – córrego; IV- Estímulo com a apresentação do projeto de intervenção e imagem em escala de abrangência da bacia hidrográfica do Córrego Palmital.

Considerando o desempenho das pessoas durante os processos de entrevista, podemos descrever o comportamento geral como de muita receptividade, com certa timidez inicial de fala e articulação de ideias, talvez pelo inusitado da situação da entrevista, mas superadas pela obtenção de confiança e gosto nas lembranças trazidas do passado. Ao verem que não recebiam respostas e discursos prontos e repetitivos, mantiveram a espontaneidade e clareza na exposição de suas ideias. Demonstravam hospitalidade ao nos receber em sua casa, com a cortesia e costume cultural de oferecer um cafezinho às visitas. Todos agradeciam a oportunidade, as informações recebidas e manifestavam satisfação em terem colaborado com a pesquisa. Alguns verbalizavam ter sido dada a oportunidade para um exercício de reflexão e para uma volta ao passado de suas vidas.

⁴³ MARTINS, Joel e, BICUDO, Maria Aparecida. *A pesquisa qualitativa em psicologia. Fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Ed. Moraes, 1989.

4.1.2 Resultado da pesquisa – Informações e análises

Apresentamos a seguir, os resultados da pesquisa com os moradores adultos, que terão como base inicial o roteiro das entrevistas, porém, já permeado pelo ritmo e dinâmica de respostas apresentadas pelos entrevistados - conduzindo um processo de análise e considerações reflexivas acerca do fenômeno –, conforme as características metodológicas da pesquisa qualitativa. Assim, incluiremos a transcrição de verbatins apresentando falas autênticas dos moradores pesquisados, acompanhadas de considerações e descrições de significados captados pelo pesquisador nos processos das entrevistas.

4.1.2.1 Chegada no bairro

- Memória dos lugares de vida anterior

A maioria dos entrevistados são originários de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia. Constatamos que muitos trouxeram suas experiências de vida da área rural, acompanhadas de um sentimento melancólico de migrante, que saiu da sua terra natal por necessidade de trabalho e de subsistência da família. De acordo com um dos entrevistados,

“lá dava para tomar banho de rio [...] Tinha pé de manga, jaca, bananeira... eu subia em árvores [...] Eu não tinha brinquedos comprados, eu brincava com os bichinhos – como lagartas – e andava a cavalo...”.

Os que nasceram no bairro transmitem recordações da infância, com imagens sem beleza e muita desorganização dos espaços:

“era tudo bem precário: ruas de barro, tudo longe, desorganizado, uma bagunça”.

Há um sentimento de tristeza ou nostalgia quando se reportam ao passado, uns por saudades de uma situação mais favorável, outros por não terem tido na infância ou juventude uma situação favorável de moradia e de convívio com o bairro.

A maioria dos entrevistados se surpreenderam, com alguma dificuldade e timidez, pela solicitação do exercício de memória. Mas, todos se mostraram disponíveis e até satisfeitos com

a oportunidade de retornarem, mais criticamente, a momentos importantes de suas vidas, revelando sentimentos de mágoa, felicidade, esperança, tristeza e saudades de um tempo que passou.

- Observações e vivência com a natureza

Entre os entrevistados que migraram, alguns relatam voltarem regularmente para o local de origem, onde exercitam os prazeres sensoriais do contato com a natureza, como banho de rio, caminhadas na grama, colheita de frutos no pé, contemplação de sol e céu azul. Pode-se dizer que na oportunidade da entrevista, transmitiam um sentimento paradoxo entre os “benefícios do campo” e as “virtudes da cidade”.

Os moradores mais antigos do bairro descrevem com emoção um lugar aprazível repleto de bosques de eucalipto, lagoa de água corrente e córrego de água limpa, com peixes, preás e rãs:

“o Margarida lembrava muito da colônia rural de onde vim. Tinha estradinhas, lagoas, galinha e matas. Me sentia muito bem”.

Descreve com emoção a lagoa no fundo do seu terreno, onde podia ver o córrego correndo, com água cristalina:

“a terra ao redor era macia e tremia ao caminhar, com muito capim angola [...] haviam várias nascentes cercadas de matas, com muita taboa, afetivamente chamada quando criança, de “rojão”, pela semelhança com os fogos de artifício”.

Uma moradora da região relata que quando jovem, mesmo antes de morar no bairro, vinha com frequência ao Margarida com seu pai, desfrutar do lugar, que oferecia bosques, água e natureza.

Os relatos de moradores mais antigos indicam que as belezas naturais eram uma das principais características do local, com a presença de muitas águas claras e bosques verdejantes.

Entre os entrevistados que moram há mais de 25 anos, encontramos uma moradora que chegou a recolher lixo e cercar o córrego, numa tentativa isolada de preservar a limpeza e qualidade das águas:

“eu cuidava do córrego e Ele reagia [...] Depois foi chegando pessoas querendo terra, e vinham armados”.

Este relato parece demonstrar uma resistência espontânea entre os moradores, no sentido da preservação do córrego como elemento da natureza, que foi agressivamente vencida pela demanda habitacional, quando famílias ocuparam áreas livres públicas, mesmo margens e leitos de córregos, como alternativa para a construção de suas moradias.

Os entrevistados, com até 30 anos de idade, que nasceram no local, relatam que não chegaram a ver o córrego limpo.

A mãe de um dos entrevistados o proibia de brincar na beira do córrego,

“mas era prazeroso. Era o que tinha para brincar[...] o único lugar que tinha espaço para correr”.

Alguns depoimentos de moradores que nasceram no Margarida relatam que

“antigamente as casas eram barracos e o povo foi construindo de tijolo. Vendo assim, agora, está melhor”.

“não tinha esgoto e a água suja ia direto para o córrego, e continua lá”.

Os entrevistados na faixa etária dos 20 a 30 anos relatam observações de uma geração que foi criada no auge da desorganização do bairro. Quando crianças, o ambiente do bairro já se apresentava degradado, com poluição das águas e com barracos construídos em madeira. Comparam a situação de hoje, que apesar de não ser a ideal, configura-se como melhor do que antes, pois as pessoas conseguiram melhorar suas casas internamente.

Outra moradora, com 12 anos de moradia no bairro, declara que não sabia da existência do córrego pois ele estava encoberto com as construções de casas. Só foi possível perceber o córrego com o início da demolição destas casas.

Uma moradora cuja casa estava em área de remoção relata que, ainda que sua casa esteja em cima do córrego, não o enxergava como natureza. Seu contato com o córrego se dava mais pela obrigatoriedade do acesso a sua casa ser através de uma ponte – bastante precária:

“o caminho do córrego era encoberto por um favelão”.

“não havia natureza, meu contato com o córrego era o tempo inteiro, mas, enxergava pouco do córrego”.

O relato tende a transmitir um entendimento do que seria natureza na cidade, mas justifica que a necessidade eminente de morar os levava a não conseguir ver o córrego e não

considera-lo como natureza, e sim um "favelão", em que outras pessoas como ela tinham o abrigo de uma casa, apesar de precária. Contudo, com os primeiros resultados das remoções, que evidenciaram e revelaram parte do córrego, a ex-moradora de um local altamente degradado se emociona com os resultados das obras de saneamento que recuperaram as margens e a calha do córrego, iniciando o plantio de uma área de grama.

Foto 35 – Área do Córrego Palmital ocupada por moradias. Trecho de junção entre o Jardim Margarida e o Jardim Comunitário. Taboão da Serra, 2010. São Paulo.

Foto 36 – Moradia ocupando área do leito do Córrego Palmital. Jardim Margarida. Taboão da Serra, São Paulo. 2011.

Foto 37 - Acesso para moradias nas margens do Córrego Palmital. Jardim Margarida. Taboão da Serra. São Paulo, 2011.

- Como conheceu o Jd. Margarida?

Apenas dois entrevistados relatam ter planejado a sua vinda para o Jardim Margarida: um comprou o terreno ainda solteiro com a intenção de organizar uma família; outra veio por ter se casado com um já proprietário, e se orgulha em dizer que a sua festa de casamento foi no Jd. Margarida, mencionando ter fotos que retratam as matas e belezas do lugar.

No geral, a chegada ao Jardim Margarida está relacionada com a possibilidade de compra de terreno ou casa, cujas informações e acessos foram facilitadas por parentes ou amigos já residentes. Nesta situação, não transmitem ter sido uma escolha ou opção do lugar para a moradia da família, e sim uma oportunidade de sair do aluguel e ter a sua propriedade, mesmo que juridicamente ilegal.

4.1.2.2 A vida no bairro

Solicitando a menção de coisas boas e coisas ruins, em relação à vida no bairro, chegamos as seguintes observações:

“o bairro é legal, tranquilo, o que precisa de mudança são as pessoas.”;

“o bom do bairro são as pessoas”[...] “eu diria para quem se mudasse para cá – você vai ganhar uma família”;

“as pessoas são acolhedoras”;

“hoje em dia é um prazer morar aqui. Do que era, eu diria que a cidade é uma maravilha”;

“o que mais gosto é do povo, que é muito amigo, acessível” [...] “posso contar com o meu vizinho. Essa amizade ficou”.

Um entrevistado apresentou um sentimento de desânimo em relação ao bairro e aos moradores: uma senhora que muito batalhou pela chegada da infraestrutura e da limpeza do córrego. Desabafa:

“já briguei muito por aquilo, a Prefeitura faz a sua parte, mas as pessoas são muito difíceis”.

Em meio ao desânimo, a moradora aponta como uma boa iniciativa a atitude de um grupo de crianças que limpam um terreno com entulho e ali improvisaram um campinho de futebol. (Foto 38 e 39) Argumenta que há uma falta de espaços de recreação e lazer para jovens e moradores no geral.

Entre os problemas do bairro, foram apontados a falta de espaço público – até mesmo para a circulação de transportes públicos – e o isolamento em relação ao centro comercial. O descarte de lixo nas calçadas e áreas públicas acompanhado pela interrupção das obras de micro drenagem e rede de esgoto são as principais queixas dos moradores.

Um morador mais reivindicativo argumenta que:

“falta um objetivo de luta comum, para os moradores. O povo está triste com a parada das obras. Querem dignidade pra morar”.

Entre outras questões apresentadas como ruins estão o barulho de carros, motos e sons altos. Num outro sentido, há uma preocupação comum quanto à segurança do bairro, que indica a presença de tráfico e pontos de vendas de drogas, atividades que envolvem jovens. Um fenômeno novo apontado foi a utilização de motos para assaltar pessoas caminhando nas ruas. As vítimas são pegadas nas suas idas e vindas do trabalho.

Os entrevistados tendem a separar os problemas decorrentes da falta de infraestrutura sanitária e de degradação ambiental do bairro das próprias relações sociais e de convivência com a vizinhança. Estas últimas são apontadas, no geral, como um referencial de satisfação de morar no bairro, e tudo indica que a própria precariedade estrutural de abastecimento de água e soluções pontuais de esgotamento favoreceram essas aproximações entre vizinhos, que buscam recursos comuns na forma de soluções paliativas ou reivindicações de serviços públicos, estes sim, desacreditados e questionados nas suas funções de provedores de soluções. A grande síntese de apelo, formulada por diversos moradores entrevistados, pode se traduzir na busca pela dignidade para morarem e criarem seus filhos no bairro em que já residem. Nesse sentimento podemos perceber um vínculo de afeto, não só nas relações sociais já estabelecidas, mas também pelo espaço físico⁴⁴ e material do bairro, depositando um crédito de importância

⁴⁴ Flavio Villaça menciona no seu livro “Espaço intra-urbano no Brasil” (1998) que há uma tendência generalizada de se acreditar numa inter-relação profunda entre espaço e formação social; que as transformações das estruturas sociais provocam transformações no espaço. Em menor grau, há afirmações – mas poucas demonstrações – de

nos projetos de saneamento, como capazes de ordenar e qualificar as áreas degradadas, com o intuito de recuperar a dignidade do bairro em que já vivem, em que já existe uma relação social, familiar e de afeto estabelecidos.

4.1.2.3 O bairro de hoje

- Quais as características ou a identidade?

Para a maioria não há uma característica ou identidade própria do bairro. Ele é muito parecido com os demais bairros do entorno, sendo que o que parece chamar mais a atenção é o próprio adensamento ou o grande número de casas precárias construídas pelos próprios moradores:

“muitas pessoas morando”;

“até agora, o Margarida está sem cara [risos]”;

“as ruas são praticamente iguais, sem calçadas. Os carros disputam espaço com as pessoas nas ruas”;

“o bairro cresceu muito para cima – de uma casa, hoje construíram 4 ou 5”;

“muitos fizeram suas casas só para vender e não para morar” [...] “acho um certo egoísmo este comércio de casas”.

Referindo-se à falta de zelo e de estética do bairro, uma entrevistada menciona:

“cuidar da casa é já se sentir feliz”.

Menciona também a construção de um banco, forrado em azulejos coloridos, ornamentado com uma trepadeira com flores, como sendo uma boa iniciativa feita por ela, que sente-se bem naquele lugar, compartilhando-o com todos os que passam.

que, inversamente, o espaço provoca transformações no social. Acrescenta que, a maioria dos estudos socioespaciais produzidos nas últimas décadas partem das transformações na estrutura social (particularmente das transformações econômicas) para então deduzir e explicar as transformações do espaço.

Quando o processo da entrevista os levam a refletirem sobre as condições do bairro, criado pela espontaneidade da necessidade de moradias, conseguem fazer uma crítica da necessidade e da ausência de Espaços Livres públicos para circulação e mobilidade – são capazes de indicar a largura das ruas, inexistência de calçadas, ausência de praças e áreas verdes. Conseguem ampliar a análise para a região do entorno do Jardim Margarida, onde se repete as mesmas situações de precariedade e ausência de infraestrutura urbana. A região forma um todo uno, sem identidade ou referências entre os bairros. Mais adiante, quando apresentadas as possibilidades de intervenção dos projetos de saneamento, dizem acreditar que o projeto do “Caminho Verde” poderá dar uma identidade para o bairro Jardim das Margarida.

- Relação com a natureza – córrego e nascentes

Alguns moradores destacam as águas do córrego e das nascentes como características da natureza do bairro, enquanto outros não identificam o espaço ocupado pelo córrego e nem mesmo as nascentes: *“até agora não acho nada de natureza no Margarida”*.

Uma entrevistada, moradora há mais de 20 anos, explica com certa propriedade poética –, a evolução simbólica capaz de retratar a desconexão dos moradores como o rio e o processo de degradação que deu origem ao “córrego”:

“antigamente, chamávamos a área do córrego de “beira rio”, que virou “córrego” pela sujeira e pelo amontoado de casas – que virou um rio inteiro de casas”.

Procurada uma síntese sobre o que cada entrevistado percebia como natureza, revelaram que:

“natureza são as árvores, praças e pássaros”;

“se as obras do córrego estivessem prontas sim, ele seria natureza”;

“já dá para perceber o ressurgimento de plantas nas margens e o retorno de pássaros onde houve demolição das casas”.

Mencionam como referência de natureza o quintal, que dá fundo para o córrego, mostrando os vários vasos e plantas que aguardam o momento de serem transplantados para as margens.

“muitas crianças e jovens ficam em casa sozinhos, e não identificam a natureza existente no seu próprio bairro de moradia”.

Nas falas de vários entrevistados percebe-se uma contradição em relação aos sentimentos relacionados às águas presentes no bairro. Principalmente para os antigos moradores das áreas das nascentes, o afloramento das águas significa problemas – especialmente na forma de umidade nas paredes e pisos das casas, provocando fragilidade no solo. Não identificam a água como natureza, e sim como inconveniência. Porém, quando surge a oportunidade de um novo local de moradia, como o que ocorreu pelo programa de auxílio aluguel, onde recebem um subsídio e aguardam o término do conjunto habitacional construído para recebê-los, passam a manifestar interesse e prazer na possibilidade do antigo local de moradia se transformar em uma praça cheia de árvores e flores. Chegam a sugerir o uso de aparelhos de ginástica a céu aberto e fontes de água, que nem sempre são lembradas pela estética e pela contemplação, mas para possível utilização da água como alternativa funcional de abastecimento.

- Espaços Públicos - encontros sociais; recreação e descanso ao ar livre

Quanto à ausência de Espaços Livres públicos – a começar pelas próprias ruas, que são estreitas e sem espaços para as calçadas, muitas vezes tomadas por cômodos ou moradias –, sentem a ausência, mas não manifestam espontaneamente, pois há uma ética local para a qual, cada frente de casa é do proprietário daquela casa. Em muitas situações se ouve a expressão *“minha porta”*. Percebe-se uma fragilidade no entendimento dos conceitos de espaço público e espaço privado, desencadeado pela própria situação de aglomeração e densidade das moradias. Em muitos entrevistados surgiu a preocupação com a desorganização dos Espaços Livres públicos do bairro, mas sempre relacionam a solução ao poder público que tem a autoridade de intervenção, como a Prefeitura.

Quando perguntado sobre o lugar que as mulheres utilizam para o lazer e a recreação, responderam que

“só lhe resta ir para as suas portas, tomar um ar, conversar com a vizinha, tomar um café”.

As crianças ficam na rua, brincando no meio dos carros ou fechadas em suas casas, em frente à televisão, que também é a diversão preferida das mulheres durante a noite. Quanto aos idosos, todos os moradores manifestaram uma preocupação ou sensação de desamparo, pois relatam que muitas vezes não conseguem nem colocar uma cadeira para sua mãe ou pai tomarem sol. Vários relatos indicam que o homem idoso acaba utilizando os inúmeros bares como forma de convívio ou distração, ocorrendo muitos casos de alcoolismo nesta faixa etária.

Alguns entrevistados mencionaram que costumam fazer caminhadas no acostamento da BR-116, como alternativa para espairecer, mas acham muito barulho e pouco seguro; prefeririam, se houvesse espaço, caminhar no próprio bairro. Outros mencionam um passeio de final de semana no Jardim Zoológico da cidade ou no Shopping Taboão, como última alternativa para distrair as crianças, mas estes são passeios que geram custos muito altos em relação à renda média das famílias.

A carência, no bairro, por Espaços Livres públicos – especialmente os voltados para o lazer de crianças e jovens –, pode ser sintetizada em um fato fotografado na pesquisa de campo, em que a atitude de um grupo de meninos chama a atenção de todos. As crianças, por iniciativa própria, resolveram limpar com suas próprias mãos um terreno abandonado onde se acumulavam entulhos e descartes de materiais de construção, idealizando dois campinhos de futebol, com trave e até uma improvisada rede de gol, feita com material de sucata.

Foto 38 - Crianças improvisando um campo de futebol em área desapropriada pela Prefeitura para construção de um Equipamento Multiuso. Jardim Comunitário. Taboão da Serra, SP. 2014.

Foto 39 - Crianças improvisando um campo de futebol em área desapropriada pela Prefeitura para construção de um Equipamento Multiuso. Jardim Comunitário. Taboão da Serra, SP. 2014.

Nesta situação de aglomeração e degradação apresentada no Jardim Margarida, os entrevistados indicam que os Espaços Livres Públicos como o denominado “Caminho Verde”, podem se tornar um ícone, uma imagem de importância e de capacidade de recuperação e

qualificação ambiental do bairro, desde que seja assumido e feito de forma conjunta pela autoridade de uma gestão pública – no caso a Prefeitura de Taboão da Serra, acompanhada por um efetivo trabalho de educação socioambiental, partindo de conceitos de desenvolvimento urbano e participação cidadã. O processo de aprendizado, deve ser considerado um direito do cidadão, a ser estruturado a partir da especificidade e do cotidiano do bairro, com o estabelecimento de metas de ação e controle que não caiam na armadilha do imediatismo, dissociando o presente do futuro a ser alcançado.

4.1.2.4 Estímulo da intervenção

Trabalhando a imagem aérea da bacia hidrográfica do Córrego Palmital, em que se evidenciou o seu percurso da nascente à foz, situando algumas referências de identificação do cotidiano do bairro, pode-se perceber entre todos os entrevistados o desejo de entendimento da imagem, bem como a importância dada a cada detalhe de identificação: da igreja; do escritório da Prefeitura; da casa; do conjunto dos prédios; do local de onde a casa foi removida etc. Essa imagem, abrangendo a inserção do bairro na região, facilitou o entendimento do significado da degradação provocada pela ausência de saneamento na cabeceira de um córrego, o que justificou a importância do projeto de saneamento e a qualificação urbana do bairro, inserindo-o no conjunto da cidade. Na segunda imagem, que apresentava o croqui de intervenção nas margens do córrego, esquematizando o denominado “Caminho Verde”, completou-se o conjunto de informações que suscitaram os comentários que seguem.

Figura 15 – Imagem aérea indicando referências da vida cotidiana dos moradores, utilizada como estímulo de percepção nas entrevistas da pesquisa qualitativa. Fonte: Desenhos sob imagem do Google Maps.

- Qual a importância? O que sente?

“Me espantei com o número de remoções que foram necessárias para abrir o espaço do córrego! Ficou bem legal! A natureza já agradece...”

“Passei pela manhã na área do córrego onde eu morava e vi pássaros por lá. Eles voltaram!”

“Vai valorizar as nossas casas e a cidade. Vai valorizar também a saúde das crianças”

“Será um remédio, um calmante para mim, que tenho depressão e não gosto de lugar abafado”

“O 'Caminho Verde' será o espaço da natureza”

“Nossa, será possível uma academia a céu aberto? Essa área das nascentes nem aparecia!”

“Acho lindo, eu adoro a natureza. A ideia de transformar o córrego é ideal, é fantástico, super interessante. Eu acho que onde tem gente, tem que ter verde”.

“Esta praça da nascente e do córrego vai dar certo. Vai surgir alguém que oriente o povo largado e tudo pode funcionar direitinho”.

“Paisagem é um lugar muito verde”.

“Porque demora tanto? [...] Pois é, está tudo parado”.

“Tem que vir logo”.

“O projeto não foi concluído, falta elementos importantes de participação dos moradores”.

Neste ponto da entrevista, quando os diálogos fluíam mais informais, com mais proximidade, as pessoas se soltavam no sentido do imaginário, trazendo opiniões representativas dos seus sentimentos e sonhos. Ficavam atentos às imagens disponibilizadas, destacando que muitos foram pegar seus óculos para enxergarem melhor os detalhes, e comentavam com muito ânimo as possibilidades de organização destes espaços. Outra observação foi a identificação e visão imediata de elementos da natureza, antes ocultos por construção de moradias. Os sentimentos de pertencimento e dignidade afluíram, associados aos sentimentos de participação e inserção na Paisagem do bairro.

- Sugestões de organização e uso

Ao final da entrevista, quando já estavam imbuídos do seu papel de reflexão e exposição de ideias, munidos com as principais informações e concepções do projeto, apresentaram suas opiniões e sugestões para a concretização:

“dá trabalho mais é possível a recuperação das áreas da natureza”;

“é um projeto importantíssimo, mas as pessoas precisam entender, o que acho difícil, pois as pessoas não valorizam o que a Prefeitura faz”;

“é possível sim. A gente vê isto em outros lugares. Eu acrescentaria um espaço para uma biblioteca de crianças, que poderia ficar próxima às atividades das mães”;

“o projeto está muito bonito, mas quando será que meus filhos vão brincar neste espaço?”;

“não tenho nada a acrescentar, talvez mais áreas verdes e uns bancos para leitura. Vai acabar sendo um ponto de encontro das pessoas”;

“Gostaria de uma praça igual a que eu tinha na minha cidade, com árvores e flores”;

“Quando se formar os jardins aí, nós temos que ir lá aguar as plantas”.

Esta última observação, em especial, vinda de uma jovem mulher, mãe de dois filhos, que nasceu e se criou no Jardim Margarida, pode demonstrar que a consumação das obras de saneamento e a finalização do paisagismo nos Espaços Livres criados funcionará como um incentivo, um símbolo de pertencimento comum dos moradores, capaz de despertar o envolvimento e a participação imediata, mesmo dos mais incrédulos.

Outra moradora se manifesta perante a oportunidade de cuidado e zelo pelos espaços coletivos do bairro alertando para a identidade e a busca de talentos locais:

“temos que dar espaço para muitos artistas moradores no bairro”.

Sugerem que a Prefeitura faça uma reunião com os moradores para esclarecer o andamento dos trabalhos e recolher opiniões.

Quanto a possíveis problemas com a manutenção da ordem nos espaços públicos, houve a proposta de que, em especial na futura praça das nascentes, seja colocado um portão, com alguém responsável pela ordem. Argumentam que:

“as pessoas cuidam de dentro de casa, mas das ruas não”.

Esta observação sugere uma clara demanda por trabalhos educativos que esclareçam a relação entre o público e o privado, nos moldes dos conceitos desenvolvidos pelo pesquisador Eugenio Queiroga, apresentados no capítulo 3 deste documento.

Outras observações mais críticas, refletindo sobre a relação entre serviços públicos e necessidades dos moradores expõe que:

“O saneamento é um atendimento de calamidade pública, embora ainda não concluído. Agora precisa concluir as obras de organização do bairro, incluso o ajardinamento e estruturas das áreas livres”.

Aqui o morador identifica o saneamento como um direito já adquirido, atendendo a necessidade de qualidade de vida na cidade, porém inclui com igual peso e observação, uma valorização do paisagismo local, com a criação e finalização dos Espaços Livres públicos criados e incorporados na dinâmica do bairro. Sugere ainda a montagem e o uso de maquetes tridimensionais como instrumentos didáticos capazes de instruir o povo. É recorrente a opinião de que nestes espaços teriam que ter uma pessoa responsável para instruir o povo, incluindo a necessidade de ações educativas na busca de novas formas de lidar com as populações desprovidas de atendimento cidadão.

Outro entrevistado diz:

“Tem que ser fechado à noite e bem cuidado, dando limites. Tem que ter um líder para organizar os pais das crianças, comprar bolas, fazer uma festa”.

Outros argumentam ser contra colocar portões nas áreas de jardim, pois o mais eficiente é ensinar as pessoas a conviverem com a natureza. Reforçam o caráter público destas áreas e a necessidade de ensinar os moradores a cuidarem desses jardins.

Um entrevistado pondera que,

“se alguém não resgatar esse córrego e seu entorno, as crianças moradoras, no futuro, não vão ter história para contar, só as vivencias ruins de morar em aglomerados e na desorganização”.

“com a regularização dos esgotos, o bairro vai ficar '9,5'. O ser humano precisa da organização. Agora precisa ver se tudo vai ser feito mesmo...”.

Esta última observação evidencia o descrédito que ainda persiste em relação aos provimentos de serviços públicos, manifestado pela desconfiança na execução do projeto apresentado.

4.2 Pesquisa com o grupo de moradores crianças

4.2.1 Metodologia da arte educação

Integrando a equipe de campo responsável pelos trabalhos socioeducativos de implementação das obras de saneamento básico⁴⁵, obtivemos a oportunidade de acompanhar o interesse e a curiosidade das crianças que acompanhavam seus pais nas reuniões e atividades de envolvimento e participação dos moradores nos processos de execução dos projetos.

Em parceria com uma pesquisadora de arte e educação⁴⁶, foi desenvolvido em outubro de 2013, uma metodologia de trabalho para o atendimento destas crianças, em que se incorporou alguns processos de percepção e sensibilidade do mundo infantil, introduzindo novos temas reflexivos relacionados aos resultados das obras de saneamento, com o intuito de evidenciar aspectos urbanísticos relacionados à criação de novos Espaços Livres públicos. O tratamento do córrego e a incorporação das águas urbanas foram os principais focos, considerando a qualificação urbana do bairro e o cotidiano de vida das famílias moradoras.

A pesquisa buscou uma forma de investigar: ouvindo, explorando e compreendendo as crianças moradoras, inteirando-se de suas vivências no bairro e de como sentiam os resultados das transformações e qualificações ambientais e urbanas, trabalhadas no projeto de saneamento. As questões norteadoras indagavam: existe, por parte das crianças, uma percepção crítica do seu local de moradia? São capazes de evidenciar elementos da natureza presentes no bairro?

4.2.1.1 Amostra e formação do grupo

⁴⁵ O saneamento básico integra obras de abastecimento de água, esgotamento, micro e macro drenagem de águas pluviais-fluviais e tratamento de lixo domiciliar.

⁴⁶ Evelin Panke – artista plástica e assistente social, com experiência na área de educação e arte para crianças e jovens.

Foto 40 – Dinâmica de trabalho realizado na sala do escritório de atendimento local da prefeitura de Taboão da Serra. 07/11/2013.

Para a composição da amostra foi planejada a nucleação de 15 crianças, entre 5 e 12 anos de idade, moradoras no Jardim Margarida, priorizando o entorno próximo da área de intervenção do projeto de saneamento e da qualificação urbana do bairro.

A constituição do grupo se deu a partir de uma inscrição feita no escritório da sede do projeto, em que se levantou nome dos pais e das crianças, endereço,

idade, nível escolar e horário de frequência na escola. Foi oferecida como atrativo uma atividade de educação e arte, a ser executada nas quintas-feiras, no período da tarde, no horário das 14h00 às 17h00. Assim, trabalhamos com crianças que frequentavam a escola no período da manhã.

Para o desenvolvimento das atividades de arte e educação foi utilizado o próprio espaço do escritório de atendimento dos adultos, organizado de forma acolhedora e estimuladora para as crianças, com a montagem de mesas, bancos e a disponibilidade de papeis e lápis coloridos, de maneira a buscar ao mesmo tempo uma descontração e um foco de trabalho, criando confiança e uma abertura de diálogo com as crianças.

Foto 41 - Exposição dos primeiros desenhos que surgiram do imaginário das crianças.

A relação dialógica entre as pesquisadoras e as crianças se consumou na principal estratégia de execução da experiência, incrementada pela atenção, pela afinidade e por conversas francas e abertas, potencializadas pelo estímulo à observação do seu próprio entorno de vida, sintetizada nos desenhos, sempre valorizados, elogiados e divulgados em público.

4.2.1.2 Processo de trabalho

As etapas metodológicas que orientaram o trabalho de pesquisa tiveram início com uma busca por um estímulo da sensibilidade e da percepção das crianças, que através da observação do entorno do seu local de moradia, expressaram através do desenho as características de formação do seu bairro. Num segundo momento, de acordo com o ritmo de aprofundamento indicado pelas próprias crianças pesquisadas, foram introduzidos novos conceitos relacionados ao saneamento urbano e a vivência na cidade, tais como: "bairro", "cidade", "córrego", "água". Ao final das atividades investigativas com as crianças, surgiu um sentimento, um desejo de dialogar com o restante dos moradores do bairro, buscando uma forma de comunicação, de transmissão desse processo de reflexão vivido pelo grupo, de forma a transmiti-lo para os demais moradores, utilizando para tal, a técnica da pintura externa de um painel, estrategicamente localizado em uma área de fácil acesso e de circulação pública.

No início do diálogo buscamos captar através de desenhos e imagens qual seria a percepção que tinham do seu local de moradia – casa, rua, bairro e cidade. Com as crianças dispostas em torno de uma mesa, em que se disponibilizou papéis em branco e giz de cera colorido, foi solicitado que, inicialmente, fizessem um desenho livre, de sua imaginação.

Em seguida foi solicitado um outro desenho que respondesse a pergunta: o que gosta no seu local de moradia?

A maioria desenhou as suas casas isoladas do seu entorno, não retratando a vizinhança. Outros, poucos, inseriram as suas casas na rua e no contexto do bairro. Buscamos não interpretar os significados dos desenhos, solicitamos, no lugar, que as próprias crianças os descrevessem, como apresentaremos abaixo.

Foto 42 – Desenho de uma criança moradora com 9 anos – desenhou sua casa, o poste em frente a casa e as flores do vaso de sua tia.

Foto 43 – Desenho de uma criança moradora com 10 anos – desenhou “a minha rua querida”.

Foto 44 – Desenho de uma criança moradora, com 10 anos: “fiz a paisagem da minha rua”.

Embora algumas crianças desenhasssem a vizinhança, percebíamos que o conceito de bairro nem sempre estava claro. Quando perguntado o nome do seu bairro, o grupo inicialmente não identificou o Jardim Margarida, tampouco a região, São Judas. Quanto a identificações da sua cidade, chegaram a confundir São Paulo com Taboão da Serra. Não se observou uma identidade cidadã ou afetiva com seu próprio município.

Com uma verbalização mais descontraída, as crianças chegaram a indicar o que mais gostavam na convivência com o seu local de moradia: “gosto dos vasos de plantas da minha avó”; “gosto do poste em frente a minha casa, onde costumo brincar de escorregar. Chego a conversar com este poste”; “gosto da sorveteria”; “gosto da doceria”; “gosto da paisagem que dá para ver da minha casa”; “não podemos esquecer dos fios nos postes”.

Foto 45 – Grupo de crianças passeando a pé pelas ruas do bairro, com o objetivo de observar e avaliar o que gostavam e o que não gostavam no dia a dia de seu bairro.

Constatando suas próprias dificuldades de se expressarem a partir de observações sobre as ruas e características do seu bairro, as crianças, sugeriram que deveríamos sair juntos para passear, caminhar pelas ruas e que depois desenhariam as suas observações. E assim, foi organizado o primeiro passeio pelo bairro, que pela metodologia qualitativa da pesquisa, buscou não induzir as análises, apenas

orientando a atenção das crianças para que identificassem o que achavam *feio* e para o que achavam *bonito* pelas ruas do Jardim Margarida. A avaliação do bonito e feio objetivou o exercício da observação e da reflexão subjetiva de cada criança moradora, as quais passaram a analisar alguns aspectos do cotidiano do seu bairro.

Como resultado deste exercício de estímulo e vivência, as crianças demonstraram uma capacidade de ampliar observações e análises, abrangendo desde a crítica ao comportamento de um determinado grupo de homens sentados no bar até as formas e tratamentos construtivos das casas, levantando ocupações como garagens e modalidade de comércios em áreas particulares e em área de uso público, como ruas, calçadas, terrenos vazios, jardins e o tratamento do córrego.

Nesse exercício, evidenciaram o descarte de lixo nas ruas, uma carcaça de carro

Foto 46 – Grupo de crianças passeando a pé pelas ruas do bairro, com o objetivo de observar e avaliar o que gostavam e o que não gostavam no dia a dia de seu bairro.

abandonada, algumas fachadas de casas rebocadas, pintadas ou em processo de construção, outras em estado de abandono e deterioração. Enfim, tiveram a oportunidade de refletir sobre os aspectos materiais e a formação física e espacial do seu bairro, fazendo comentários e indicando ângulos para fotos do que entendiam como bonito ou feio, de modo a consumir um pleno exercício de observação e

reflexão da Paisagem de seu bairro de moradia.

No retorno ao escritório, foi solicitado que desenhassem o que mais havia chamado a sua atenção, tendo a oportunidade de apresentar e comentar os seus próprios desenhos, impregnados de avaliações e de conceitos do que seria um bairro de moradia e do que é o cotidiano de vida no bairro deles.

Voltando o foco nas questões trabalhadas pelo Projeto de Saneamento, solicitamos que as crianças desenhassem como viam o Córrego Palmital na sua passagem pelo bairro. Os desenhos que se sucederam caracterizaram um córrego de águas sujas e cheio de lixo, algo feio e muito incômodo de se conviver. Não conseguiam perceber o córrego como um elemento da natureza, que foi apenas lembrada nos desenhos pelas flores no “vaso da tia” ou “da avó” e pelo desenho de algumas borboletas surgidas do imaginário dessas crianças.

Fotos 47, 48 e 49 – Três desenhos individuais que retratam o córrego como o local da sujeira e do lixo, destacando a cor marrom escuro da água.

4.2.1.2.1 Novas informações

Seguindo a dinâmica das oficinas como meio de uma relação de aproximação entre as crianças e as pesquisadoras, permeada por conversas espontâneas, favorecidas e estimuladas pelos exercícios dos desenhos e das observações do entorno de suas casas, surgiu a necessidade de uma complementação de novos temas, que apresentassem novas informações de contexto, como a condição para o bom funcionamento de uma cidade. Assim foram enfatizados os

aspectos do abastecimento da água e o escoamento dos esgotos domésticos, temas diretamente relacionados com os objetivos das obras de saneamento. Uma questão levantada pelas crianças simbolizou o temor que circundava o imaginário do grupo:

“se a água suja do córrego, que recebe as descargas dos banheiros das casas era a mesma água que chegava nas torneiras para beber, cozinhar e tomar banho”.

Diante de tal indagação, foi organizado o espaço do escritório, à semelhança de uma seção de cineminha, em que pudemos apresentar alguns desenhos animados, produzidos

didaticamente, que os informaram sobre o ciclo da água no planeta, ilustrando os processos de captação, adução, tratamento e distribuição de água potável nas cidades. As crianças assistiram com atenção e interesse, elaborando comentários pertinentes ao seu processo de aprendizagem.

Foto 50 – Seção de “cineminha”, quando as crianças assistiram a um vídeo de desenho animado que retratava o abastecimento de água nas cidades.

Como complemento das informações acerca da chegada da água nas cidades, foi planejada uma nova vivência prática de observação da presença da natureza ainda existente no

Foto 51 – Uma das nascentes que formam o córrego Palmital.

bairro. Dessa forma, as crianças foram levadas a um local onde surge uma mina d'água, em que é possível observar o brotar de águas claras que surgem da terra buscando a descida do morro, em direção ao caminho do Córrego Palmital.

Foto 52 – Segundo passeio das crianças pelo bairro, quando puderam observar uma das nascentes de água que formam o Córrego Palmital.

As crianças se surpreenderam com o fenômeno natural que já fazia parte da Paisagem da vizinhança, mas que agora compreendiam tratar-se da nascente de um Córrego, o mesmo que caracterizaram em seus desenhos como sujo, cheio de lixo, ratos e baratas. Do cume do morro – onde nos encontrávamos –, era possível observar a ocupação do solo no entorno do córrego, recebendo várias construções entremeadas com entulhos e descartes de lixo dos moradores. O contraste determinado pela cor clara e transparente da água da nascente, em comparação com o seu aspecto turvo e mal cheiroso, transformado no percurso pelo bairro, ficou memorizado e marcado em um comentário:

“... a água do córrego é limpa, as pessoas é quem sujam”.

Outra observação da mesma importância:

“... tem muito lixo jogado no caminho do córrego”.

Nesse estado de espírito, as crianças voltaram para o escritório onde pedimos que, trabalhando em grupo, desenhassem o que viram naquele passeio.

Reproduziram com ênfase a situação de soterramento das nascentes e a quantidade de lixo e entulho que impede a água de correr livre para o córrego.

Após receberem as informações sobre o ciclo da água no planeta, as crianças fizeram desenhos em que a água surge como uma manifestação da natureza, sendo destacada e retratada na cor azul e integrada a um conjunto de montanhas, árvores, nascentes, assim como um córrego que nasce e corre com águas limpas.

Foto 53 – Grupo de crianças apresentando o desenho que retrata o que viram e sentiram no passeio à área das nascentes.

Foto 54 – Outro grupo de crianças, que retrataram o ciclo da água no planeta.

4.2.1.2.2 Mensagem deixada

Advertidas sobre a importância de se buscar novas formas de preservação na relação da cidade com a natureza, ficou clara a capacidade das crianças de, através dos desenhos, elaborarem uma crítica do modo de ocupação do solo em seu bairro de moradia. Nesse contexto, foi abordada a importância do Saneamento Básico, que além de levar água potável para as casas – retirando e tratando os seus efluentes e esgotos –, traz consigo a oportunidade de organização do uso do solo no bairro, criando novos Espaços Livres públicos e disciplinando a coleta e o tratamento do lixo domiciliar.

Ampliar as ações do grupo de crianças moradoras numa expectativa da equipe socioeducativa de aproximar-se dos demais moradores do bairro motivou a criação de uma intervenção artística, coletiva e pública, em que haveria uma oportunidade de apresentar essas reflexões elaboradas pelas crianças, expandindo tais debates para os demais moradores. Ponderou-se que a pintura de um painel externo, ocupando o tapume das obras a serem realizadas pelo projeto de saneamento no bairro, seria uma excelente oportunidade de inter-relacionar os aspectos físicos e materiais das obras de saneamento com as percepções e com a sensibilidade dos moradores em relação aos novos Espaços Livres públicos obtidos pelo processo de intervenção e qualificação ambiental.

Assim, foi concebida a proposta de as crianças se apresentarem publicamente, dando um recado aos demais moradores do bairro, através da pintura de um painel na entrada da área das nascentes do córrego. Inicialmente as crianças relutaram, com certa timidez de pintarem em público, mas logo se sentiram incentivadas pelas pesquisadoras, que apresentaram fotos retratando outras experiências vividas por crianças de outros bairros.

Entusiasmadas pela ideia, formaram-se três grupos por afinidade, que elaboraram e trataram os conceitos que norteariam uma nova ocupação da área das nascentes, tornando-a uma área para o lazer e para a recreação dos moradores. Assim, idealizaram espaços e equipamentos ao gosto de diferentes faixas etárias, como mesa para jogos, bancos para conversa, aparelhos de ginástica, escorregador, balanço e muitas flores junto de áreas verdes e árvores, tudo cercado e abraçado por um córrego de águas azuis, que descem direto da área das minas, alimentando um percurso que segue limpo e cercado de flores.

Foto 55 e 56 – Desenhos elaborados em grupo, com o propósito de esquematizar como gostariam de utilizar a área das nascentes do córrego Palmital.

Tendo como modelo os desenhos que esboçam as duas propostas de uso da área das nascentes, iniciamos a organização de tarefas e o levantamento de materiais necessários, agendando data e horário para iniciarmos a pintura de um painel, no tapume de fechamento provisório da área das nascentes.

Foto 57 – Execução da pintura do painel, no dia 06 /12/2013, uma manhã de sábado.

As crianças trabalharam coletivamente na confecção do painel externo, com a colaboração de algumas mães e olhares atentos de aprovação dos pais, que incentivavam o exercício da pintura elogiando a beleza “deste tipo de arte” e sugerindo que outros painéis, fossem feitos pelo bairro.

O resultado final da pintura do painel externo, que estampa a proposta das crianças em relação ao uso do novo espaço livre público criado pelas obras de saneamento, teve como destaque uma frase emblemática, no sentido de valorização e inserção do córrego na vida cotidiana dos moradores do bairro: “*Aqui nasce o Córrego Palmital*”.

Foto 58 e 59 – Finalização do painel e sua inserção na paisagem cotidiana do bairro.

4.2.1.2.3 Observações e análises

No decorrer das oficinas pode-se constatar, pelos diálogos e conversas – entre as crianças e delas com as pesquisadoras⁴⁷ –, a evolução do conceito de bairro e de cidade – especialmente quando enfatizam Taboão da Serra como referência de sua cidade, e Jardim Margarida como seu bairro de moradia. O exercício de observação e de imaginação, avaliando o “belo” e o “feio”, instrumentalizaram uma relação de participação e envolvimento com a possibilidade de transformações – o córrego pintado inicialmente de marrom-preto deu lugar a um imaginário rio de água claras cercado de flores.

O desenvolvimento do conceito de córrego, onde inicialmente as águas urbanas eram retratadas na cor marrom e cobertas por sacos de lixo, se reconfigurou, tendo sido retratado, nos últimos desenhos, na cor azul, com o acréscimo de plantas e flores, identificando uma relação direta da mina de água que alimenta o córrego e que possui as margens livres de construções.

Foram capazes de projetar a ocupação de um espaço livre público sensível em relação a presença de elementos da natureza, mas com características bastante práticas no atendimento das necessidades dos moradores que, em sua maioria, vivem em habitações subnormais, sem adequação de espaços internos, agravadas pela localização do bairro, que não possui infraestrutura urbana, mas um precário Sistema de Espaços Livres públicos, constatado até mesmo no traçado das ruas, sinuosas e estreitas, que significam uma não disponibilidade nem mesmo de calçadas para circulação de pedestres.

⁴⁷ Na convivência com as crianças, percebeu-se a importância de se considerar as informações obtidas em conversas informais e dinâmicas espontâneas de comunicação entre elas próprias. Observar as falas, as brincadeiras, assim como as divergências e os conflitos, trazem questões importantes para uma avaliação da situação.

A pintura do Painel pelas crianças – acompanhadas por alguns adultos voluntários – adquiriu características de uma arte pública pela capacidade de dialogar com os moradores do bairro, transmitindo um conceito de uso adequado do espaço livre público, sem deixar de indicar os sonhos e as possibilidades de transformação e embelezamento da Paisagem do bairro. A julgar pelas explanações ouvidas das pessoas que passavam – “...o bairro precisa disto, deste tipo de arte”; “está ficando muito bonito” – o objetivo de chamar a atenção através da sensibilização dos moradores foi pleno de realizações.

Esta experiência significou uma oportunidade prática de pensar o conceito de Paisagem através da subjetividade das crianças, que demonstraram uma sensível capacidade de projetar e adequar a funcionalidade e o uso dos Espaços Livres públicos no entorno das nascentes, respeitando as normas de preservação do meio ambiente que sustentará a qualidade do bairro de moradia⁴⁸.

É interessante ressaltar a dimensão sensível expressa nos desenhos das crianças: o exercício de avaliação do feio e do bonito levou-as a uma apreciação, a uma vivência através da observação da Paisagem do seu bairro de moradia, em que foram capazes de distinguir o natural e o social, construindo uma relação de identidade com o lugar.

Nessa vivência é importante ressaltar a adequação do uso da arte (desenho) como meio de reflexão crítica e consciência da ocupação espacial de uma cidade, colaborando para um despertar da apreciação de elementos da natureza enquanto objeto orientado e descentrado do sujeito – a exemplo da observação feita pelas crianças no seu segundo passeio de campo, a respeito da pureza da água das nascentes, que relacionaram com a formação e a possibilidade de limpeza do córrego.

Na natureza não há, ao contrário das obras de arte convencionais, nem a intenção consciente, nem um autor, nem objetos definidos a serem observados. Para poder apreciá-la é preciso ter em conta outras qualidades, como a própria ordem geral e das forças que produzem cada uma das partes, entre as quais as nascentes, o córrego, a poluição do bairro.

⁴⁸ Os conceitos de ambiente e paisagem de Rosário Assunto, nos indicam uma interação com o conceito de território. "O ambiente é mais que território, sendo ambiente o território qualificado biológica, histórica e culturalmente. A paisagem é a forma na qual se exprime a unidade sintética, não a unificação de dados recebidos separadamente, mas a unidade necessária que condiciona o seu apresentar-se na consciência da matéria (território) e do conteúdo-ou-função (ambiente)". (SERRÃO, 2011, p. 128)

Os atos apreciativos requerem informações objetivas acerca da natureza, que nos orientem para as suas efetivas propriedades reais, guiando pela ciência da natureza, a compreensão de acontecimentos (CARLSON, 2011 p. 258).

– aspectos relacionados a despoluição do córrego, topografia do solo, função das plantas e animais, formação dos ecossistemas na relação com o homem.

Estas oficinas de desenho com as crianças moradoras consumaram um sensível exercício de consciência da Paisagem, capturada num raio visual praticado pelo sujeito criança, que pelo olhar remaneja o todo desarmônico, individualizando as formas do cotidiano de vida de seu bairro de moradia. Na prática, elas foram capazes de enxergar e valorizar indícios de harmonização, mesmo dentro de uma simplicidade, como o exemplo do encantamento com o banco na calçada – fotos 60 e 61 –, forrado de um mosaico de azulejos. Observavam e comentavam a árvore que crescia e descia adornando um muro, ou, a sujeira e o lixo abandonados nas ruas, chegando a perceber a ausência e a importância de se criar novos Espaços Livres públicos para as pessoas se encontrarem ou brincarem (SIMMEL, 1913).

Fotos 60 e 61 – Criança no passeio de campo, fotografando o que mais gostava no bairro.

Com destaque para a arte, que colaborou para o despertar do afeto e da sensibilidade, buscaram a beleza intrínseca do que pode existir no feio ou no belo, quer seja, no vaso de flores da “tia” ou na cor transparente da água da nascente. Tal exercício de arte e educação nos leva a considerar que a rigidez da Paisagem degradada dos bairros da periferia é capaz de despertar um exercício de sensibilidade e uma reflexão crítica a respeito da importância da relação entre cidade e natureza.

Poderíamos inferir que, buscando novas vivências e diálogos para o estudo da Paisagem, há entre as crianças moradoras da periferia um desejo latente de descoberta da relação que têm com o mundo, utilizando a escala de seu bairro, que pode ser dinamizado e praticado pelo poder transformador das obras de Saneamento Básico, capaz de chegar nos locais mais longínquos e periféricos das grandes metrópoles.

Há uma ambiguidade no conhecimento e reconhecimento da Paisagem urbana que escapa à ciência e que se reporta ao campo do sensível, ampliando o conhecimento do que seria a Paisagem pela arte e pela ciência, bem como colaborando para um processo de aprendizagem muito rico, que une dois importantes potenciais do homem: a capacidade de apreender e a de interferir na Paisagem (SERRÃO, 2012). Essa poderia ser uma significativa base para o desenvolvimento de uma linha de pesquisa relacionada ao desenvolvimento da pedagogia da Paisagem.

4.3 Considerações

Buscando um paralelo entre as observações obtidas nas duas atividades de pesquisa, com as crianças e com os adultos, encontramos semelhanças com relação às preocupações e ao sentimento de desaprovção ligados aos problemas ambientais, como o lançamento de esgoto no córrego e a disposição irregular de lixo nas ruas. O efeito da degradação do córrego, transmitida ao bairro como um todo, causa incomodo e mal estar, afetando os dois grupos de estudo.

Ambos, guardadas as devidas diferenças em seus papeis sociais e de entendimento dos processos políticos de gestão pública, após receberem as informações práticas das propostas de obras dos projetos de saneamento no bairro, acreditaram nas possibilidades de mudança e de transformação no sentido de melhora e qualificação da vida no bairro. A importância da criação e da inserção dos novos Espaços Livres públicos foi rapidamente assumida, mas aponta para a necessidade de uma autoridade externa, indicando a Prefeitura como órgão capaz de orientar os usos e de zelar pela manutenção de tais espaços.

A valorização da natureza através dos elementos naturais presentes no bairro e a satisfação em contemplar e cuidar das plantas e dos jardins estão latentes, para os adultos, na memória de quem já viveu na área rural, ou no encantamento das crianças com a presenças de pássaros e borboletas, onde antes haviam barracos de moradia precária. Ninguém rejeitou ou questionou a retirada das casas construídas nas margens e leito do Palmital, mas esta aceitação

pode estar relacionada ao fato de todos conhecerem a solução criada pela Prefeitura, por meio da construção do conjunto de prédios que receberão as famílias removidas.

Em relação as novas informações ou aspectos de observação que a pesquisa qualitativa poderia trazer, pode-se destacar o afloramento da sensibilidade dos moradores, crianças e adultos, na busca pelo belo de sua casa e de seu bairro de moradia, assim como o gosto pela contemplação da natureza, quer seja no “*vaso da tia*”, na pintura de um quadro projetando a possível recuperação ambiental do córrego, ou mesmo, na observação do aspecto interno de decoração das casas e/ou nas reformas de fachadas.

Os adultos pesquisados demonstraram uma boa disposição para um diálogo individual. Todos os entrevistados se colocaram à disposição para prosseguirem a “conversa”, com indício de haver uma expectativa de continuidade no acompanhamento do processo participativo dos moradores. Este prosseguimento poderá se ampliar, entrevistando novos sujeitos e incluindo a possibilidade de se desenvolver atividades em grupo com moradores, o que ofereceria melhores bases para a organização de ações de implementação. Na perspectiva de continuidade, se conclui existir um desejo latente de atualização de informações acerca dos projetos, obras e possíveis transformações das condições ambientais que trarão a melhora da qualidade de vida no bairro, e colaborarão para a obtenção da dignidade de vida das famílias moradoras.

Quanto à expectativa de continuidade do trabalho com as crianças, confundem-se os sentimentos de interesse pelo aprendizado acerca da presença da natureza no funcionamento da cidade com a oportunidade que se oferece de participarem de atividades lúdicas e recreativas através das oficinas de arte e educação.

Sustentando-nos por relatos de fatos reais, nota-se que, no cotidiano de vida do bairro, uma gravíssima situação de ausência de Espaços Livres públicos repercute no comportamento de diferentes faixas etárias: as crianças são confinadas nas restritas áreas de suas casas, em que são induzidas a se distraírem assistindo televisão. Houve depoimentos de crianças que não gostam de final de semana e de férias, por não disporem do espaço da escola, onde conseguem brincar, correr e se divertir. Para as mulheres, quando cansadas de seus inúmeros afazeres, resta ir até a porta de suas casas – “*respirar um ar*”, “*tomar um sol*”, “*um café*” –, onde costumam se encontrar com as vizinhas – que fazem o mesmo; os homens idosos costumam frequentar os bares para conversar e beber, o que colabora para uma alta incidência de alcoolismo nesta faixa etária.

Percebe-se, nos dois grupos de estudo, uma compreensão e aceitação dos princípios da convivência com o verde, assim como a necessidade de recuperação da qualidade da água no

meio urbano, norteados os projetos de qualificação da Paisagem do bairro e a criação do “Caminho Verde” e da “Praça das Nascentes”. A disponibilização de espaços para ajardinamento e/ou formação de hortas foram bem recebidos como parte de uma estrutura do sistema de Espaço Livre Público, com a ressalva da necessidade de um projeto de informação e aprendizagem, envolvendo a participação dos moradores – adultos e crianças. Contudo, surge, em conjunto com o sentimento de disposição para assumir a possível transformação dos espaços públicos do bairro, uma forte descrença quanto a sua real execução. “Porque demora tanto?” ou mesmo “tem que vir logo”, numa alusão às dificuldades de desempenho das políticas públicas de implementação de projetos e de execução do planejado.

5. Síntese e desafios

A conclusão de uma pesquisa não significa necessariamente o encerramento de um tema, podendo ser o início de outras análises que sugiram uma expansão de ideias, um desdobramento de argumentos ou um aprofundamento de novos fatos que se apresentem. Iniciamos, assim, o último capítulo desta tese de doutorado com o suporte das referências teóricas e a oportunidade das experiências práticas, tendo analisado a pertinência das hipóteses inicialmente estabelecidas, bem como encaminhado algumas exposições que sugerem andamentos de pesquisas futuras.

Se partirmos das principais ideias que formam o núcleo central de nossa hipótese – em síntese, a aplicabilidade do campo conceitual da PAISAGEM podendo ampliar o alcance e a capacidade dos Projetos de Saneamento Básico e potencializar, dessa forma, o papel de suporte e ordenamento territorial exercido por aquela, com capacidade para orientar um planejamento socioambiental direcionado a uma melhor inserção dos bairros periféricos no conjunto sistêmico e funcional das cidades – apresentamos as seguintes ponderações:

- O entendimento do fenômeno da metropolização contemporânea referendou a inserção do nosso objeto de pesquisa – o bairro Jardim Margarida –, no contexto sistêmico de formação da região metropolitana de São Paulo, em que se configuram as principais questões dos problemas da periferização, da crise habitacional e da gestão pública das infraestruturas urbanas. Na realidade, a ausência do Saneamento Básico associada a um não provimento habitacional para os trabalhadores de baixa renda – atraídos pelas forças econômicas responsáveis pela formação da metrópole – evidencia um grande paradoxo representado por um elevado número de famílias sujeitas a uma situação de moradia improvisada em ambiente degradado, convivendo lado a lado, na mesma cidade ou região, com outros grupos de moradores plenamente atendidos por um alto padrão tecnológico de serviços urbanos;

- Nesse sentido, partindo de uma histórica relação entre o Saneamento Básico e as políticas urbanas de consolidação das cidades brasileiras, a releitura daquele no Brasil, indica uma legítima possibilidade de transformação e ampliação de seu raio de ação, amparada na própria mudança no conceito de Saneamento Básico, que no contexto de hoje adquirir a concepção de integração e parceria entre setores, com responsabilidade e influência direta na preservação do meio ambiente;
- A propriedade do saneamento em buscar e implementar soluções técnicas visando a recuperação e qualificação ambiental de áreas degradadas, tem se mostrado um fator apropriado para a introdução dos estudos da Paisagem nas periferias das metrópoles. O saneamento gera oportunidades de reversão de uma urbanização nefasta, viabilizando as qualificações dos espaços urbanos;
- Em ambientes de abandono e descrédito, uma transformação física espacial como as promovidas pelas obras de drenagem e construção de redes de água e esgoto doméstico, torna-se uma excelente oportunidade não só para uma recuperação ambiental, mas também para uma conexão cidadã dos moradores com a gestão urbana de sua cidade. Os processos participativos apregoados por várias iniciativas públicas – como Planos Diretores, Planos de Habitação de Interesse Social ou mesmo a concepção dos Marcos Regulatórios do próprio saneamento – estarão melhor subsidiados no sentido de uma participação ativa e consciente dos cidadãos trabalhados à partir da dimensão intersubjetiva da Paisagem Urbana;
- Outro ponto de análise trazido pelo saneamento, é o da necessidade de integração entre diferentes setores e ações públicas que, muitas vezes, setorizam-se em suas próprias soluções, deixando de ter uma visão do todo, como a indicada por diferentes autores e estudiosos do saneamento que defendem a integração ou a intersetorialidade entre os serviços de drenagem, abastecimento e esgotamento, além do tratamento do lixo doméstico, como uma proposta para melhorar os resultados deste conjunto de ações;
- Por outro lado, entrando nas orientações da hipótese, que indicam aproximação do saneamento com o campo conceitual e propositivo da Paisagem, ressaltamos a questão da subjetividade determinada pelos moradores do bairro em estudo. Dessa forma, a

presença do pesquisador em campo, instrumentalizada pela estruturação de uma pesquisa qualitativa, conjugada por atitudes simples como caminhar, observar as ruas, – percebendo ou fotografando fenômenos correlatos –, proporcionou uma abertura e uma convivência com o cotidiano do bairro, abrindo diálogos e discernindo revelações de moradores. A incorporação da categoria conceitual de bairro colaborou para uma melhor objetivação e para um melhor entendimento das intensidades e contradições vividas nas relações de vizinhança;

- O intermédio da categoria Paisagem esteve presente não apenas através dos conceitos filosóficos de SER e ESTAR na cidade, mas também impulsionado por questões práticas, visíveis e materiais como, por exemplo, a criação de novos Espaços Livres Públicos (ELP), surgidos a partir de um plano de requalificação urbana do bairro. Assim sendo, ao serem relacionadas as obras de Saneamento Básico com a capacidade de transformação da Paisagem de um bairro da periferia, ampliamos o raio de ação dos projetos de saneamento para uma abrangência de parceria com outras áreas de estudo, como as ciências sociais e as ciências humanas, mediadas pela categoria Paisagem;
- Destacando a relação entre cidade e natureza, em que o tratamento do córrego apresentase como reivindicação fortemente relacionada ao bairro, podemos analisar o fenômeno do antropocentrismo do homem urbano perante a sua relação com a natureza. A ocupação da área das nascentes e o uso das margens e da calha do córrego como espaço de construção de moradias pode revelar um distanciamento entre este e o morador da cidade, que não reconhece no córrego a presença de elementos da natureza. Nessa ponderação, surge a necessidade de ser construída uma nova ética de relação entre homem e natureza;
- A formação de uma ética tem relação direta com os processos de informação e a oportunidade de aprendizado dos sujeitos, como foi vibrantemente demonstrado pelas atividades de arte-educação junto às crianças moradoras. Com o intuito de evitar o excesso de informações de conteúdo enciclopédico, propôs-se às crianças uma experimentação diante das nascentes de água e da formação da calha do Córrego Palmital seguindo o próprio caminho. As crianças, com os seus próprios referenciais, chegaram a um aprofundamento do conceito de Córrego, relacionando o atual estado de

degradação apresentado por este ao inadequado uso do solo caracterizado pelos descartes de lixo e esgotos domésticos dos próprios moradores do bairro: "então, nós que é sujamos a água do córrego?";

- A Paisagem demonstra ser uma possível intermediadora deste delicado processo em que a subjetividade dos atores se complementa com os resultados e as transformações possíveis, superando a ideia do meio ambiente estar fora do homem – e existir apenas para servi-lo – e indo em direção à ideia de que o homem é parte do meio ambiente, exatamente como os outros animais e seres vivos: "quando o originário é a rivalidade e não o parentesco amigável, a eticidade intrínseca do amor tem de ser conquistada" (SERRÃO, 2013, p. 33);
- A reconexão do humano com o natural seria uma recuperação da sociedade industrial, que afastou a cidade dos recursos da natureza, numa relação de utilidade e serviços, em que o desenvolvimento tecnológico subjuga os recursos naturais como inesgotáveis ou substituíveis, podendo esta questão ser um dos primeiros desafios para a busca dessa nova ética de relação entre homem e natureza;
- A oportunidade de convivência cotidiana em um bairro de moradia reforça a opinião desenvolvida aqui a respeito da possibilidade de a cidade ser, em si mesma, um agente educativo, um lugar em que as pessoas se reúnem para conviver, para aprender, para participar da vida social e política, exercitando e exercendo seus direitos de cidadão. O espaço do bairro e a escala de intervenção dos projetos de saneamento facilitam as relações interpessoais e a aproximação com experiências e percepções do espaço de vida da família. A proximidade com os núcleos familiares dá combustível para a luta e para transformações pautadas em realidades e demandas de necessidade referentes a diferentes faixas etárias – crianças, jovens, adultos e idosos;
- Ao reconhecer as especificidades da urbanização brasileira, suas contradições e seus conflitos, mais do que idealizar situações “naturalizantes”, queremos demonstrar o potencial e a capacidade dos Projetos de Saneamento Básico em ativarem mudanças partindo de um apropriado momento de intervenção socioespacial e educativo. No âmbito da sua capacidade de gestão administrativa, financeira, de composição e

formação de equipes técnicas multifuncionais, esses projetos podem estrategicamente agregar funções correlatas e complementares às execuções de obras, contribuindo para a melhora da qualidade de vida nos bairros das periferias nas grandes cidades.

- O sucesso dos projetos de saneamento não depende apenas de obras caras com técnicas de domínio hidráulico ou construção civil: a ampliação de seu potencial pode ser obtida na divisão desse desafio – ligado à qualidade das cidades – com outras áreas do conhecimento que lidam com as pessoas e com seu bem estar, entre as quais as artes, que podem ter suas funções manifestadas na simples criação de um jardim ou na pintura de um painel público, elementos que sensibilizam e libertam sonhos, colaborando para a existência das pessoas no mundo, numa relação do aqui e agora;
- A participação e o envolvimento dos moradores (crianças e adultos) como sujeitos desta pesquisa tornaram-se processos essenciais para o exercício da percepção e para o alcance do entendimento dos conceitos de bairro, cidade, Espaço Livre Público, Paisagem e natureza, contribuindo como base de análise e validação da hipótese estabelecida, aproximando os Projetos de Saneamento Básico com o campo conceitual e propositivo da Paisagem urbana e oferecendo sustentação para uma nova relação da cidade e natureza;
- Entre as evidências trazidas por esta pesquisa, destacamos uma dificuldade relacionada à gestão pública – detectada na fala dos moradores entrevistados, quando mencionam uma descrença na realização das obras, questionando quando serão executadas. Essa situação indica a necessidade de envolvimento de outros atores fundamentais para esse processo, como técnicos projetistas e executivos, relacionados às Prefeituras Municipais e às empresas que prestam serviços diretos ou terceirizados, na área de planejamento de projetos e execução de obras de Saneamento Básico. O entrosamento e o assentimento desse grupo de atores é essencial para o processo de renovação e ampliação de objetivos, trazendo novos subsídios para uma gestão de serviços públicos municipais, estaduais e federais, bem como companhias de saneamento, incluindo neste rol os órgãos de fomentos e de repasses financeiros, como a Caixa Econômica Federal;

- No sentido da viabilidade técnica, já existe conhecimentos e uma cultura de tratamento hidráulico das águas urbanas com a implantação de dispositivos de infraestrutura verde capazes de integrar Paisagem, moradores e qualidade de vida urbana, como os exemplos apresentados no final do capítulo 2;
- Retornando para as análises dos moradores do Jardim Margarida, queremos destacar a importância de se valorizar os potenciais apresentados pelos adultos e pelas crianças, considerando suas percepções, sentimentos e formas de definirem seu cotidiano de vida no bairro. Esse reconhecimento pode ser estratégico e fundamental na busca de novos caminhos e soluções de qualificação e recuperação ambiental de áreas degradadas e ocupadas por moradias. Constatamos, nesta pesquisa, que as pessoas não estão reféns de uma situação de precariedade. Mesmo diante dos esforços de subsistência e das carências de vida, evidenciam as paisagens e querem mais qualidade ambiental em suas moradias, apresentando uma forte identidade e aproximação afetiva com os elementos da natureza ainda presentes na cidade, quer seja na mina d'água que desponta no terreno baldio ou na presença de pássaros, árvores e áreas verdes;
- Esta constatação nos traz a ideia de a Paisagem ser “um lugar existencial, mas também de utopia⁴⁹”. A filósofa Adriana Serrão, em seus estudos da paisagem, nos mostra como é indispensável a reaproximação entre cidade e Paisagem, argumentando que a dupla vertente de trazer a Paisagem à cidade e de reinserir as cidades na Paisagem, só é possível mediante uma responsabilidade e um referendo em relação à natureza. (SERRÃO, 2012, p. 61). A frase de um morador, pode ilustrar este sentimento: “*se o Córrego Palmital fosse limpo, seria natureza, mas como está é sujeira*”;
- As pessoas comuns percebem, aceitam e valorizam as transformações na Paisagem do bairro, mas não entendem as dimensões destas alterações. Pedem acompanhamento da Prefeitura por temerem não conseguir manter a nova ordem pública nos Espaços Livres Públicos criados. Elas indicam também que é preciso haver uma preparação do grupo social para uma melhor absorção de normas coletivas e de entendimento dos significados dessas mudanças na vida prática e cotidiana do bairro;

⁴⁹ SERRÃO, Adriana Veríssimo – “Pensar a Natureza e Trazer a Paisagem à Cidade”. In Psicologia social e imaginário: leituras introdutórias / Sandra Patrício Vichiatti, organizadora – Ed – São Paulo: Zagodoni, 2012. P. 61-71

- Esta pesquisa sugere uma apropriada relação conceitual do campo de estudo da Paisagem urbana associada às normas, leis e diretrizes que regulamentam o funcionamento do Saneamento Básico no Brasil, colaborando para o avanço de um planejamento que integre os serviços de Saneamento Básico aos processos de desenvolvimento e qualificação urbana, de modo a valorizar e incrementar as percepções, os sentimentos e a experiência de vida dos moradores, relacionando-os com os elementos da natureza – com destaque para a água e para as áreas verdes presentes, evidenciadas e recuperadas pelas obras de saneamento.

O prosseguimento da pesquisa de campo na forma do método qualitativo poderá autenticar uma necessária aproximação e troca de informações entre moradores e equipes técnica de planejamento e execução dos programas e projetos de saneamento e qualificação urbana. Partindo da sugestão de formação e nucleação de pequenos grupos para a continuidade da pesquisa junto aos moradores - adultos e crianças – queremos destacar a real possibilidade do prosseguimento de troca de informações e a busca por uma efetiva aproximação de saberes entre estes atores fundamentais para a obtenção das transformações. Estas práticas vêm de encontro ao fomento de um processo participativo consciente e argumentativo a ser sustentado por uma dinâmica de ações executadas pelo tripé das políticas públicas, integração dos técnicos e efetivo processo de participação dos moradores.

O campo conceitual e propositivo do estudo da Paisagem demonstrou o seu potencial de colaboração visando a integração e qualificação urbana através dos projetos de saneamento básico nas periferias. No entanto este não tem o poder de agir sozinho, dependendo diretamente do funcionamento deste tripé de sustentação representado pelas: aberturas das políticas públicas; mudanças da cultura de autonomia e poder das soluções técnicas e da busca de um efetivo envolvimento e conquista da participação dos moradores nos processos de gestão das cidades.

6. Bibliografia

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. *“A peste e o plano: o urbanismo sanitaria de engenheiro Saturnino de Brito”*. Dissertação de mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1992.

ARAUJO, Wellison Tatagiba. *“Evolução urbana e dinâmica da paisagem em setores periféricos da metrópole paulistana: o caso de Taboão da Serra”*. Tese de doutorado em Geografia Física. FFCLH, Universidade de São Paulo, 2011.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *“A cidade do pensamento único”*. Petrópolis: Vozes, 2012. 7ª ed.

ARENDT, Hannah. *“A condição humana”*. RAPOSO, Roberto (Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 5 ed.

ASSUNTO, Rosario. *“A paisagem e a estética”*. In: *Filosofia da paisagem. Uma Antologia*. SERRÃO, Adriana (Coordenação). Coleção: Esthetica 1. Lisboa: Ed. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011 p. 341-375.

_____. *“Paisagem – Ambiente – Território”*. In: *Filosofia da paisagem. Uma Antologia*. SERRÃO, Adriana (Coordenação). Coleção: esthetica 1. Lisboa: Ed. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011 p. 125-129.

BATISTA, Gustavo Silvano. *“Gadamer e a refundação da cidade”*. In: *Geograficidade*. v. 4. n. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 14-19. Disponível em: <https://geografiahumanista.wordpress.com>.

BARTALINI, Vladimir. “*Teoria da paisagem e paisagismo*”. In: *Paisagem textos*. Textos traduzidos com a finalidade exclusiva de subsidiar as disciplinas: *A paisagem no desenho do cotidiano urbano e paisagem e arte*. Intervenções contemporâneas do curso de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP. São Paulo: 2013.

_____. “*Natureza, paisagem e cidade*”. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP. São Paulo: 2013. v. 20. p. 37-48.

_____. “*Córregos em São Paulo: a ocultação do avesso*”. In: *Geograficidade*. v.4. n.1. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 30-37. Disponível em: <https://geografiahumanista.wordpress.com>.

BARROS, Sandra Augusta Leão. “*A escala BAIRRO e o conceito de Lugar Urbano: o caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife*”. SIBI – portal de Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP. São Paulo: 2004. nº 15. p. 56-74. Acesso em 02/10/2014.

BENFATTI, Denio; QUEIROGA, Eugenio; SILVA, Jonathas M.P. “*Transformações Da Metrópole Contemporânea. Novas Dinâmicas Espaciais, Esfera da Vida Pública e Sistema de Espaços Livres*”. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) v. 12. n. 1. ISSN eletrônico 2317-1529 e o ISSN impresso 1517-4115. 2010. p. 29. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/index>

BERNARDINI, Sidney Piochi. “*Os planos da cidade; as políticas de intervenção urbanas em Santos – de Estevan Fuertes a Saturnino De Brito (1892 – 1910)*”. São Carlos: RiMa, FAPESP, 2006.

BERQUE, Augustin. “*A Ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra*”. In: *Filosofia da paisagem, Uma Antologia*. SERRÃO, Adriana (Org.). Lisboa: Ed. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

BESSE, Jean-Marc. *“Ver a Terra”*. BARTALINI, Vladimir (Trad.). São Paulo: Perspectiva, 2006.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (Org.). *“Pesquisa qualitativa. Segundo a visão fenomenológica”*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRITTO, Ana Lucia. *“Redes de infra-estrutura na cidade: uma revisão dos conceitos e concepções de saneamento”*. IX Seminário de história da cidade e do urbanismo. São Paulo, 4 a 6 de Setembro de 2006.

_____. *“Saneamento na região metropolitana do Rio de Janeiro: uma análise da história recente da gestão de serviços e de suas implicações no acesso aos serviços da população mais pobre”*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal/FASE, 1998. p. 11-39.

BORJA, Jordi. *“Luces y sombras del urbanismo de Barcelona”*. Barcelona: Editorial UOC, 2012. 2ª edición.

BOUCINHAS, Caio; LIMA, Catharina; GONZATO, Ana. *“Superando antagonismos entre natureza e cidade: desenho participativo em Taboão da Serra”*. Anais do 1º seminário Nacional sobre APPs Urbanas. FAU-USP. São Paulo, 2007.

CALDEIRA, Tereza. *“Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo”*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARLSON, Allen. *“Apreciar a arte e apreciar a natureza”*. In: *Filosofia da paisagem. Uma antologia*. SERRÃO, Adriana (Coordenação). Coleção: Esthetica 1. Lisboa: Ed. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011 p. 257-280.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *“O lugar no/do mundo”*. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>.

CAUQUELIN, Anne. *“A invenção da paisagem”*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CERTEAU, Michel de. *"The practice of everyday life"*. Berkeley: University of California Press, 1984. p. 10.

CORDEIRO, Débora Ortigosa. *"Políticas de intervenção em favelas e as transformações nos programas, procedimentos e práticas: a experiência de atuação do município de Embu das Artes"*. Dissertação de mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo, 2009.

CORDEIRO, Waldemar. *"Realismo: musa da vingança e da tristeza"*. Escritos de artistas: anos 60/70/. FERREIRA, Gloria, e COTRIM, Cecília (Seleção e comentários). SUSSEKIND, Pedro (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA. *"Região Metropolitana de São Paulo"*. Disponível em <http://www.emplasa.sp.gov.br>

FERRARA, Luciana, Nicolau. *"Urbanização da natureza: da auto provisão de infraestrutura aos projetos de recuperação ambiental nos mananciais do sul da metrópole paulistana"*. Tese de doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo, 2013.

FREITAS, Sônia Maria. *"História oral. Possibilidades e procedimentos"*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 2ª ed.

FUNDAÇÃO SEADE – Fundação Estadual de Análise de Dados. *"Informações dos Municípios Paulistas – IMP"* Disponível em <http://www.seade.gov.br>

GRANELL-GOMEZ, Carmem; VILA, Ignacio (Org.). *"La ciudad como proyecto educativo"*. BARCELONA: Ediciones Octaedro, 2001.

GRELE, Ronald. *"História oral: uma bibliografia anotada"*. SÃO PAULO: Ed. Módulo de Comunicação, 1975. p. 14.

GOTTIDIENER, Mark. *"A produção social do espaço urbano"*. São Paulo: Edusp, 1993.

JACOBS, Jane. “*Morte e vida de grandes cidades*”. ROSA, Carlos Mendes (Trad.). São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

HALLEY, Bruno Maia. “*O bairro e os enredos do lugar*”. *Geograficidade* – ISSN 2238-0205. v. 4. n.1. 2014. Acesso em março de 2014. Disponível em:
<https://geografiahumanista.wordpress.com>.

HARVEY, David. “*A liberdade da cidade*”. Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Coletânea Boitempo e Carta Maior. Disponível em:
<http://blogdaboitempo.com.br/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aosmanifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/>.

_____. “*Conferência no Fórum Forma Urbana*.” GOMES, Fernando Alves (Trad.). Disponível em:
<http://www.forumeformaurbana.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFille/26/File/FSM%20009?Harvey%20Speech%20translateFINAL.pdf>

HELLER, Agnes. “*O cotidiano e a história*”. COUTINHO, Carlos Nelson, e KONDER, Leandro (Trad.). São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HILLMAN, James. “*Cidade & alma*”. BARCELOS, Gustavo, e ROSENBERG, Lúcia. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

HOUGH, Michael. “*Naturaliza y ciudad – planificacion urbana y procesos ecológicos*”. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “*Censo Demográfico 2010*”. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br>

LEENHARDT, Jacques (Org.). “*Nos jardins de Burle Marx*”. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000. 1ª ed.

LEITE, Maria Angela F. P. “*Natureza e cultura: paisagem, objetos e imagens*”. SOUZA, Maria Adélia de (Org.). *Território Brasileiro. Usos e Abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.

LIMA, Catharina, e BOUCINHAS, Caio. “*Superando antagonismo entre natureza e cidade: desenho participativo em Taboão da Serra*”. Seminário APPs Urbanas, São Paulo, 2010.

LIMA, Catharina P. C. dos Santos. “*Natureza e Cultura – o conflito de Gilgamesh*”. In: *Paisagem e ambiente: ensaios*. nº 18. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. p. 7-55.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “*As cidades de Tristes trópicos*”. In: *Rev. Antropol.* v.42. n.1-2. Departamento de Antropologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências/Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011999000100007>.

_____. “*Etnologia como prática e experiência*”. In: *Horizontes Antropológicos*. vol. 15. jul/dez de 2009. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/>.

_____. “*Etnografia urbana*”. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/>.

_____. “*De perto e de dentro: notas para uma antropologia urbana*”. RBCS. vol. 17. n. 49. Junho de 2002. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/>.

_____. “*Santana de Parnaíba: memória e cotidiano*”. Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP. FFLCH. Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/>.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. “Espaço livre – objeto de trabalho”. In: *Paisagem ambiente: ensaios*. nº 21. São Paulo: FAU/USP 2006. p. 141-174.

_____. “Em busca de 'outros' espaços livres de edificação”. In: *Paisagem Ambiente: ensaios*. nº 21. São Paulo: FAUUSP 2006. p. 135-140.

MARICATO, Ermínia. “Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana”. Petrópolis: Vozes, 2001. 2ªed.

_____. “Metrópole da periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência”. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida V. “A Pesquisa Qualitativa em Psicologia”. São Paulo: Editora Moraes, 1989. 1ª ed.

MCHARG, Ian L. “Proyectar com la naturaliza”. Barcelona: Gustavo Gili, 2000 (1967).

MEYER, Regina Maria Prosperi; GROSTEIN, Marta Dora. “São Paulo Metrópole”. São Paulo. Editora USP: Imprensa Oficial do Estado De São Paulo, 2004.

MORINAGA, Carlos Minoru. “Áreas contaminadas e a construção da paisagem pós-industrial na cidade de São Paulo”. Tese de doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo; SANTOS, Emmanuel Antonio; VALERIO, Mário. “Paisagem em transformação: cultura transformadas”. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. v. 20. FAU/USP. São Paulo, 2013. p. 50-63.

PALLAMIN, Vera. Anotações de aula. Debate: “Paisagem e política”. 22/11/2011 – FAU/USP.

_____. “Arte urbana como prática crítica”. In: *Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PELLEGRINO, Paulo. “*Por uma paisagem fluvial para São Paulo*”. In: *Paisagens Em Debate*. FAU/USP. n. 1. Outubro de 2003.

PEREIRA, Raul Isidoro. “*O sentido da paisagem e a paisagem consentida: projetos participativos na produção do espaço livre público*”. Tese de doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2006.

PITTA, Daniele Perin Rocha. “*Impactos do Imaginário na Organização do Cotidiano*”. VICHETTE, Sandra Maria Patrício (Org.). *Psicologia Social e Imaginário. Leituras Introdutórias*. São Paulo: Zagodoni, 2012. 1ª ed.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. “*Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformação de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*”. 284 p. Tese de livre-docência – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

_____. “*Razão pública e paisagem: reflexões e subsídios teórico-conceituais para o entendimento e para a qualificação da urbanização contemporânea*”. Palestra proferida no 11º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Arquitetura e Urbanismo no Brasil – ENEPEA. Campo Grande – MS, 2012.

_____. “*O lugar da praça: pracialidades contemporâneas na megalópole do sudeste brasileiro*”. SOUZA, Maria Adélia de (Org.). *Território Brasileiro. Usos e Abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.

RITTER, Joachim. “*Paisagem. Função da estética na sociedade moderna*”. BARTALINI, Vladimir (Trad.), para uso exclusivo na disciplina AUP 5882 *Paisagem e Arte – Intervenções Contemporâneas*, do curso da Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

ROGER, Alain. “*Nascimento da paisagem no Ocidente*”. Conferência realizada no I

Colóquio Internacional de História da Arte. São Paulo, 5-10 de Setembro de 1999. BARTALINI, Vladimir (Trad.), para uso exclusivo da disciplina AUP 5834, FAU/USP, Setembro de 2009.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “*História oral e imaginário: o núcleo de estudos em história oral*”. In: *Psicologia social e imaginário: leituras introdutórias*. VICHETTI, Sandra Maria Patrício (Org.). NEHO/USP. São Paulo: Zagodoni, 2012. 1 ed. p.169-176.

SCHERER, Joanna. “*Documento Fotográfico: fotografias como dado primário na pesquisa antropológica*”. Artigo originalmente publicado no volume organizado por Edward, Elizabeth Antropology and fotografhy. RAI Yale University Press. Com o título “ The Photography: Photographs as Primary Data in Anthropological Enquiry, com direitos cedidos por Yale University Press para a revista Fotografia. 69-79. Reprodução curso Antopologia Visual: Uso da Fotografia na Antropologia. FFLCH, Antropologia, USP, SP, 2014.

SIMMEL, Georg. “*Filosofia da paisagem*”. BARTALINI, Vladimir (Trad.), para uso exclusivo das disciplinas AUP 5834 *A paisagem no desenho do cotidiano urbano* e AUP 5882 *Paisagem e arte – Intervenções Contemporâneas*, do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2011.

SMITHSON, Robert. “*Um passeio pelos monumentos de Passaic, Nova Jersey*”. FARIAS, Agnaldo (Trad.). Ver: Espaço e Debate. v.23. n. 43-44. São Paulo, jan/dez, 2003. p. 123-128.

_____. HEIZER, Michael; OPPENHEIM, Dennis. “*Discussões com Heizer, Oppenheim, Smithson*”. Escritos de artistas: anos 60/70/. FERREIRA, Gloria, e COTRIM, Cecília (Seleção e comentários). SUSSEKIND, Pedro (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 275-291.

SANTOS, Milton. “*A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*”. São Paulo: EDUSP, 2004. 4ªed.

_____. “*Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*”. ELIAS, Denise (Colaboração). São Paulo: EDUSP, 2008. 6ª ed.

_____. “A urbanização brasileira”. São Paulo: EDUSP, 2005. 5ª ed.

SARAIVA, Graça; LIMA, Walter de Paula. “A questão da água nas grandes cidades brasileiras”. Palestras apresentadas. Mesa Redonda 2: *Restauração de Bacias Urbana*. Palestrantes: Workshop – Walter de Paula Lima (ESALQ/USP) e Graça Saraiva (Universidade de Lisboa), Comentarista: Paulo Pellegrino. São Paulo. 9-10 Dez, 2003. Editado por Mario Thadeu Leme de Barros. São Paulo, 2004.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. “Pensar a natureza e trazer a paisagem à cidade”. VICHETTE, Sandra Maria Patrício (Org.). São Paulo: Zagodoni, 2012. 1ª ed.

_____. “A paisagem como problema da filosofia”. In: *Filosofia da paisagem. Uma Antologia*. SERRÃO, Adriana (Coordenação). Coleção: *esthetica 1*. Lisboa: Ed. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011 p. 13-35.

_____. “Paisagem, a unidade de natureza e cultura. Origem, essência e futuro de uma ideia”. In: Sinopse de comunicação do Seminário Internacional - “Questões contemporâneas sobre a paisagem”. LABPARC. FAU/USP. São Paulo. 09-10 de Abril de 2014.

_____. “Cidade, paisagem e imaginário: elementos para a compreensão do ethos humano”. Anotações de aulas da disciplina PST5873-1 *Psicologia Social e do Trabalho*. Instituto de Psicologia/USP. São Paulo, 2012.

SMITHSON, Robert. “Um passeio pelos monumentos de Passaic”. In: *Espaço e Debate*. São Paulo, tradução de Agnaldo Farias. vol. 23. dez/jan de 2003. p. 43-44.

SPIRN, Anne Whiston. “O jardim de granito”. PELLEGRINO, Paulo Renato (Trad.). São Paulo: EDUSP, 1995.

SOJA, Edward. “‘Thirspace’: Journeys to Los Angeles and other Real-and-Imagined Places”. In: “*Land and Environmental Art*”. KASTNER, Jeffrey e Wallis, BRIAN

(Org.).Nova York: Phaidon, 1998. p.10. Tradução livre feita por Gabriel dos Santos Lima, São Paulo.

TABOÃO DA SERRA. PREFEITURA MUNICIPAL. “*Plano Habitacional de Interesse Social*”. Produto 2. Diagnóstico da situação habitacional. Termo de Cooperação Técnica Científica. Prefeitura M.T.S. e Fundação de apoio à Universidade de São Paulo. FAU-USP. Laboratório de Habitação e Assentamento Humano (LAB-HAB). Coordenação Prof. Dr. Nabil Bonduki. 2012.

_____. “*Plano Diretor Participativo*”. Lei Complementar Nº 132 De 26 De Dezembro De 2006 Com As Alterações Da Lei Complementar 164 De 24 De Abril De 2008, Da Lei Complementar 176 De 03 De Fevereiro De 2009 E Da Lei Complementar 290 De 28 De Dezembro De 2012. Acesso site: www.prefeiturataboaodaserra.sp.org.br.

_____. “*Relatório Parcial nº 3 – Diagnóstico*”. PAT-PROSANEAR. Serviços de Consultoria da Gerentec, destinados a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI; Projeto de Saneamento Integrado – PSI; Programa de Trabalho Social – PTS. Município de Taboão da Serra, 2006.

_____. “*Base cartográfica do município*”. Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente. Taboão da Serra, 2013.

_____. “*Relatórios do Projeto PAT-PROSANEAR*”. (PMTS) PDLI/PTS/PSI – Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente. Taboão da Serra, 2007.

_____. “*Relatórios de Acompanhamento Técnico Social*”. Contrato de Assessoria com a empresa Humanizar para execução de atividade de trabalho social do programa de aceleração do crescimento- PAC-PAT-PROSANEAR - supervisionado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Habitação e Meio Ambiente. Taboão da Serra, 2013

TEIXEIRA, Elenaldo. “*O social e o global*”. *Limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2001.

TEIXEIRA, Marlene P.V., e MACHADO, Rosa Maria. “*Conceito de bairro – unidade popular ou técnica?*”. Anuário do Instituto Geociência. 1986. v. 10.

TUCCI, Carlos E. M. “*Gestão de Inundações Urbanas*”. Publicação apresentada em CROM em curso para funcionários da Prefeitura Municipal de Santos, SP. Artigo. Ministério das Cidades – Global Water Partnership - World Bank – Unesco 2005.

_____. “*Águas urbanas*”. In: *Estudos Avançados*, 22 (63), São Paulo, USP, 2008.

_____. “*Água No Meio Urbano*”. In: *Água Doce*. Instituto de Pesquisas Hidráulicas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

VALENTINI, Silvia M R. “*Os sentidos da paisagem*”. Tese de doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

VEIGA, José Eli. “*Desenvolvimento sustentável. Uma introdução aos seus mistérios*”. 2004. Disponível em: www.econ.fea.usp.br/zeeli/zeeli@usp.br.

VILLAÇA, Flávio. “*Espaço intra-urbano no Brasil*”. São Paulo: Estúdio Nobel, 1998.

_____. “*O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*”. São Paulo: Global, 1986.

WALLIS, Brian, e KASTNER, Jeffrey. “*Land and Environmental Art*”. Nova York: Phaidon, 1998. Tradução livre feita por Gabriel dos Santos Lima, São Paulo, 2011.

ZUKIN, Sharon. “*Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder*”. In: *O espaço da diferença*. ARANTES, Antônio (Org.). Campinas: Papirus, 2000. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cidade – nº 23, 1994: CIDADANIA – nº 24, 1996 – SPHAN/Minc.

ANEXO 1 - Planilha síntese das entrevistas realizadas com os moradores adultos.

Cada coluna, disposta na vertical, representa a síntese das respostas por sujeito. De outra forma, se a leitura for percorrida na horizontal, poderá se ter uma análise por indicador ou orientador do roteiro de entrevista.

ANEXO 1

PLANILHA DE TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES.

I - VARIÁVEL – CHEGADA NO BAIRRO DAS MARGARIDAS

SUJEITOS									
Origem – como chegou									
Morador 1	Morador 2	Morador 3	Morador 4	Morador 5	Morador 6	Morador 7	Morador 8	Morador 9	Morador 10
Nasceu em área rural em Minas, veio para SP trabalhar. Já morava na região, casou veio com o esposo e conseguiu comprar a sua casa	Morava em Campo Limpo. <i>“Eu nunca saí aqui do pedaço”</i> . Veio inicialmente para a casa da mãe, que acolheu sua família de uma situação de risco. (testemunha de chacina)	Nasceu em área rural em Pernambuco, veio para trabalhar. Sua prima morava no bairro para onde vinha nos finais de semana, até comprar a sua casa.	Nascido e criado no Margari da. Há 29 anos mora no mesmo endereço.	Nasceu no bairro e sempre morou aqui, embora tenha passado por diferentes casas de aluguel.	Veio de Minas, rapaz de 18 anos, em busca de trabalho. Duas irmãs já moravam no Margari da. Chegou com uma formação política partidária e amparado por uma estrutura familiar. Comprou as terras ainda solteiro com intenção de organizar a sua vida, casando e tendo filhos.	Nasceu em Pernambuco, conviveu com a área rural. Veio para o Margari da pelo forte vínculo emocional com a irmã que já morava no bairro.	Nasceu no interior de SP, veio com 8 anos para o Embu. Tem ascendência indígena. Chegou no Margari da no dia da festa do seu casamento, dia 30/12/1979 . Fez uma descrição detalhada de como era o lugar.	Nasceu na Bahia, veio com 6 anos para Diadema. SP. Conheceu o bairro há 25 anos em trabalhos da Igreja. Mora há 12 anos no bairro tendo passado por diferentes casas de aluguel.	Nasceu em Três Pontas, Minas Gerais, veio para SP com 17 anos para trabalhar em casa de família. Conheceu o Margari da através de uma amiga que tinha um terreno mas não tinha dinheiro para construir. Acabou comprando este terreno e construiu sua casa. Está no Margari da há mais de 20 anos.

Vivência anterior – relação com a natureza									
Morador 1	Morador 2	Morador 3	Morador 4	Morador 5	Morador 6	Morador 7	Morador 8	Morador 9	Morador 10
<p>A cidade era organizada. Estava sempre em contato com a área rural. Brincava com boneca de milho e com os bichinhos.</p> <p>“Foi uma fase muito gostosa”!</p>		<p>Veio de uma área castigada pela seca, mas tem lembranças e saudades do banho de rio. Leva os filhos todo os anos para conviver com a natureza de lá. “Eu amo, tenho paixão pela natureza”.</p>	<p>Lembra, quando criança que “era tudo bem precário: ruas de barro, tudo longe, desorganizado, uma bagunça”. Pelo alcoolismo do pai, a mãe colocou seus filhos em um internato e só vinham para a casa nos finais de semana.</p>	<p>Da infância só lembra de - “lama”. “Lembro do barro que era de mais. Natureza não tinha nada. É igual a hoje”.</p>	<p>Descreve com emoção a lagoa no fundo do seu terreno, onde podia se ver o córrego corrente, com água cristalina. A terra ao redor era macia e tremia ao caminhar, com muito capim angola. Na lagoa tinha peixes, rã e preá.</p>	<p>Tem saudades da vida na roça. Andava a cavalo, colhia frutos e tomava banho de rio.</p>	<p>Tem fortes vínculos com a natureza do lugar. (Quadro do sonho, pintado por ela). Quando jovem, antes de morar, já vinha com frequência com seus pais no Margarida, desfrutar de um lugar com bosques, água e natureza.</p> <p>Tem a iniciativa de ensinar grupos de jovens a plantar mudas em garrafa Pet e a observar a natureza.</p>	<p>Em Diadema morava em um “favelão” mas teve oportunidade de brincar em áreas de mata onde existiam colmeia, criação de vacas, e pescarias.</p>	<p>Teve uma vivência rural de fartura em toda sua infância até a vinda para SP.</p> <p>Relata brincadeiras de subir em árvores e muitas frutas para comer. Minha casa era bem feita com um quintal grande. Minha avó tinha pé de laranja e chuchu e distribuía para todos vizinhos.</p> <p>Se emociona e diz: “Ah! É muita saudades”!</p>

Percepção do bairro quando chegou									
Morador 1	Morador 2	Morador 3	Morador 4	Morador 5	Morador 6	Morador 7	Morador 8	Morador 9	Morador 10
Não tinha prédio s era tudo mato. Não sabia do córrego atrás de sua casa. Até hoje não vê por estar encoberto pelas construções.	“Ali era uma favela bem grande, uns barracos em mau estado”. Diz que não havia natureza e o seu contato com o córrego se dava mais pela obrigatoriedade do acesso para a sua casa, ser através da ponte. Meu contato com o córrego era o tempo inteiro, mas enxergava pouco do córrego. A minha casa era em cima do córrego.	As coisas eram bem difíceis. Não tinha asfalto, era tudo barro e a casa alagava. Não tinha quintal era só madeira para passar. Não chegou a ver árvores nem córrego com água limpa. “Seus filhos só viviam dentro de casa.”	Não chegou a ver o córrego limpo. Sua mãe proibia de brincar na beira do córrego, “mas era prazeroso. Era o que tinha para brincar..” o único lugar que tinha espaço para correr”.	Não tinha esgoto e a água suja ia direto para o córrego, e, continua lá. Antiga mente era barraco e o povo foi construindo de tijolo. Vendo assim, agora está melhor. “Espaços fora de casa para brincar, só era a rua.”	O Margari da lembrava muito da colônia rural de onde veio. Tinha estradinhas, lagoas, galinha, matas. Se sentia muito bem! Não havia ainda a especulação imobiliária de hoje. As pessoas tinham os seus lotes definidos	Quando chegou o bairro já estava formado : vielas, ruas e não percebi a o local das nascentes. Não chegou a ver o córrego, já era tudo casa. Gostou de tudo principalmente das pessoas.	Descreve o córrego de águas limpas, com várias nascentes cercadas de matas e florestas de eucaliptos. Lembra com afetividade e da grande quantidade de taboas que é chamado de - rojões Lembra dos morros cercados de florestas, sem as casas hoje construídas. Bebia água das minas.	As ruas eram descidas de terra e de difícil acesso. Já era um aglomerado de casas, muitos barracos de madeira desajeitados, mas podia se ver algumas árvores frutíferas e mata de eucalipto.	Tinha muita água. Já briguei muito pela qualidade da água do córrego. “Era clarinha, limpinha”. “Eu fazia uma cata de sujeira do córrego ensacava e pedia para o lixeiro levar.” “Cuidava do córrego e ele reagia” Eu “abraquei” um trecho do córrego – explica que abraçar seria uma pequena cerca protegendo a margem do córrego. - Era uma guardiã do córrego. “Depois foi chegando pessoas querendo terra e vinham com armas”

II - VARIÁVEL – A VIDA NO BAIRRO

SUJEITOS									
Coisas boas									
Morador 1	Morador 2	Morador 3	Morador 4	Morador 5	Morador 6	Morador 7	Morador 8	Morador 9	Morador 10
O bairro é legal o que precisa de mudanças são as pessoas. É bom morar aqui. É tranquilo.	<i>“O bom do bairro são as pessoas”. As que conheci quando cheguei, são as mesmas de hoje. “Mesmo quem pouco tinha, dividia com o outro. “Um lugar bom de morar por causa das pessoas”. Eu diria para quem mudasse para cá: você vai ganhar uma família..”</i>	<i>Por mais difícil que fosse, o bom é que eu estava no meu lugar. As pessoas são acolhedoras</i>	<i>“Hoje em dia é um prazer morar aqui. Do que era, eu diria que a cidade é uma maravilha”</i>	<i>As casas no Margarida são na rua, aqui não, estou na viela. O Margarida agora é um bairro bom para morar.</i>	<i>Com sentimento responde que é a convivência com as pessoas. São crianças e jovens que nasceram e cresceram no bairro.</i>	Gosta dos vizinhos, do jeito da rua.	<i>O que mais gosta é do povo que é muito amigo, acessível. Posso contar com o meu vizinho. Esta amizade ficou.</i>	Gosta de morar no bairro, mas sente falta de mercados e comércio maiores. <i>“Agente fica muito afastado, é desgastante trazer as compras para a casa”</i>	<i>“Ai caramba, quer que eu seja sincera? Eu não gosto de nada do bairro. Já briguei muito por aquilo aí a prefeitura já fez a sua parte, mas as pessoas são muito difíceis.” – Desânimo das pessoas.</i> Indica a atuação de dois prefeitos que levaram água, luz e saneamento para o bairro. As crianças em improvisar um espaço para jogar no meio do entulho (FOTO).

Coisas ruins									
Morador 1	Morador 2	Morador 3	Morador 4	Morador 5	Morador 6	Morador 7	Morador 8	Morador 9	Morador 10
As pessoas jogam lixo nas ruas e nas portas. Tem muitas crianças soltas nas ruas. Não tem área de lazer.	<i>“O que tem que mudar não é tanto da Prefeitura. É das pessoas mesmo...barulho e lixo nas ruas”.</i>	<i>Falta de ordem, onde se consegue andar sem água suja na rua e não aparece bichos como barate e ratos. As crianças ficam muito doentes nestes ambientes sujos</i>	A presença de marginalidade preocupa e incomoda. <i>“Tem bocas abertas, praticam assaltos mesmo durante o dia”.</i>	Ruins são os bares abertos até as 4 da manhã e as motos paradas no portão. <i>Viver no Margari da, além das pessoas não tem nada de bom</i>	Não gosta da falta de perspectiva de vida no bairro. <i>“Falta um objetivo”</i> O povo está triste com a parada das obras. <i>Querem dignidade para morar.</i> Indica o problema da segurança com jovens envolvidos com drogas	Não gosta do barulho. <i>“Detesto o bar. Tenho medo”.</i> Chegou a presenciar duas mortes no bairro.	Ruim são os barulhos de moto e som de carros alto. As empresas têm geradores que também incomodam A falta da rede de esgoto incomoda muito.	Não gosta do barulho e da criminalidade. <i>“Está acontecendo muitos assaltos na região.”</i> <i>“Quanto ao aglomerado de pessoas a prefeitura não vai conseguir acabar, mas penso que deveria organizar, colocar esgoto e limpeza do lixo.”</i>	<i>“O povo não sabe cuidar, não tem educação.”</i> <i>Os bons estão indo embora.</i> <i>“O Margarida só significava vielas e uma passagem para acesso aos ônibus e comércio. Tenho mais identidade e com o JD Comunitário”</i>

III - VARIÁVEL – O BAIRRO HOJE / RELAÇÃO COM A NATUREZA

SUJEITOS									
Característica do bairro									
Morador 1	Morador 2	Morador 3	Morador 4	Morador 5	Morador 6	Morador 7	Morador 8	Morador 9	Morador 10
Estranhei a falta de árvores	Difícil acesso. Meio isolado dos outros bairros. São ruas praticamente iguais, sem calçadas, os carros disputam espaço com as pessoas nas ruas. “A característica do lugar é o isolamento”. O bairro cresceu muito para cima – de 1 casa hoje construiram 5.	Não há nada para se identificar. É muito parecido com a vizinhança a pelos próprios moradores, sem organização.	Não tem uma identidade. “Muitas pessoas morando.”	Margarida não tem cara, é igual aos outros do entorno.	Não indica uma especificidade do Margarida. Como característica evidencia o adensamento de moradias.	Não deu uma característica do bairro. “Até agora o Margarida está sem cara”. (riu)	Houve muitas vendas de casas dos primeiros moradores. Agora a maioria são de novos moradores. Muitos fizeram suas casas só para vender e não para morar. “Acho um certo egoísmo este comércio decasas.” “Cuidar da sua casa e já se sentir feliz”. Relata a construção de um banco de concreto e azulejo ornamentado com uma trepadeira como sendo um lugar bom de ficar! Muitas crianças e jovens ficam em casa sozinhas e não identificam a natureza do próprio bairro de moradia.	Descreve o bairro como uma grande aglomeração de casas construídas umas sobre as outras.	Hoje com as intervenções que estão acontecendo, vejo o Margarida com uma cara boa. Tirando o povo largado, eu gostaria de morar lá. (está em moradia de aluguel aguardando a conclusão do conjunto habitacional)

Presença da natureza									
Morador 1	Morador 2	Morador 3	Morador 4	Morador 5	Morador 6	Morador 7	Morador 8	Morador 9	Morador 10
Não identifica o córrego, nem mesmo a nascente	O que existe é só a parte da urbanização – antigamente chamávamos a área do córrego de beira rio , que virou córrego pela sujeira e pelo amontoado de casas que virou um rio inteiro de casas	Aqui não tem natureza, não tem árvore. Lá onde tiraram as casas, a única coisa do meio ambiente e que se pode recuperar são as nascentes.	Tem bem pouca árvore, jardim. Parque não tem? “Se o córrego estivesse pronto, sim seria natureza.”	Em termos de natureza, não tem nada. “Natureza é: árvore; praça; e pássaros.”	Identifica o córrego, da nascente e a sua foz. Com a remoção de casas e o isolamento do trecho que haverá obras, percebe o retorno de plantas nas margens e a presença de pássaros.	“Até agora não acho nada de natureza no Margari da”	Destaca as águas, do córrego e nascentes como característica da natureza do bairro. Indica algumas pequenas áreas verdes na região da BR e no morro das nascentes. Mostra seu quintal que faz limite com o córrego com vários vasos e plantas aguardando o momento de serem plantados nas margens.	Quando vinha o trabalho “observava a presença de algumas árvores no meio da favelada. Me deu uma tristeza quando vi a derrubada das poucas árvores para a construção de novas casas” . Com relação a presença de água (nascentes) acha inconveniente pela umidade das paredes e o fato de verter água nos pisos das casas. De outro lado possuía várias plantas no seu quintal, inclusive flores (hortênsias e rosas)	Identifica o córrego como presença da natureza. Achou bonito o gramado já feito no lado do Comunitário. Além do córrego não tem natureza no bairro, a não ser alguns quintais que mantêm algumas árvores

IV – ESTÍMULO – APRESENTAÇÃO DO PROJETO

SUJEITOS									
O que sente?									
Morador 1	Morador 2	Morador 3	Morador 4	Morador 5	Morador 6	Morador 7	Morador 8	Morador 9	Morador 10
<p>Se espantou com o número de remoções que foram necessárias para abrir o espaço do córrego.</p> <p>“Ficou bem legal!”</p> <p>“A natureza já agradece ...”</p>	<p>Passei pela manhã na área do córrego, onde eu morava, eu vi pássaros por lá! Eles voltaram!</p> <p>Nossa! Será possível uma academia? Esta área das nascentes nem aparecia...</p>	<p>“Porque demora tanto? Pois é, está tudo parado.”</p> <p>Questionamos os procedimentos da remoção de sua casa que complicou muito a vida.</p> <p>Temos que desembolsar para completar o valor do aluguel. A nossa parte estamos fazendo.</p>	<p>Vai valorizar nossas casas e a cidade. Vai valorizar também a saúde das crianças.</p>	<p>“Tem que vir logo!”</p>	<p>As pessoas não estão preparadas para valorizarem os ELP já criados.</p> <p>O projeto não foi concluído, falta elementos importantes de participação dos moradores na consolidação das propostas de qualificação do bairro.</p>	<p>“Será um remédio, um calmante para mim que tenho depressão e não gosto de lugar abafado”.</p> <p>Quer até dezembro mudar para os apartamentos. Sua filha (15 anos) precisa de espaço. Está ameaçando ir morar com o namorado só para ter uma casa (vai repetir o mesmo erro que fiz).</p>	<p>O Caminho Verde será o espaço da natureza.</p> <p>Tem que terminar o que falta da 1ª etapa no Comunitário.</p> <p>Ainda tem problemas de esgotos estourados no Comunitário.</p>	<p>Tem uma relação mais funcional de uso da água, indicando a recuperação das nascentes como possível abastecimento para os moradores.</p> <p>De outro lado se anima com a criação de praças com árvores, banquinhos e flores.</p> <p>Acho lindo, eu adoro a natureza. A ideia de transformar o córrego é ideal, é fantástica, super interessante. Eu acho que onde tem gente, tem que ter verde.</p>	<p>“Pode acreditar! Se fizessem uma área de lazer para as pessoas e as crianças, vai ser muito bom”.</p> <p>“Comentou que até os senhores de idade poderão ficar longe dos bares.”</p> <p>“Esta praça da nascente e do córrego vai dar certo. Vai surgir alguém que oriente o povo largado e tudo funcionar direitinho.”</p> <p>“Paisagem é um lugar muito verde.”</p>

Importância dada - sugestões									
Morador 1	Morador 2	Morador 3	Morador 4	Morador 5	Morador 6	Morador 7	Morador 8	Morador 9	Morador 10
<p>Dá trabalho mais é possível a recuperação das áreas da natureza.</p> <p>É um projeto importante, mas as pessoas precisam entender, o que acho difícil, pois as pessoas não valorizam o que a prefeitura faz.</p> <p>Nem sempre ajudam. Aham que é obrigação da prefeitura, como aconteceu com a varrição de ruas no bairro.</p>	<p>É possível sim. A gente vê isto em outros lugares...Eu acrescentaria um espaço para biblioteca de crianças que poderia ficar próximo das atividades das mães.</p> <p>Indicou o espaço de disposição irregular de entulho, como um exemplo de interesse e cuidado das crianças limpando para o seu uso.</p> <p>Nestes espaços, teria que ter uma pessoa responsável para trabalhar o povo</p>	<p>O projeto está muito bonito mas quando será que nosso filhos vão brincar neste espaço? Sugerir e que a Prefeitura organize uma reunião com os moradores para esclarecer o andamento do projeto do córrego e do Centro Comunitário.</p>	<p>“Não há nada a acrescentar, talvez mais áreas verdes e uns bancos para leitura. Vai acabar sendo um ponto de encontro das pessoas.”</p> <p>Indica como dificuldade a forma de tratamento dos ELP por parte de alguns moradores mais acomodados na obtenção, só de mais vantagens, frente aos serviços públicos</p>	<p>O povo vai bagunçar. Propõe que seja uma área fechada com alguém tomar conta. As crianças (filho) participam das oficinas) vão cuidar da área.</p> <p>As pessoas cuidam dentro de casa mas não das ruas.</p> <p>“Quando se formar o jardim, aí, nós temos que ir lá aguar as plantas”.</p>	<p>“O saneamento é um atendimento de calamidade (embora ainda não concluído).”</p> <p>Agora precisa concluir as obras de organização do bairro inclusive o ajardinamento e mobiliário estrutural das áreas livres.</p> <p>Outros itens do Projeto como a construção do centro social e esportivo são aguardados.</p> <p>Será necessário um processo de acompanhamento da prefeitura objetivando o aprendizado dos moradores para o uso dos novos espaços. A questão da segurança para o uso dos espaços deve ser trabalhada – sugere uma maquete como instrumento didático para os moradores.</p>	<p>“Gostaria de uma praça como a que tinha nos meus tempos de cidade, com árvores e flores.”</p> <p>Acha que o povo não vai saber usar estes espaços.</p>	<p>Árvores frutíferas, flores e bancos para ler.</p> <p>É contra colocar portões nesta área, pois o mais eficiente é ensinar estas pessoas a conviverem com a natureza. Reforça o caráter público destas áreas ensinado os moradores a cuidarem destes jardins, sejam crianças, jovens, mulheres ou idosos.</p> <p>“Temos que dar espaço para muitos artistas do bairro”.</p> <p>(Mostrou um quadro pintado por ela que retrata o seu sonho de vida).</p>	<p>Diz: “se alguém não resgatar, as crianças moradoras não vão ter história para contar, só de aglomerados. Eu vi derrubar a natureza para construir casas – eu ainda vi a natureza”.</p> <p>Pergunta: ele vai deixar de ser um córrego para ser um rio limpo?</p> <p>No espaço livre prefere flores e árvores do que horta e chás.</p> <p>Se preocupa com o uso futuro destes espaços a serem abertos; não haverá novas invasões?</p> <p>Com a regularização dos esgotos vai ficar 9,5. O ser humano precisa da organização.</p> <p>“Agora precisa ver se tudo vai ser feito mesmo”.</p>	<p>“Tem que ser fechado à noite e bem cuidado dando limite”.</p> <p>“Tem que ter um líder para organizar os pais, comprar bolas, fazer uma festa”.</p>

ANEXO 2 - Ficha técnica do Jardim Margarida.

Incluída como número 19, no rol dos Assentamentos Precários – “*Plano Habitacional de Interesse Social*”. Produto 2. Diagnóstico da situação habitacional. Termo de Cooperação Técnica Científica. Prefeitura Municipal de Taboão da Serra e Fundação de apoio à Universidade de São Paulo. FAU-USP. Laboratório de Habitação e Assentamento Humano (LAB-HAB). Coordenação Prof. Dr. Nabil Bonduki. 2012.

19. Jardim Margarida

ATUALIZADO ATÉ
19-mai-09

CARACTERIZAÇÃO

Endereço Rua Guararema

Bairro Jd. Margarida Região OP 7 Zoneamento ZEIS-1

Nº Domicílios 1108 Área (m²) 82.594,13 Ano de ocupação 1988

Densidade Domiciliar (dom/ha) 134,15 Densidade Populacional (hab/ha) 543,31

Precariedade Fundiária ☒ Precariedade Urbanística ☒ Selagem Prefeitura ☒

Nível de Precariedade Urbanístico-Fundiária N4

Tipo Predominante de Construção ALVENARIA

Grau de Intervenção Proposto urbanização complexa (em licitação de obras)

Descrição da Área Favela com recursos para obras de urbanização.

PROPRIEDADE

Propriedade P

Titulação prevista

ASPECTOS FÍSICOS

Malha Viária insuficiente

Dedividade alta

Córrego ☒

Hidrografia Emplasa ☒

RISCO FÍSICO

☒ Baixo (R1) 33856,6 m² 40,99%

☒ Médio (R2) 48124 m² 58,27%

☐ Alto (R3) m²

☐ Muito Alto (R4) m²

TOTAL 81980,6 m² 99,26%

INFRAESTRUTURA

Água 0.4 Iluminação 0.1

Esgoto 0.15 Coleta de Lixo 0.98

Luz 0.8 Pavimentação 0.1

Drenagem não Área Verde não

Equip Públicos/ 1
Coletivos

AÇÕES DA PREFEITURA

Lev. Planialtimétrico ☒

Registro Fotográfico ☒

Comissão de Moradores ☒

Projeto Urbanístico ☒

Pesquisa Socio-econômica ☒ Indicadores Sociais renda- 1,5 sm

Ativ. Geradora Renda não

INTERVENÇÕES NA ÁREA

Tipo de Intervenção Urbanização

Nº Domicílios Atendidos 1108

Etapas da Intervenção licitação aberta

Densidade Domiciliar Final

Redes de Infraestrutura previstos - água, esgoto, luz (Eletropaulo), drenagem, iluminação, pavimentação

Nº Final de Domicílios na Área 1013

RECURSOS

PMTS R\$ 549.173,74 7,67

Data de Início 26/10/2007

Prazo de Entrega dez/2010

ESTADO R\$ 0,00 0

Origem Recursos PAT ProSanear / PAC-PPI

UNIÃO R\$ 6.608.162,09 92,33

Custo do Projeto R\$ 273.774,14 PATProSanear

TOTAL R\$ 7.157.335,83 100,0%

Obras Pontuais interv. Emergenciais não quantificadas PMTS

SITUAÇÃO EM 2009

• licitação aberta • licenciamento ambiental pendente • reuniões periódicas com as comissões • 3 famílias já removidas

OBSERVAÇÕES

As 90 U.H. novas serão construídas no Conj. Res. Margarida - área vazia próxima ao assentamento e comprada para reassentamento